

CADERNO DE RESOLUÇÕES

VIII Congresso CNQ-CUT

25 anos de luta, resistência e conquistas!

NENHUM DIREITO A MENOS!



De 12 a 14 de julho de 2017, São Paulo/SP

Companheiros e Companheiras do Ramo Químico da CUT.

Realizamos o VIII Congresso Nacional da CNQ/CUT num momento muito importante da conjuntura econômica e política em âmbito nacional e internacional.

Em nível internacional o mundo assiste a uma guinada à direita em diversos países, a eleição de Trump nos Estados Unidos, as disputas eleitorais na França, Alemanha, Argentina, Venezuela, entre outros países, nos trazem muitas preocupações sobre o futuro já que no âmbito dos trabalhadores os cenários são desfavoráveis no que se refere ao emprego, direitos trabalhistas e previdenciários.

No Brasil não é diferente, desde o aprofundamento da crise política iniciada em 2015, assistimos perplexos os desdobramentos que levaram ao Impeachment da Presidenta Dilma em 2016. Os articuladores do golpe, juntamente com a mídia venderam a ilusão de que com a deposição da Presidenta Dilma o país retomaria o crescimento econômico e a geração de empregos. No entanto, o que temos visto desde então é um país mergulhado em uma crise moral e política, onde a corrupção e os atos ilícitos imperam, bem como, o aprofundamento da crise econômica, gerando um clima negativo, de pessimismo e incertezas, fazendo com que os indicadores que medem a geração de emprego e os índices de ocupação na produção industrial despencassem, produzindo o recorde de 14 milhões de desempregados, com efeitos perversos ao conjunto da classe trabalhadora.

A agenda instituída pelo executivo e legislativo federal após o golpe tem como objetivo desmontar as políticas sociais de distribuição de renda criadas nos últimos 12 anos e também quebrar a espinha dorsal do movimento operário, sindical e social. A lei de terceirização e a reforma sindical aprovadas têm por objetivo desregulamentar as relações de trabalho e com isso “calar” a voz dos trabalhadores através do estrangulamento financeiro, político e de representação dos Sindicatos, Centrais Sindicais e da criminalização dos Movimentos Sociais organizados.

Isto posto, é fundamental a unidade de ação e a ampliação de laços de solidariedade entre os setores do campo democrático-popular, bem como, é vital que os movimentos organizados estabeleçam canais efetivos de comunicação com a população, pois, cabe a nós o desafio de organizar, conscientizar, mobilizar e armar a resistência contra todas estas políticas predatórias.

Neste VIII Congresso da CNQ/CUT, os delegados e delegadas foram enfáticos em dizer que enquanto movimento sindical não podemos e não iremos sob nenhum pretexto abrir mão de direitos duramente conquistados, e, portanto, **“NENHUM DIREITO À MENOS”** será o eixo orientador de ações para este mandato.

Por fim, o que a classe operária espera de suas lideranças e seus instrumentos de representação é muita luta e resistência, para que possamos seguir avançando e conquistando.

A luta continua e é contínua!

Lucineide Varjão Soares

Presidenta da CNQ/CUT

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. Estamos vivenciando em 2017 um cenário atípico com alterações significativas na correlação de forças e na organização geopolítica em âmbito internacional.
2. Na esteira da última grave crise do sistema capitalista de 2008”, fenômenos diversos como a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, o Brexit no Reino Unido, a guinada conservadora na América Latina e o golpe no Brasil podem ser entendidos como expressões de uma mesma conjuntura adversa e desafiadora para a esquerda internacional.
3. As políticas suicidas de austeridade combinadas com causas estruturais, tais como a incapacidade de a economia repetir os saltos tecnológicos e os ganhos de produtividade do passado, produziram um persistente cenário global de baixo crescimento econômico, desemprego em alta, salários em queda, aumento da desigualdade, redução dos investimentos sociais e nos serviços públicos.
4. Neste cenário, parte significativa da classe trabalhadora destes países tem optado por alternativas ultraconservadoras, já que muitos governos não têm conseguido superar os altos níveis de desigualdade e concentração de renda. Em 2016, a saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit, e a vitória de Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos foram golpes significativos no modelo neoliberal de globalização, marcado pela predominância do capital financeiro nas cadeias internacionais de valor, mostrando que a população já não se sente mais representada pelo sistema vigente. No caso do Brexit, em lugar das críticas ao caráter excessivamente pró-capital e ao funcionamento antidemocrático da União Europeia, prevaleceu o discurso da extrema-direita em que trabalhadoras e trabalhadores migrantes eram acusados de serem os grandes responsáveis pela crise econômica e pelo desemprego.
5. No caso da eleição de Trump, foi o seu discurso ultraconservador que entusiasmou os setores mais retrógrados da sociedade norte-americana e atraiu votos de trabalhadoras e trabalhadores descontentes com o desemprego, a falta de moradia e de perspectivas de melhora em sua qualidade de vida.
6. A eleição de Trump representa a ascensão ao poder de valores ultraconservadores e contrários aos direitos humanos. O Presidente ataca ferozmente imigrantes e refugiados, em especial muçulmanos, fechando-lhes as fronteiras norte-americanas e defendendo abertamente a deportação dos que se encontram no país.
7. As forças conservadoras atuam de forma articulada para gerar instabilidades e crises em nosso continente, com o claro objetivo de restabelecer a agenda neoliberal. Após Honduras, Paraguai, Brasil e Argentina, a Venezuela, que vive grave crise econômica, social e política, volta a ser o alvo e passa a ocupar as capas nos jornais e TVs com um noticiário parcial que

imputa a crise apenas ao Executivo quando, na verdade, há uma crise institucional que envolve todos os setores e todos os poderes de Estado.

8. É ainda mais grave a atitude de governos estrangeiros que buscam interferir nos assuntos internos da Venezuela, ignorando a autodeterminação do povo venezuelano e os graves problemas enfrentados pelas populações dos seus próprios países. Promover ou impor medidas extremas contra a Venezuela apenas irá incentivar a radicalização do conflito, causando sérios danos à população e as instituições venezuelanas. Insistimos que as organizações internacionais como o Mercosul, a OEA, a UNASUL e a CELAC, devem atuar como facilitadores do diálogo social entre os diversos atores políticos na Venezuela – com o pleno consentimento e respeito pelas instituições do país, promovendo os esforços de aproximação entre as partes.
9. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que este ano o número de pessoas desempregadas no mundo inteiro chegue a mais de 201 milhões, com um aumento adicional de 3,4 milhões de pessoas desempregadas apenas em 2017. Em um mundo marcado pela “quarta revolução industrial”, o crescimento econômico segue aquém do esperado e, mesmo que nos próximos anos aconteça alguma recuperação da economia mundial, seguirá uma incapacidade sistêmica de criar empregos de qualidade e em números suficientes. Mesmo com os avanços nos ganhos de produtividade que deveriam ser distribuídos de forma igualitária, as concentrações de renda e de riqueza estão cada vez maiores e as novas tecnologias possibilitam ainda maiores supressões de postos de trabalho, ao invés de contribuir na construção de sociedades menos desiguais. Ou seja, o debate sobre o futuro do trabalho está totalmente vinculado ao modelo de produção em vigor hoje, que é o de cadeias produtivas. Defendemos um modelo de desenvolvimento em que o trabalho tenha centralidade e seja o pilar das políticas econômicas e sociais com respeito ao trabalho decente, proteção social e condições dignas de vida para os setores mais vulneráveis da sociedade, já que, esses fenômenos, aliados às formas precárias de emprego, devem reforçar e ampliar a desigualdade de renda. A OIT também alerta para o fato de que a redução da pobreza dos trabalhadores está desacelerando, colocando em risco a perspectiva de erradicação da pobreza conforme estabelecido pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.
10. O quadro real é que para a classe trabalhadora mundial, cada vez mais as grandes corporações multinacionais avançam sobre a autonomia dos Estados Nacionais, precarizando as condições de vida e retirando direitos, com a justificativa de criar um “ambiente mais favorável para os negócios” – eufemismo para menos proteção trabalhista, baixos salários e descaso com o meio-ambiente.

11. Diante desse quadro de avanço das forças políticas conservadoras no mundo e de severos ataques à democracia, a repressão e a perseguição ao movimento sindical e suas lideranças tem sido uma das características da política internacional e atuam com força em todo o mundo e também em organizações internacionais como a OIT onde o direito de greve tem sido ferozmente atacado. Estes ataques ocorrem inclusive em países desenvolvidos como a Coreia do Sul, onde o presidente da central KCTU é atualmente preso político do então governo de direita daquele país, a mesma Coreia do Sul em que milhões de manifestantes exigiram e conquistaram a renúncia da presidenta Park Geun-hye, após sucessivas denúncias de corrupção.
12. A Turquia enfrenta, após a fracassada tentativa de golpe de julho de 2016, um modelo de repressão onde cada vez mais a democracia, os direitos humanos e a liberdade de expressão estão sob ameaça, além de uma guerra civil silenciosa contra os curdos. Mais de 125.000 funcionários públicos foram demitidos ou suspensos desde a tentativa de golpe, os setores mais progressistas estão sendo atacados e perseguidos com mais de 100.000 cidadãos sob investigação, além de 47.555 destes, inclusive muitos jornalistas, seguirem detidos.
13. A luta pela autodeterminação e a liberdade do povo palestino, o direito ao retorno e a liberdade dos presos políticos seguem sendo prioridade, onde políticas segregacionistas do Estado de Israel se impõem sobre os palestinos.
14. Cada vez mais, a crise econômica, os conflitos armados nacionais e as ameaças de guerras são os grandes responsáveis pela maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial.
15. Neste “novo mundo”, ao mesmo tempo em que a crise econômica reforça, ela é intensificada pelo recrudescimento da ameaça terrorista, tornando a conjuntura cada vez mais instável e marcada pela ausência de qualquer perspectiva de solução para conflitos militares que acontecem não apenas no Oriente Médio ou em outras regiões, mas que se espalham pelo planeta.

Não há trabalho decente sem paz e liberdade

16. Todo esse cenário deverá trazer mais instabilidade e imprevisibilidade à conjuntura internacional no próximo período. A isso devem-se somar processos eleitorais em países centrais no núcleo de decisão da União Europeia, como Itália e Alemanha, todos com previsão de campanhas acirradas e marcadas pelo crescimento da direita e da extrema-direita. Na França a vitória do banqueiro Emmanuel Macron, que atende aos interesses do sistema financeiro e das políticas neoliberais, aponta para o avanço de um modelo de exclusão social e de retirada de direitos sociais. Sua eleição, baseada num discurso de ataque ao sistema político, mas muitas vezes criticado como vazio, se deu num contexto de crise dos dois

principais partidos franceses (socialista e republicano) que ficaram de fora do segundo turno, levando-o a uma disputa com o setor ultraconservador, representado por Marine Le Pen.

17. Na América Latina, nas últimas duas décadas, a ascensão de uma série de governos de esquerda promoveu importantes reformas sociais, reduzindo a pobreza e a miséria, assim como a desigualdade em suas múltiplas dimensões. No entanto, a desaceleração da economia mundial nos últimos anos e a queda no preço internacional das commodities (matérias primas) tiveram um forte impacto negativo na região, que tem sua economia baseada em grande parte na exportação de diversas matérias prima para indústrias de ponta. Foi essa nova conjuntura que possibilitou uma ofensiva da direita latino-americana por meio da aliança entre partidos tradicionais, setores do judiciário e mídia empresarial e a retomada de governos com clara orientação neoliberal, tais como a vitória eleitoral de Macri na Argentina; a derrota da esquerda peruana ainda no primeiro turno das eleições presidenciais; os golpes parlamentares em Honduras e no Paraguai; a gravíssima crise na Venezuela e, por último, mas não menos importante, o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff.
18. A expulsão de imigrantes, a possibilidade da construção de muro em toda a fronteira entre EUA e México, bem como o fim do acordo comercial NAFTA, teriam efeitos brutais na política e na economia do México. Um cenário em que os Estados Unidos fecham a sua economia poderia fortalecer a integração latino-americana, resta saber como os novos governos de direita do continente irão reagir a um cenário que contrasta com seus conceitos ideológicos de aproximação subalterna aos Estados Unidos e de desconfiança em relação aos potenciais das economias dos demais países latino-americanos.
19. Apesar da manutenção do cruel embargo econômico imposto pelos Estados Unidos a Cuba, a política do atual governo norte-americano coloca em suspenso as recentes iniciativas para distender as relações diplomáticas entre os dois países, promovidas pelo ex-presidente norte-americano Barack Obama, com o governo liderado por Raúl Castro.
20. Na Colômbia, a oposição ao acordo de paz assinado entre o governo do presidente Juan Manuel Santos e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP) reproduz, em parte, o fenômeno do fortalecimento de uma extrema-direita comprometida em radicalizar um discurso bélico. Esse cenário produziu a dramática rejeição ao acordo de paz que colocaria fim a um conflito armado que se arrastou por 52 anos e custou a vida de mais de 220 mil pessoas. Fortalecido depois de vencer o Prêmio Nobel da Paz de 2016, o presidente colombiano, em negociação com as FARC, conseguiu aprovar um novo acordo que aponta para o atendimento dos oito milhões de vítimas do confronto, para os investimentos na reforma agrária e para o reconhecimento das FARC como partido político.
21. Na Argentina, o resultado da política econômica neoliberal do Presidente Mauricio Macri, similar à que tem sido defendida pelos demais governos conservadores da região, tem sido

um desastroso desempenho econômico: retração do PIB em mais de 3%, inflação anual de 41%, crescimento da dívida pública interna em cerca de US\$ 40 bilhões. Na área social o desastre não é menor: estima-se que o percentual da população em situação de pobreza se aproxima de 40%, contra pouco menos de 30% no início do atual governo no final de 2015. A greve geral do dia 06 de abril de 2017, convocada unitariamente pelas centrais sindicais, foi um marco importante nas lutas contra as medidas econômicas do governo de Macri e demonstrou a vitalidade do movimento sindical e popular argentino.

22. No Equador, após a vitória do candidato Lenín Moreno, apoiado pelo presidente Rafael Correa, a direita equatoriana, assim como Aécio Neves e seus correligionários fizeram em 2014, não reconheceu os resultados, pediu a recontagem dos votos e convocou protestos e mobilizações nas redes sociais.
23. Em 2017 haverá a eleição para a presidência do Chile onde recentemente milhões marcharam contra o sistema privatizado de previdência social.
24. No Paraguai além da instabilidade política, as chamadas “maquilas” – plantas de trabalho precário e que lá são marcadas pela forte presença de companhias brasileiras principalmente no setor da indústria têxtil – representam a expressão mais cruel das cadeias globais de abastecimento e exigem do movimento sindical uma resposta firme e efetiva através, sobretudo, do fortalecimento da ação das confederações internacionais às quais a CUT é filiada, da Confederação Sindical Internacional (CSI) e da Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), no sentido do pleno respeito aos direitos laborais de toda a classe trabalhadora.
25. É ainda importante acompanhar como os demais governos de esquerda do continente, tais como os da Bolívia, Uruguai, El Salvador e Nicarágua, irão reagir à crise e aos ataques da direita.
26. A política externa do governo golpista brasileiro atende a todo esse movimento de avanço conservador no mundo, orquestrado pelos interesses das grandes empresas multinacionais. É uma política provinciana, subalterna e de adesão ideológica e orgânica aos países ricos, em detrimento de uma visão de integração sul-sul. Esta postura se expressa nas tentativas de enfraquecer e desmoralizar o Mercosul, como espaço de integração para além de questões comerciais; na entrega das riquezas à exploração de empresas estrangeiras, sobretudo na área de petróleo e gás; no esvaziamento da atuação brasileira nos BRICS (grupo político de cooperação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e na paralisação das políticas de integração com os países do continente africano. A tríplice aliança neoliberal dos atuais governos do Brasil, Argentina e Paraguai tem, de forma irresponsável, inviabilizado a participação legítima da Venezuela no Mercosul e contribuído para gerar ainda mais instabilidade interna naquele país. De fato, o governo Temer apresenta “uma visão pré-

concebida e até cheia de preconceitos contra o Mercosul e o processo de integração na América do Sul” por meio da Unasul, visão compartilhada, em grande medida, pela maioria da direita latino-americana.

27. Uma das expressões mais acabadas da submissão do atual governo brasileiro aos interesses dos países ricos foi sua decisão de votar contra a resolução do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) que renovava o mandato da organização de monitorar os impactos das políticas fiscais de cada país sobre os direitos humanos de seus cidadãos e suas cidadãs.
28. Uma resposta efetiva às ameaças conservadoras contra as conquistas históricas da classe trabalhadora, articulada com a defesa de uma concepção vigorosa de democracia e a construção de uma alternativa internacional de esquerda, em contraposição às contradições do sistema econômico capitalista, serão as principais tarefas do movimento sindical nos próximos anos, tarefas essas que exigem que as entidades sindicais internacionais se consolidem cada vez mais como sindicatos globais, Portanto, devemos cada vez mais fortalecer e estreitar as relações com a IndustriALL - Sindicato Global dos setores Químico, Metalúrgico e Têxtil, já que o principal desafio em nível global, é construirmos um novo movimento de esquerda que compreenda que o atual estágio da luta de classes, que deve combinar as lutas por distribuição de riqueza com aquelas por reconhecimento cultural, de raça, geracional orientação sexual e identidade de gênero – entendendo, dessa forma, que a construção de uma sociedade emancipada depende do combate aos obstáculos às injustiças em suas múltiplas dimensões.
29. Apenas amplos e massivos protestos dos movimentos sociais e sindicais de todo o mundo podem impedir que as elites e o capital internacional continuem desprezando a democracia e impondo uma repressão cada vez mais autoritária e violenta. Apenas assim daremos freio neste tipo de exploração transformando o mundo num lugar onde a democracia, direitos, liberdade e paz se fortaleçam cada vez mais e passem a ser a nova realidade.

CONJUNTURA NACIONAL

O golpe e a agenda neoliberal

30. O golpe que retirou do poder a Presidenta Dilma Rousseff foi tramado pelas forças que não aceitaram a derrota nas eleições 2014. Uma conjugação de fatores fortaleceu a ação dos golpistas. A política adotada para combater a crise econômica, oposta à plataforma que a Presidenta defendera na campanha eleitoral, provou-se ineficaz e contribuiu para minar suas bases de sustentação social e política.
31. Esse resultado foi explorado pelas forças de oposição no Congresso, o mais conservador da história recente e onde o governo perdera maioria. A Câmara de Deputados, presidida na

época por Eduardo Cunha entrou em rota de colisão com o governo. Crise política e crise econômica passaram a se retroalimentar, criando espaço para o PSDB e o PMDB articularem a base parlamentar do golpe.

32. Assistimos ao arranjo de um pretexto para justificar o impeachment, as “pedaladas fiscais”, e à intensa propaganda nos principais meios de comunicação do País a favor da derrubada do governo. No rastro dessa propaganda, a direita foi mobilizada para as manifestações de rua. A mídia golpista continuou disseminando o ódio à esquerda, associada seletivamente a supostos atos de corrupção anunciados pela operação Lava Jato, comandada pelo Ministério Público, pelo poder judiciário e pela polícia federal. Por último, tivemos a farsa do julgamento do impeachment no Senado, presidida por um representante do Supremo Tribunal Federal.
33. Ao longo de todo este processo, o movimento sindical CUTista destacou-se no cenário nacional por sua firme oposição ao golpe. Participou e promoveu em parceria com os movimentos sociais, particularmente através da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo, inúmeras manifestações de massa em todas as capitais do País e em cidades do interior. Apesar da resistência popular, o Senado aprovou o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff no dia 31 de agosto de 2016. Foi um golpe contra a democracia, ao suprimir a vontade popular expressa em mais de cinquenta e três milhões de votos. Foi uma ruptura do Estado de Direito, dissimulada como ato constitucional e legítimo. Serviu de atalho para as forças derrotadas seguidamente desde 2002 retomarem o poder com o objetivo de restaurar a agenda neoliberal.
34. Nesta agenda política regressiva, a redefinição do papel do Estado e a retirada de direitos fundamentais dos/as trabalhadores/as são vistos como necessidade imperiosa e única via para superar a crise econômica em que o País continua mergulhado, caracterizando na verdade, um golpe contra a classe trabalhadora.

Ação articulada para implementar a agenda neoliberal

35. As medidas adotadas depois do golpe têm demonstrado como a agenda do governo ilegítimo de Temer é pautada por interesses do mercado e como os três poderes da República atuam de forma articulada para viabilizar o retrocesso civilizatório implícito na restauração neoliberal.
36. O Poder Executivo concentra sua ação na pauta fiscal, tendo proposto ou apoiado as seguintes iniciativas: aprovação da Emenda Constitucional nº 93, que prorroga a desvinculação de receita da união (DRU); apresentação e aprovação da Emenda Constitucional nº 95 que institui novo regime fiscal (congelamento de gastos por vinte anos); apresentação da PEC 287 que prevê a reforma da Previdência; aprovação da Lei nº 13.291/2016 que altera

a meta fiscal de 2016; regulamentação da lei nº 13.254, que tratou da repatriação e recursos; nova regulamentação do ensino médio (Lei nº 13.415/2017); apresentação da medida provisória que levou à Lei nº 13.417, que revogou o caráter público da Empresa Brasileira de Comunicação, retirando sua autonomia diante do Poder Executivo.

37. O Poder Legislativo tem focado sua ação em propostas que contribuem para “melhorar o ambiente de negócios”, revendo a legislação existente, abrindo a economia ao setor privado e propondo a flexibilização das relações do trabalho. Este propósito evidencia-se nas seguintes iniciativas: aprovação na Câmara e no Senado de projeto que amplia a terceirização; Lei nº 13.303/2016 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias nos três níveis de governo; a Lei nº 13.334/2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI); a Lei nº 13.299/2016, que muda as regras de concessões para facilitar concessões públicas e leilões; a Lei nº 13.360/2016 que altera o marco regulatório da energia elétrica no País; Lei nº 13.365/2016 que destitui a Petrobrás como operadora única do Pré-sal; aprovação no Senado do PLP nº 268/2015 que altera as regras de governança dos fundos de pensão; PLC nº 38/2017 que trata da reforma trabalhista já aprovado na Câmara e em debate no Senado Federal.
38. Para aprovar suas medidas, o governo Temer tem contado com maioria nas duas casas (Câmara Federal e Congresso), no entanto, é fundamental termos claro que essa maioria pode ser temporária e não é imune à pressão popular, muito menos às mudanças que possam ocorrer na correlação de forças.
39. O Poder Judiciário tem atuado em cumplicidade com o governo golpista. O Supremo Tribunal Federal tem julgado matérias em sintonia com sua agenda: fim da desaposentação (RE 381.367); desconto dos dias paralisados em caso de greve de servidor (RE693.456); fim da ultratividade das convenções e acordos coletivos (ADPF 323); quitação plena dos programas de Desligamento Voluntário (PDV) ou Programa de Demissão Incentivada (PDI) – (RE590.415); prevalência do negociado sobre o legislado (RE 590.415 e 895.759); possibilidade de votar, com repercussão geral, a inconstitucionalidade da Súmula 331 do TST, que poderá liberar a terceirização da atividade fim da empresa.

Novo papel do Estado e o discurso da austeridade

40. Não faltaram ao governo ilegítimo de Michel Temer condições para colocar em prática a agenda que o levou ao golpe. Conseguiu, em pouco mais de dez meses, a proeza de aprofundar a crise econômica, política, social e moral em que se encontra mergulhado. Ao contrário do que anunciou logo depois do golpe, as medidas de austeridade adotadas continuam longe de promover, no curto prazo, a retomada do crescimento. Foram medidas

repudiadas pela CUT e seus sindicatos por dois motivos básicos: têm como pressuposto um diagnóstico equivocado da crise, para a qual propõem soluções que, além de erráticas, têm penalizado a classe trabalhadora com o ônus do desemprego e da precarização do trabalho.

41. O governo promoveu uma “pedalada” na projeção do déficit orçamentário para justificar cortes. Na verdade, o déficit não tinha a dimensão anunciada e nem foi resultado de um aumento irresponsável dos gastos sociais do governo anterior, ou seja, a queda da arrecadação foi provocada pela estagnação econômica e pelo aumento da taxa de juros, que elevaram o custo do governo de rolagem da dívida é que provocaram a elevação do déficit. Não foi o desequilíbrio fiscal que interrompeu o crescimento, mas a desaceleração do crescimento que produziu a crise fiscal, associada a uma política generosa de desonerações ao empresariado, sem nenhuma contrapartida.
42. Baseando-se numa projeção de déficit forjada para justificar a política de austeridade, o governo conseguiu aprovar no Congresso, a toque de caixa e sem discussão com a sociedade, a Emenda Constitucional nº 95 que institui um novo regime fiscal, congela o orçamento federal por vinte anos e diminui drasticamente os recursos públicos para áreas essenciais como educação, saúde e assistência social.
43. Para dar uma ideia do que isto significa, basta lembrar que se as regras da EC95/16 já estivessem em vigor desde 2003, o salário mínimo teria hoje apenas um terço do seu valor atual; os gastos do governo com saúde e educação teriam caído pela metade. É um verdadeiro desmonte do pouco de proteção social oferecida pelo Estado aos setores menos favorecidos da sociedade que dela dependem, cada vez mais, numa conjuntura de recessão e de desemprego. A medida, inédita no mundo, ignora por completo o principal componente de gasto do governo: os juros da dívida pública, que superaram os R\$ 500 bilhões em 2015 e foi superior a R\$ 400 bilhões em 2016.
44. O PL 257, recentemente aprovado no Congresso, impõe aos Estados o alinhamento à política de austeridade como contrapartida ao alongamento de prazos para o pagamento de dívidas com a União. A maioria das exigências impostas no projeto, como a proibição por dois anos de reajuste salarial dos servidores públicos, foi retirada em função da pressão popular que rachou o consenso dentro da própria bancada governista. A versão original do projeto induzia à crescente privatização dos serviços públicos, estimulava a venda de empresas públicas, promovia o arrocho salarial, a perda de direitos, a terceirização e a demissão de trabalhadores/as, além de impedir novas contratações na administração direta.
45. As iniciativas sem dúvidas, trata-se de uma revisão do papel do Estado brasileiro que deixa de combater as desigualdades sociais, e de oferecer aos cidadãos brasileiros políticas públicas de qualidade e proteção social aos mais vulneráveis, para se render aos interesses do mercado,

garantindo o direito de propriedade, assegurando o cumprimento de acordos e honrando compromissos com credores da dívida interna e externa.

Entrega de riquezas nacionais à exploração de empresas estrangeiras

46. A subordinação da economia nacional aos interesses do capital internacional ficou evidente com a mudança das regras de exploração do pré-sal, onde a Petrobrás perdeu a exclusividade, e com as mudanças nas regras de conteúdo local para o setor de petróleo, que limitaram em 50% os percentuais de equipamentos e serviços produzidos no país exigidos em licitações de exploração de petróleo e gás.
47. Depois de esfacelar a Petrobrás com a venda acelerada de ativos em momento de baixa dos mercados, desnacionalizar campos do pré-sal a preços irrisórios e reduzir os percentuais de conteúdo local mínimo obrigatório, o Conselho Nacional de Política Energética aprovou, no início de maio, uma nova política para a área, e suas consequências serão novamente devastadoras: enfraquecimento da Petrobrás, liquidação das reservas de petróleo do País, sucateamento da indústria de máquinas e equipamentos e entrada em massa de novos competidores internacionais.
48. Outras medidas têm favorecido a entrada de capital estrangeiro no setor de infraestrutura, como aeroportos, e na compra de grandes extensões de terras. Está em trâmite no Congresso, em regime de urgência, o PL 4059/2012, que trata da venda irrestrita de terras a estrangeiros. O projeto é defendido pela bancada ruralista e conta com o apoio do governo Temer. Veem na entrada de bilhões de dólares uma valiosa contribuição para a superação da crise econômica, no entanto, o projeto poderá colocar em risco a soberania nacional, se a venda de terras atingir áreas de fronteira.
49. A venda irrestrita de terras fará com que a produção de alimentos interna seja trocada por produção de commodities, que serão exportadas aos países de origem das empresas ou pessoas que comprarem terras, colocando também em risco nossa soberania alimentar, e se aprovado, reforçará o agronegócio e a concentração fundiária, deixando em segundo plano a agricultura familiar e cada vez mais remota a reforma agrária.

Reforma autoritária do ensino médio

50. Apresentada em setembro de 2016 diretamente ao Congresso e sem qualquer discussão prévia com a sociedade, a MP 746 estabelecia uma profunda reforma do ensino médio. Passando por cima da legislação que concebe o ensino médio como o equivalente para o ensino universitário (Lei Nº 1821, de 12 de março de 1953), a MP desobrigava os sistemas de

ensino de oferecer disciplinas como educação física, artes, sociologia e filosofia, transformando o ensino médio numa formação aligeirada para jovens e trabalhadores/as adultos/as com a única perspectiva de se inserirem no mercado de trabalho.

51. A proposta aumentava a carga horária das atuais 800 horas para 1.400 horas, obrigando os/as estudantes a permanecerem mais tempo no ambiente escolar, sem apresentar uma linha curricular clara, situação que afetava principalmente o período noturno no qual é maior a frequência de trabalhadores/as que estudam, e desconsiderava ainda a dura realidade dos/as professores/as que, em razão dos baixos salários, devem se deslocar diariamente para mais de um local de trabalho.
52. A forma autoritária usada para encaminhar a medida, em total desrespeito ao processo democrático de construção da política nacional de educação, despertou a reação imediata das entidades representativas dos trabalhadores de ensino e dos estudantes. Escolas foram ocupadas pelos estudantes em várias regiões do País, desencadeando uma onda nacional de repúdio à proposta e ao governo golpista.
53. A Lei nº 13.405/2017, aprovada pelo Congresso em fevereiro deste ano, estabelece uma carga horária que deve ser ampliada progressivamente, até atingir 1,4 mil horas anuais. Estabelece ainda que 60% da carga horária dos três anos do ensino médio sejam compostos de um conteúdo mínimo obrigatório, definido pela Base Nacional Curricular Comum, ainda em debate. O restante será definido de acordo com proposta da escola, que deverá oferecer um entre cinco “itinerários formativos”. Três deles articulam a uma área fundamental - linguagens, matemática e ciências da natureza - as respectivas “tecnologias”. Os outros itinerários são: ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica profissional.

O AGRAVAMENTO DA CRISE ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL

Aprofundamento da recessão e elevação do desemprego

54. As medidas de austeridade adotadas pelo governo estão longe de apresentar uma saída para a crise econômica e de promover a retomada do crescimento. Os indicadores de desempenho recente da economia são impressionantes: o PIB per-capta recuou ao patamar de 2010; a recessão atingiu praticamente todos os setores econômicos, a taxa de desemprego atingiu o número alarmante de 14,2 milhões de pessoas, a renda recuou e a apenas cerca de 15% das convenções coletivas celebradas em 2016 conseguiram aumento real de salário.
55. Com a economia brasileira em depressão - com a inflação em queda, devido à absorção aos choques de preços de tarifas e à contínua recessão - o que o governo Temer oferece, apesar do discurso reformador, é a destruição dos ganhos sociais recentes, em nome do receituário econômico de austeridade que tem sido constantemente rejeitado no mundo.

56. A queda da taxa Selic e queda da inflação, alardeadas como avanço nos indicadores econômicos em 2017, foram resultado da recessão. Uma eventual consolidação das reformas colocará o país em posição cada vez mais periférica na economia mundial, muito mais distante de reformas estruturais direcionadas à construção de um projeto de desenvolvimento econômico que seja inclusivo e sustentável em termos produtivos e ambientais, que é o desejo da classe trabalhadora.

Crise social e insegurança

57. Iniciamos 2017 com cenas que chocaram o mundo durante as rebeliões em presídios brasileiros. A perplexidade diante de dezenas de mortes brutais foi ainda maior diante da absoluta incapacidade do governo federal para enfrentar a questão, considerada um fato acidental pelo Presidente Michel Temer e a ser resolvido pela repressão, segundo o Ministro da Justiça da época, Alexandre de Moraes. Os fatos, porém, revelam uma profunda crise, não apenas do sistema prisional, mas da própria política nacional de segurança, envolvendo os três poderes. Embora seja mais complexa do que o mero repasse e gestão de recursos, a crise não deixa de estar ligada aos cortes de investimentos nos serviços públicos.

58. Outro sintoma dessa crise é a total insegurança em que vive a população dos bairros periféricos das grandes cidades, onde a exclusão social continua gritante e os moradores permanecem à mercê do crime organizado, da atuação ilícita das milícias e da ação repressiva dos órgãos públicos responsáveis por sua segurança.

59. Como resultado, o Brasil carrega hoje o triste título de campeão mundial de homicídios em números absolutos, com cerca de 60 mil pessoas assassinadas por ano, em sua maioria jovens, negros e pobres. Fica evidente, nesses casos, que vidas de jovens negros não contam, mais do que isso, assistimos a uma naturalização da violência que tira a vida e a uma banalização da própria vida.

60. A fragilidade do atual governo criou um ambiente propício à grilagem de terras e para o aumento da violência no campo, particularmente contra lideranças e participantes de movimentos sociais que lutam pela terra. Em 20 de abril, nove trabalhadores sem-terra foram mortos por fazendeiros em Mato Grosso. A crueldade dos assassinatos chocou a opinião pública nacional e internacional. Poucos dias depois, índios da etnia gamela foram brutalmente atacados por pistoleiros e jagunços enviados por proprietários da região, em uma emboscada deixou 13 indígenas feridos, cinco foram baleados e dois tiveram as mãos decepadas.

61. Estes são exemplos recentes de um cenário mais vasto de violência: o Brasil lidera o ranking de países em número de conflitos de terra, de acordo com levantamento feito pela ONG

Global Witness (Testemunha Global). Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), houve 61 assassinatos em lutas no campo em 2016: entre as vítimas, 13 indígenas, 4 quilombolas e 6 mulheres.

62. As consequências da recessão e da política de austeridade do governo ilegítimo têm se manifestado em situações limite de exclusão social. O desemprego tem empurrado um número crescente de pessoas para a miséria. Basta observar as cenas sombrias nas grandes cidades onde moradores sem teto perambulam sem esperança pelas ruas do centro.
63. Ainda, consequência da recessão e da política de austeridade do governo ilegítimo têm reforçado um quadro de violência estrutural do país. A situação falimentar em que se encontram governos estaduais, onde os serviços fundamentais deixaram de ser oferecidos à população ou são cada vez mais precários e onde os funcionários públicos estão sendo penalizados com atrasos sucessivos de salários e de aposentadorias, age como combustível nessa reação explosiva. Não haverá ajuda do governo federal na renegociação de dívidas sem que os governos falidos adotem as medidas de austeridade prescritas por ele.

Incertezas no cenário político: ilegitimidade e crise institucional

64. Nos primeiros seis meses de mandato, o governo golpista demonstrou relativa força. Usou a reforma ministerial para consolidar sua base de apoio no Congresso e conseguiu aprovar por ampla maioria projetos de interesse do governo. Contou com o apoio complacente da mídia golpista que continuou a explorar, ao máximo, os vazamentos seletivos das delações premiadas da operação Lava Jato para criminalizar a esquerda e que celebrou entusiasticamente sua derrota nas eleições municipais.
65. Por outro lado, o governo foi fustigado por uma sequência de fatos que deixaram às claras quem é a quadrilha que tomou de assalto o poder. Em seis meses, 6 ministros caíram por envolvimento em denúncias de corrupção. Neste período, outros cinco ministros foram mantidos no cargo, apesar de aparecerem como suspeitos do mesmo crime, processo que atingiu o próprio Presidente Michel Temer.
66. No final de 2016, lideranças expressivas do PSDB referiam-se ao governo como uma “pinguela” para a travessia até as eleições de 2018, cabendo a Temer realizar reformas impopulares e colocar a economia nos eixos do ideário neoliberal.
67. O governo teve que recuar na proposta de uma reforma ministerial mais ampla em fevereiro de 2017, optando por mudanças que selaram a aliança com o PSDB, levando-o ao núcleo do poder, e que mantiveram sob o escudo do foro privilegiado políticos denunciados em crimes de corrupção. Foi abalado com a crise de segurança que assustou o País no rastro das rebeliões nos presídios e dos episódios de violência ocorridos no Espírito Santo.

68. Apesar do contorcionismo da mídia que tenta encontrar nos números sinais de recuperação econômica, os dados não mentem: o País está sendo arrasado pela depressão e ninguém de “conhecimento e boa fé” acredita na propaganda do Ministro da Fazenda de um crescimento de 0,5% em 2017 e de 2,5% em 2018. À decepção com o mal desempenho da economia, soma-se a crescente resistência às reformas impopulares, nas ruas e no Congresso, que até há pouco tempo colocava o governo num dilema: se insistisse na agenda impopular, perderia o apoio no Congresso; se não aprovasse as reformas, perderia o apoio do “mercado” e da mídia, ficando vulnerável à cassação na Justiça Eleitoral.
69. Novo abalo no cenário político foi provocado pelo vazamento de delações premiadas envolvendo a empresa Odebrecht e pelas recentes delações da JBS. A amplitude e a gravidade das denúncias, a serem ainda apuradas, apontam uma crise sem volta para o governo, que deverá ser destituído. Sua base de apoio, alheia aos anseios de mais de 85% da população, busca uma saída que garanta a continuidade da agenda de ataque aos direitos, via eleição indireta. Os movimentos sindicais e populares lutam, em sintonia com o povo brasileiro, para que um novo presidente seja escolhido pelo voto popular. As denúncias também mostram a corrosão do sistema político, cuja reforma só poderá ser efetiva se vier através de uma Constituinte exclusiva e soberana.

Ascenso das lutas populares

70. Crescem as manifestações de rua contra as reformas da previdência e trabalhista, na mesma medida em que despenca a aprovação do governo. A mobilização popular está em rota de ascenso: foram significativas no dia 8 de março, ultrapassaram a emblemática marca de um milhão de manifestantes em todas as capitais e em inúmeras cidades do interior no dia 15 de março, tiveram dimensão semelhante no dia 31 do mesmo mês, atingiram 40 milhões de trabalhadores/as durante a greve geral convocada pelas centrais sindicais no dia 28 de abril, e as importantes paralizações e mobilizações realizadas do dia 30 de junho.
71. Apesar do apoio da mídia, a popularidade do presidente ilegítimo, que sempre foi baixa, caiu ainda mais, chegando ao baixíssimo índice de 5% de aprovação, bem como, o crescimento da desaprovação às suas iniciativas e políticas. O governo ganhou algum flego com a não cassação de mandato do presidente ilegítimo pelo TSE.
72. Segundo pesquisa recente realizada pelo Datafolha, o percentual de defensores das “Diretas Já” é de 85%, a reforma da Previdência é rejeitada por 93% da população, a terceirização é reprovada por 80% dos entrevistados, 70% dos quais acreditam que trará retrocessos e mais da metade que muitos perderão direitos; um percentual de 66% acha que provocará o

desemprego e queda no crescimento da economia, e a aprovação da política de corte de gastos caiu de 19% para 10% entre junho de 2016 e abril de 2017.

73. Realizamos no dia 28 de abril a maior GREVE GERAL da história do país. Em todos os estados e em mais de 250 municípios greves e manifestações responderam ao chamado unitário das centrais sindicais “Em 28 de abril, vamos parar o Brasil”, envolvendo cerca de 40 milhões de trabalhadores de todos os setores econômicos. A militância e os dirigentes do ramo químico estiveram nas ruas, desenvolvendo ações para fortalecer a paralisação, pressionando diretamente pela paralisação de fábricas.
74. Apesar da violenta repressão, a classe trabalhadora deu seu recado ao governo golpista e a sua base de apoio no Congresso: não aceitaremos a retirada de direitos prevista na reforma trabalhista, na reforma da previdência e muito menos a precarização do trabalho causada pela terceirização irrestrita. Nosso grito de guerra “**NENHUM DIREITO À MENOS**” ecoou por todo o País, nos grandes centros urbanos, assim como em inúmeras cidades do interior.
75. Parcela significativa da população voltou às ruas depois das denúncias da JBS exigindo a saída de Michel Temer. No dia 24 de maio, o movimento sindical e os movimentos populares ocuparam Brasília com as palavras de ordem: nenhum direito a menos, retirada imediata da reforma da previdência e da reforma trabalhista da pauta do congresso, fora Temer, diretas já! Cerca de 200 mil trabalhadores/as ocuparam Brasília, numa das maiores mobilizações da história da capital federal. Vieram dispostos a dizer em alto e bom som, ao governo e ao congresso, que as reformas têm que parar e que temer tem que sair agora, para que o País reencontre seu caminho através da democracia. O Congresso lhes voltou as costas e foram recebidos com violência e repressão por uma polícia despreparada e um governo desesperado, que chegou ao cúmulo de acionar as forças armadas para reprimir trabalhadores/as, lembrando os piores dias da ditadura militar.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Sob pressão da sociedade, governo recua

76. A proposta de reforma da Previdência foi apresentada através da PEC 287. Num ataque à Constituição, por ferir o princípio que veda o retrocesso social, a proposta original de reforma é extremamente perversa com a totalidade dos segurados. Ela atinge os três principais fundamentos considerados para efeito de concessão do benefício: a) a idade, que é aumentada; b) o tempo de contribuição, que é igualmente ampliado; e o valor do benefício, que é reduzido.
77. A proposta é inoportuna e autoritária. A crítica generalizada que a proposta recebeu de amplos setores da sociedade teve em comum a avaliação de que não se faz uma reforma

dessa natureza e extensão num momento de recessão e sem ampla discussão com a sociedade.

78. O que o governo propõe não é uma reforma, mas a destruição da previdência pública e da própria seguridade social asseguradas como direito pela Constituição de 1988. Seu objetivo final é restringir o acesso da população aos benefícios previdenciários e assistenciais, além de diminuir o valor dos benefícios, para abrir espaço aos fundos privados de pensão.
79. A intenção fica evidente em pontos do projeto original como a imposição da idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, a extensão do tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos para se obter a aposentadoria parcial, a exigência de 49 anos de contribuição para acesso à aposentadoria integral e a desvinculação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) do Salário Mínimo. A PEC, na sua versão original, altera profundamente tanto o Regime Geral da Previdência Social quanto os Regimes Próprios, tornando improvável a integralidade do valor do benefício.
80. Diante da pressão da sociedade, especialmente daquela que passou a vir das ruas, o relator do projeto da reforma da Previdência, Deputado Artur Maia, apresentou no dia 18 de abril seu parecer contendo as principais mudanças em relação ao projeto original. Entre essas mudanças, incluem-se: idade mínima para aposentar de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, adotando-se uma regra de progressividade que começa com 53 anos para mulheres e 55 anos para homens; tempo de contribuição para o acesso à aposentadoria parcial: 25 anos ; tempo de contribuição para o acesso à aposentadoria integral: diminuição de 49 para 40 anos; aposentadoria rural: 57 anos para mulheres e 60 anos para homens, com exigência de 15 anos de contribuição; Benefício de Prestação Continuada–BPC manutenção do vínculo com o salário mínimo e idade mínima de 65 anos; pensões: mantida a vinculação como salário mínimo, com possibilidade de acumular aposentadoria e pensão até dos salários mínimos; servidores públicos: idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 aos para homens, diminuindo esta idade para 60 anos para professores e para 55 anos para policiais e criando-se regras de transição específicas; parlamentares federais: aposentadoria aos 60 anos, subindo a partir de 2020 até o limite de 65 anos (homens) e 62 (mulheres), com exigência de 35 anos de contribuição.

O governo mente quando afirma que a previdência está falida

81. O movimento sindical e social rejeita a proposta, mesmo que ela tenha sido atenuada, por vários motivos. Primeiro, porque a Previdência não está falida, como afirma o governo ao alegar a existência de um rombo imenso nas contas que compromete não apenas a continuidade do sistema previdenciário, mas a retomada do crescimento no curto prazo e a

própria sustentabilidade de um projeto de desenvolvimento de longo prazo. Afirma que as medidas de austeridade adotadas para superar a atual crise econômica exigem, como complemento fundamental e inadiável, a reforma da Previdência. No entanto, não são os gastos com a proteção social que estão travando a economia. A recessão que devasta o País tem origem em outras causas. O governo mente quando fala do déficit da Previdência porque manipula dados. A Constituição de 1988 integrou a Previdência no sistema de Seguridade Social, da qual também fazem parte a Saúde e a Assistência Social. Se for observado o que prevê a Constituição, o orçamento da Seguridade Social tem sido superavitário, ao contrário do que alega o governo. Os resultados apresentados como deficitários são uma farsa contábil, por três motivos básicos: primeiro, porque foram incluídos na conta os custos com salários dos funcionários da Previdência, o que não é permitido; segundo, porque o governo diminuiu contabilmente a arrecadação da Seguridade ao não considerar a retirada de recursos decorrentes dos efeitos da DRU (Desvinculação de Receitas da União); terceiro, porque o governo desconsiderou as renúncias tributárias, que impactam na arrecadação da Seguridade Social; por último, porque o próprio governo não se empenha em coibir a sonegação nem em cobrar das empresas as dívidas com o sistema previdenciário.

82. Diante dessa manipulação dos dados, defendemos a realização de uma auditoria nas contas da Previdência Social. Só uma investigação séria, sob controle da sociedade, poderá revelar a real situação das suas contas, apontando as empresas sonegadas, o tamanho de suas dívidas, além de eventuais desvios de verbas do sistema para cobrir rombos no orçamento de outros setores do governo. Esta iniciativa é necessária e urgente por duas razões. Primeiro, para desconstruir o discurso do governo e da mídia ao fazer a defesa da reforma da Previdência alegando que é deficitária; segundo, para subsidiar com informações precisas a formulação de uma política de longo prazo de sustentabilidade não só da Previdência, mas do conjunto da Seguridade Social.

Uma realidade que o governo desconsidera

83. O que governo pretende não é fortalecer a Previdência Social, mas acabar com ela. O foco do seu projeto é a redução de custos, quando deveria ser o de aperfeiçoamento da proteção social num País em que as desigualdades ainda são muito graves. Ao invés de restringir o acesso aos benefícios, o governo deveria estar procurando uma estratégia para aperfeiçoar a arrecadação do sistema previdenciário brasileiro.
84. A redução do desemprego e o incentivo à formalização do trabalho seriam uma forma de ampliar a base arrecadatória e dar sustentabilidade à previdência. Ao contrário, as políticas restritivas do governo têm alimentado a crise econômica e não oferecem qualquer perspectiva de retomada no curto prazo. A aprovação da terceirização ampla total e irrestrita

levará diversos trabalhadores para a informalidade e fragilizará ainda mais a arrecadação previdenciária, ao invés de impedir o colapso do sistema previdenciário, as ações do governo, quando olhadas em conjunto, podem servir para precipitá-lo.

85. Numa linha de solidariedade entre gerações, são os trabalhadores e trabalhadoras da ativa que sustentam aqueles que já trabalharam e contribuíram por longo período e que se encontram aposentados ou em processo de aposentadoria. Para que isso ocorra, os que agora estão inseridos no mercado de trabalho deveriam desfrutar de condições de trabalho relativamente estáveis.
86. O mercado de trabalho brasileiro apresenta fortes distorções: as pessoas começam a trabalhar muito jovens; persistem a alta rotatividade e períodos longos de desemprego; as jornadas de trabalho efetivamente trabalhadas são elevadas; a estrutura de ocupação é fortemente marcada por trabalhos insalubres e perigosos; sem levar em conta que a jornada de trabalho das mulheres é maior que a dos homens em decorrência dos afazeres domésticos (dupla jornada), sem levar em conta que a remuneração das mulheres e negros é menor que da população branca mesmo quando desempenham funções semelhantes.
87. Essa realidade deveria ser considerada ao se pensar o modelo de Previdência desejável para o País ou uma eventual reforma no sistema existente. Para se pensar em longo prazo a Previdência Social e sua sustentabilidade é necessário melhorar a qualidade do mercado de trabalho brasileiro.
88. Com as novas regras, apenas uma pequena parcela da população terá como cumprindo as novas exigências, reduzindo-se assim as chances de se aposentar.
89. No Brasil de hoje, ter emprego estável, com carteira assinada é a exceção, não a regra. O desemprego atinge atualmente 14,2 milhões de pessoas. Metade da força de trabalho está na informalidade. As pessoas que vivenciam relações precárias de trabalho - trabalho informal, trabalho temporário e/ou intermitente, trabalho terceirizado, PJ, além da alta rotatividade no trabalho – dificilmente conseguirão contribuir durante 25 anos para ter acesso à aposentadoria parcial, muito menos contribuir por 40 anos para ter direito à aposentadoria integral. E são elas que mais precisam da Previdência e da assistência do Estado. O quadro é ainda mais grave se levarmos em conta que esses/as trabalhadores/as executam trabalho que exige grande esforço físico e que dificilmente conseguirão continuar trabalhando até aos 62 ou aos 65 anos. Em outras palavras, dificilmente se aposentarão. Pior do que isso, o trabalho precário será a regra, depois do Presidente ilegítimo Michel Temer ter sancionado o PL 4302 da terceirização e caso o Congresso aprove a reforma Trabalhista que amplia a precarização para todos os setores e segmentos. Uma reforma que acentua as desigualdades sociais e exclui os mais pobres, indo na contramão do que deveria ser a Previdência Social.

90. O governo Temer, desconsidera essa realidade ao propor simultaneamente essas duas reformas que produzirão efeitos nefastos para a classe trabalhadora e para a sociedade brasileira. A reforma Trabalhista proposta pelo governo torna o trabalho ainda mais precário, intensifica as distorções do mercado de trabalho apontadas acima e corrói as bases de sustentação do sistema previdenciário e de proteção. A reforma da Previdência, por sua vez, foi concebida pelo viés de redução de custos e penaliza os setores mais pobres da população, aumentando o já perverso quadro de desigualdades existentes no Brasil. É injusto com os setores mais vulneráveis, em especial as mulheres, professore/as do ensino fundamental, com os/as trabalhadores/as rurais, com os/as trabalhadores/as com deficiência e complacente com os mais ricos. Favorece as camadas de maior renda e mantém privilégios dos segmentos com maior poder de pressão.
91. A Previdência, assim como o Brasil, é extremamente desigual: 50% dos recursos previdenciários vão para o segmento mais rico, que representa 10% do total de aposentados, enquanto apenas 25% destes recursos destinam-se aos 66% dos aposentados mais pobres. Se o objetivo é economizar, mais justo seria se a reforma mirasse nos setores mais favorecidos: atingiria menos pessoas e economizaria mais.
92. No entanto, não é isto que o governo quer, ao contrário, seu foco é reduzir direitos dos/as trabalhadores/as mais pobres, impedindo ou restringindo seu acesso à aposentadoria.
93. Dois terços da população brasileira situam-se nas camadas mais baixas de renda e têm dificuldade para atender às necessidades básicas da família. Esta condição as torna ainda mais dependentes de políticas públicas, asseguradas como direito pela Constituição. As limitações de investimento do governo golpista, com o engessamento do orçamento por vinte anos (EC n.95 ou “Teto dos Gastos”), tendem a agravar este quadro, ao restringir o âmbito e piorar a qualidade de políticas públicas das quais tanto depende este segmento majoritário da população. Essas pessoas têm o direito de se aposentar quando envelhecerem e perderem naturalmente parte da capacidade para o trabalho. O Estado deve cuidar delas nessa fase crucial de sua vida. No entanto, a reforma da Previdência proposta pelo atual governo dificulta o acesso a este direito fundamental porque eleva de 15 para 25 anos o tempo mínimo de contribuição e porque reduz a aposentadoria de quem contribuir por menos de 40 anos.

Proposta do governo mantém privilégios

94. O projeto não altera, no entanto, os privilégios de segmentos com maior poder de pressão, mantendo-os intocáveis. A manutenção das regras atuais para alguns segmentos como por exemplo: militares e juizes, no entanto, oferece penalização e perda de direitos para os

setores mais vulneráveis revelando mais um aspecto contraditório, cruel e inaceitável da atual proposta de reforma. Ou seja, privilégios para uns, regras draconianas para outros.

95. Diante da pressão vinda das ruas, o governo tenta iludir e dividir a classe trabalhadora.
96. Sob pressão e dividido, Congresso sinaliza alterações na proposta, com o adiamento do início da votação muita coisa ainda pode acontecer e influir neste cenário.

REFORMA TRABALHISTA

97. O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em 27 de abril, substitutivo do deputado Rogério Marinho (PSDB) ao PL 6787/2016, popularmente chamado de reforma trabalhista. A proposta está agora em apreciação para votação no Senado, onde recebeu a denominação PLC nº 38/2017. O projeto é nefasto em toda sua extensão. Trata-se, de uma proposta que articula a destruição de direitos em diversas áreas e que faz parte do projeto sistêmico de mudanças que o governo golpista pretende implementar na perspectiva de sua agenda neoliberal. Foca em três campos básicos: contrato e jornada de trabalho, negociação e organização sindical, o papel da Justiça do Trabalho.
98. Segundo a opinião de juristas do trabalho, a assessoria jurídica das entidades patronais que participou na elaboração do projeto trabalhou com “precisão cirúrgica ao ferir de morte o Direito do Trabalho, atingindo-o em seus pontos vitais”. O projeto altera mais de cem artigos da CLT sendo, em seu conteúdo essencial, de uma engenhosidade e perversidade sem iguais. Está todo direcionado para precarizar o trabalho e fragilizar a organização sindical, reduzindo brutalmente o custo da mão de obra.
99. Se aprovado, levará o País a uma situação de barbárie, promovendo um retrocesso social “aquém de qualquer patamar civilizatório mínimo”, ao escancarar as portas para o trabalho em condições análogas às do trabalho escravo. Ao contrário do que afirmam o governo e a mídia que lhe é subserviente, não estimulará o crescimento do emprego. Ao invés de garantir melhores condições de trabalho para uma grande massa de trabalhadores e trabalhadoras que hoje já estão submetidos a condições extremamente precárias, especialmente os migrantes, com a reforma trabalhista os novos empregos serão de uma qualidade comparável à dos trabalhadores bolivianos em empresas terceirizadas da indústria brasileira de confecção e vestuário, ou à dos/as trabalhadores/as explorados de forma semelhante no Camboja, em Myanmar ou no Vietnã.
100. É um projeto de iniciativa dos empresários brasileiros que visa atender ao que propõe o documento lançado pela CNI em 2012, “101 Propostas para Modernização Trabalhista”. O governo ilegítimo o assumiu como moeda de troca ao apoio recebido desses mesmos empresários no golpe que tirou do poder a Presidenta Dilma. O projeto tem autoria e

endereço certos: CNI, FIESP, FEBRABAN, CNA, entre outras entidades de representação patronal e põe a nu por onde passa a luta de classes.

101. Em linhas gerais, o modelo proposto nega a autonomia e a liberdade sindical, pulveriza a organização sindical por categoria profissional, restringe o âmbito da negociação coletiva, limita o direito de greve, submete a solução dos conflitos de interesse à arbitragem da Justiça do Trabalho e não cria mecanismos para coibir a ação anti-sindical da empresa no local de trabalho.
102. Em outras palavras, o modelo corporativo ainda existente prioriza os direitos individuais em detrimento dos direitos coletivos e mantém as relações de trabalho desequilibradas a favor do capital.
103. Defendemos um modelo que tenha como foco a liberdade e autonomia sindical visando fortalecer a organização por ramo e um processo mais centralizado de negociação coletiva, que confira maior poder de barganha aos sindicatos. O sistema democrático de relações de trabalho defendido pela CUT ancora-se ainda numa legislação de sustento que equilibra a relação capita-trabalho, fortalecendo o lado mais frágil. O projeto de lei da reforma trabalhista (PLC 38/2017) vai na direção contrária a este modelo e radicaliza as distorções do sistema corporativo, assegurando ao capital condições extraordinárias para explorar o trabalho. Juntando as peças do quebra-cabeça, trata-se de uma reforma que em vez de modernizar as relações de trabalho promoverá seu retrocesso.

Flexibilização do contrato e das relações de trabalho

104. O projeto pretende acabar com o contrato formal de trabalho, tal como conhecemos, e cria a possibilidade de várias formas de contrato precário, combinados com diversas possibilidades organização da jornada de trabalho, todas elas mais perversas para o/a trabalhador/a, por se tornarem mais longas e por possibilitarem um tempo maior de trabalho realizado e não pago.
105. Seguindo essa linha, o projeto representa, na prática, o fim do contrato de trabalho por tempo indeterminado com benefícios e proteção social. Amplia o prazo e reduz as condicionantes para utilização do contrato de trabalho temporário. Amplia a jornada e a possibilidade de utilização do trabalho em tempo parcial. Cria o contrato de trabalho intermitente, colocando os/as trabalhadores/as em permanente insegurança, pois nunca se sabe até quando se estará “empregado” e quanto se vai ganhar.
106. Define as condições para ampliação da terceirização de forma generalizada e irrestrita e para acabar com a responsabilidade da contratante. Complementa, desta maneira, o PL Nº 4302, igualmente perverso e recentemente aprovado na Câmara dos Deputados através de uma manobra aviltante do presidente da casa, a terceirização irrestrita, sem a garantia da

igualdade de direitos entre trabalhadores diretos e terceirizados, sem a responsabilidade solidária entre a empresa contratante e a contratada e sem a representação sindical dos terceirizados pela categoria preponderante, cria um cenário de total insegurança para o/a trabalhador/a terceirizado/a, abrindo espaço para uma exploração também absurda do trabalho.

Aumento da jornada e da exposição ao adoecimento e acidente de trabalho

107. O projeto da reforma trabalhista estabelece um conjunto de alterações sobre a jornada de trabalho com redução dos horários de almoço e descanso. Amplia o uso de hora extra e do banco de horas, permitindo inclusive a existência concomitante de ambos. Cria medidas para dificultar e restringir a contagem do tempo da hora extra, descaracterizando o que é tempo estritamente a serviço do empregador. Cria mecanismos para facilitar o uso de jornada extensa e extenuante. Possibilita a prorrogação da jornada insalubre, expondo as mulheres gestantes e lactantes à insalubridade com riscos à saúde da mãe e da criança. Cria mecanismos para isentar o empregador da responsabilidade com as condições de saúde e segurança dos trabalhadores no teletrabalho. Restringe a aplicação da Lei de Cotas.
108. Na prática, o projeto expõe o trabalhador a uma condição de quase servidão ao trabalho através de jornadas extensas, com uma vida laboral dependente do chamado “bico” que, sem definição clara de jornada e horário de trabalho, não permite controlar seu tempo e organizar sua vida pessoal, familiar e social. Aumenta terrivelmente a condições de trabalho insalubres com graves reflexos para a saúde e segurança do trabalhador, aumentando o adoecimento e a morte no trabalho.
109. É desumano ao permitir expor gestantes e lactantes a condições insalubres e inviabilizar a aplicação da Lei de Cotas para pessoas com deficiência e reabilitados.
110. O projeto cria uma representação dos trabalhadores no local de trabalho controlada pela empresa e sem qualquer influência do sindicato para negociar condições de trabalho, podendo o resultado dessa negociação se sobrepor ao direito assegurado em lei. Proíbe a ultratividade de acordos e convenções coletivas e subordina as convenções coletivas aos acordos coletivos. Além de restringir o papel do sindicato na negociação coletiva, cria dispositivos para induzir o trabalhador à negociação e ao acordo individual de trabalho. Limita, radicalmente, o papel da Justiça do Trabalho na defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as.
111. Exige autorização do trabalhador para cobrança de qualquer contribuição sindical, comprometendo a sindicalização e a sustentação financeira do sindicato. Acaba com a

assistência do sindicato à homologação. A representação no local de trabalho, independente do sindicato, competirá com ele em suas atribuições. Somados estes mecanismos, fica evidente que o projeto retira do sindicato suas atribuições fundamentais de defender os interesses e direitos dos trabalhadores, abrindo espaço para, no limite, ser criado um modelo de organização sindical por empresa.

Desmonte da Justiça do Trabalho

112. O projeto limita a atuação da Justiça do Trabalho na elaboração de súmulas e enunciados ao que já está em lei e cria uma série de regras para dificultar sua produção. Subordina direito do trabalho ao direito comum. Estabelece como pressuposto para sua atuação o princípio da intervenção mínima no julgamento das convenções e acordos coletivos. Estabelece o uso da arbitragem e das comissões de conciliação prévia. Cria um termo de quitação anual. Limita o acesso gratuito à justiça do trabalho. Dificulta o acesso aos créditos trabalhistas através de manobras nas definições de responsabilidades entre os sócios. Cria uma série de constrangimentos ao trabalhador para impedi-lo de entrar com reclamação trabalhista, definindo situações que podem responsabilizar e onerar tanto os reclamantes, quanto seus advogados e testemunhas.
113. Em síntese, o substitutivo apresentado pelo relator, Rogério Marinho, além de retirar direitos e expor a classe trabalhadora a uma precarização crescente das condições de trabalho com redução de renda, exposição à instabilidade, à insegurança e ao adoecimento, promove um verdadeiro desmonte das instituições que protegem o trabalhador, inviabilizando a organização e a ação sindical, e a atuação da Justiça do Trabalho.

OUTRAS MEDIDAS

Mudanças na regulação da segurança e saúde do trabalhador no local de trabalho

114. Agravando este quadro, assistimos ao ataque do governo golpista, às normas que regulam a saúde e a segurança no trabalho: as Normas Regulamentadoras - NR12- Máquinas e Equipamentos, e mudanças no Fator Acidentário de Prevenção. A implantação da terceirização e a reforma trabalhista ampliarão de forma sistemática a exposição dos /as trabalhadores/as às condições precárias de trabalho. Segundo dados do DIEESE, o percentual de afastamentos por acidentes de trabalho nas atividades tipicamente terceirizadas é maior do que nas atividades tipicamente contratantes - 9,6% contra 6,1%.

115. Além da precarização vitimar os trabalhadores, a Lei nº 13183/2015 que trata da revisão de benefício previdenciário, retira a única fonte de renda e de sobrevivência do trabalhador/a enquanto se recupera das sequelas dos acidentes de trabalho.
116. Para enfrentar esses desafios é imprescindível a organização sindical no local de trabalho, o fortalecimento da luta pelos direitos e o controle social das políticas públicas de saúde.
117. O congelamento dos investimentos em saúde, conforme Emenda Constitucional 95, vai impedir e dificultar que os/as trabalhadores/as adoecidos/as e acidentados/as acessem as políticas de saúde que garantam o tratamento e reabilitação, além de impossibilitar no avanço das políticas de vigilâncias em saúde, que tem por finalidade atuar na prevenção de doenças e agravos, acidentes e, na promoção da saúde nos locais de trabalho.

ESTRATÉGIA

118. O enfrentamento a uma conjuntura das mais difíceis para os trabalhadores/as, não se completa apenas com a crítica e a proposição de alternativas econômicas, ou mesmo com a intensificação e inovação nas nossas formas de luta. É fundamental uma compressão por parte do movimento sindical sobre a necessidade de incorporarmos, permanentemente, os direitos e reivindicações do conjunto da classe trabalhadora, a qual está em permanente transformação e inclui as pautas e especificidades de luta das mulheres, dos negros/as, da juventude, da população LGBT e das pessoas com deficiência, por exemplo. Precisamos incluir em nossa agenda também aqueles e aquelas que estão excluídos do mercado de trabalho formal e de um sistema de proteção social.
119. Também é necessário, cada vez mais, trazermos ao centro do debate outros aspectos reveladores da incapacidade do capitalismo, como modo de produção, oferecer um paradigma de futuro digno e sustentável para a humanidade, democrático e socialista. Os limites à reparação do povo negro, a permanência da violência e opressão às mulheres, a falta de perspectivas para a juventude, a homofobia, o recrudescimento da xenofobia e de uma economia belicista, explicitam cada vez mais os limites da hegemonia capitalista em escala planetária.

Estratégia de curto prazo: fora Temer, diretas já, nenhum direito a menos

120. Derrubar o governo ilegítimo e corrupto e barrar as reformas impopulares deve ser o centro da estratégia de curto prazo do movimento sindical CUTista. Uma estratégia que deve combinar diferentes linhas de ação para fora e para dentro da própria organização. Na relação com a sociedade, devem ser priorizadas as ações de massa visando desalojar do poder o governo ilegítimo.

121. A luta contra as reformas deve continuar visando sua retirada imediata da pauta do Congresso. Essas ações envolvem a agitação e propaganda esclarecendo a importância de derrubar o governo ilegítimo e de eleições gerais para escolher o novo presidente. Envolvem também a eleição de uma Assembleia Constituinte soberana e exclusiva para fazer a reforma do sistema político.
122. Envolvem ainda o esclarecimento dos principais pontos e das consequências nefastas das reformas. As ações passam pela mobilização no local de trabalho, buscando envolver o máximo de trabalhadores/as na luta, especialmente mulheres e jovens; por manifestações de massa, em articulação com os movimentos sociais, para angariar o apoio da sociedade e exercer pressão sobre o Congresso; pela articulação com entidades representativas da sociedade civil para exigir a o fim do governo golpista.
123. O desfecho da luta política e a retirada das reformas no Congresso dependerá, em grande parte do resultado das mobilizações de massa. Para atingir este objetivo, é necessário intensificar as ações de agitação e de mobilização nos sindicatos e nos locais de trabalho, com panfletagem, assembleias e ações para garantir a organização de nova greve geral, em patamar superior à greve do dia 28 de abril.
124. Por outro lado, o Ramo Químico da CUT deverá se preparar para os efeitos das reformas, na eventualidade das forças conservadoras conseguirem eleger indiretamente um novo Presidente da República comprometido com esta agenda de reformas. Temos que buscar respostas para perguntas fundamentais como: Como as reformas atingirão a classe trabalhadora e os setores representados pela CUT? O que muda de fundamental nas relações de trabalho e como essas mudanças alteram a composição das bases que representamos? A atual estrutura sindical dará conta de responder aos desafios por elas colocados? Como as mudanças afetam a atual organização sindical da CUT? Como fazer a leitura desses desafios a partir da nossa concepção classista? Que espaços e iniciativas devem ser criados para debater e encaminhar esses temas no curto prazo, preparando o debate a ser feito nas Plenárias-Congressos Extraordinários da CUT?

Estratégia de médio prazo: derrotar o governo, reverter a agenda neoliberal e fortalecer a organização sindical

125. Devemos defender o fortalecimento de uma candidatura viável à disputa de 2018, ou antes disso, ancorada numa plataforma visando reverter a agenda neoliberal do atual governo golpista, restabelecer a ordem constitucional democrática, reverter o desmonte do Estado e resgatar as conquistas históricas da classe trabalhadora. No desdobramento dessa luta, deverão ser criadas as condições políticas para a convocação de uma Assembleia Nacional

Constituinte, com o objetivo de reconstituir o Estado de Direito e definir as reformas estruturais necessárias para consolidar a democracia e promover um novo ciclo de desenvolvimento sustentável.

126. No plano interno, o fortalecimento da organização e da ação sindical, considerando dois prováveis cenários. O primeiro, mais favorável e, no entanto, incerto, resultaria da derrota do governo ilegítimo e da retirada de pauta das reformas. Demandaria um enorme poder de pressão vindo das ruas. O segundo, bastante perverso, é o de “terra arrasada” criado pela continuidade do golpe, com eleição indireta do novo Presidente da República e a aprovação das reformas, particularmente a trabalhista. Prevalecendo o pior deles, deveremos avaliar, de um lado, os impactos das reformas na reconfiguração do perfil da classe trabalhadora e na dinâmica do mercado de trabalho e, de outro, o modelo de organização sindical mais apropriado para, neste novo cenário, continuar fazendo defesa incondicional dos direitos da classe trabalhadora, traçando uma linha de ação planejada até o fim do mandato da atual direção.
127. Embora possa parecer inconsequente e prematuro, diante de cenários tão incertos, projetar a ação sindical para além dos próximos dois anos, é importante ter no horizonte a sociedade que queremos para nós e para as futuras gerações.
128. Uma vez derrotado o governo Temer na sua agenda de ataques aos direitos trabalhistas e à aposentadoria, abre-se a via para uma saída democrática para a crise em que o golpismo mergulhou o Brasil: dar a palavra ao povo soberano com antecipação das eleições, Lula presidente e uma Constituinte que anule todas as medidas antinacionais e contrárias ao povo trabalhador já adotadas pelo Congresso servil, abrindo a via para as reformas populares necessárias.

CONJUNTURA SETORIAL

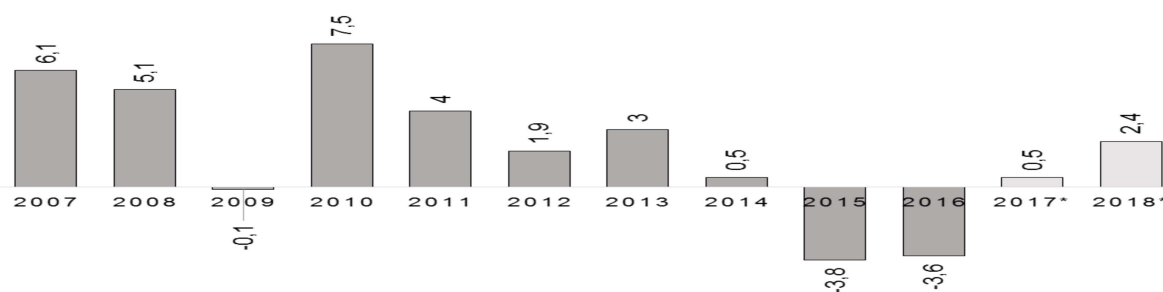
129. O Ramo Químico brasileiro compreende toda a cadeia produtiva da Indústria Química o que inclui químicos para uso industrial, ou seja, aqueles que se referem à atividade de indústria base, cuja produção é insumo para várias indústrias de diversos setores e químicos para uso final, isto é, aqueles que referem-se aos produtos cujo resultado da produção é diretamente comercializado para o mercado final e inclui: produtos farmacêuticos; higiene pessoal, cosméticos e perfumaria; adubos e fertilizantes; produtos de limpeza e afins; defensivos agrícolas (agrotóxicos); tintas, esmaltes e vernizes, fibras artificiais e sintéticas; e transformados plásticos. O ramo também é composto pelo setor de petróleo e gás (princípio da cadeia petroquímica), extração de minérios, indústria de papel e celulose, indústria de borracha e indústria de vidros.

130. De acordo com dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE de 2013, o ramo no Brasil representa cerca de 31,4% do Valor Bruto da Produção e emprega cerca de 1,2 milhão de trabalhadores nos diversos setores que a compõe (RAIS,2015). O Ramo Químico é bastante estratégico na economia brasileira e possui grande dinamismo com participação em inúmeras cadeias produtivas e por conta desta íntima integração com outros ramos, como metalúrgico, de alimentos, têxtil e da construção civil, é impossível descolar uma análise setorial da conjuntura da indústria nacional e da própria conjuntura econômica.

Indústria Brasileira

131. O Brasil atravessa uma das piores recessões da história, o Produto Interno Bruto (PIB) recuou no ano de 2016 em 3,6% e em 2015 a queda foi de 3,8%. No primeiro trimestre de 2017, no entanto, o PIB teve crescimento de 1,0% em relação ao trimestre imediatamente anterior. É o primeiro resultado positivo após oito trimestres consecutivos de queda, o que pode indicar uma possível reversão da retração na economia. De qualquer forma, a previsão para o PIB em 2017 é de apenas 0,5% e para 2018 a estimativa é de crescimento de 2,4%, a atividade econômica apenas conseguirá voltar ao nível pré-recessão a partir de 2019, obviamente, que o cenário de grande incerteza política é um obstáculo para que a expectativa seja alcançada.

Evolução do PIB Brasileiro – 2007 a 2018



Fonte: IBGE

Elaboração DIEESE, Subseção CNQ/FETQUIM

*Estimativa elaborada pelo Banco Central

132. A indústria é certamente um dos setores da economia que mais tem sofrido com a recessão. No ano de 2016 retraiu 3,8%, somente a Indústria de transformação teve queda de 5,2% no ano. Tal resultado foi influenciado, principalmente, pela redução, em volume, do valor adicionado da fabricação de máquinas e equipamentos, indústria automotiva, metalurgia, alimentos e bebidas, móveis e produtos de metal, borracha e plástico. Ademais, a indústria tem perdido sua participação no PIB consideravelmente:

Evolução da participação da indústria no PIB - 2000/16

Atividade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
INDÚSTRIA	26,7	26,6	26,4	27,0	28,6	28,5	27,7	27,1	27,3	25,6	27,4	27,2	26,0	24,9	23,8	22,3	21,2
Indústria Extrativa	1,4	1,6	2,0	2,2	2,5	3,1	3,5	3,0	3,8	2,2	3,3	4,4	4,5	4,2	3,7	2,0	1,0
Indústria de Transformação	15,3	15,4	14,5	16,9	17,8	17,4	16,6	16,6	16,5	15,3	15,0	13,9	12,6	12,3	12,0	11,8	11,7
Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	3,1	3,3	3,4	3,3	3,5	3,4	3,2	3,0	2,6	2,7	2,8	2,7	2,4	2,0	1,9	2,7	2,9
Indústria da Construção	7,0	6,3	6,5	4,6	4,9	4,6	4,3	4,6	4,4	5,4	6,3	6,3	6,5	6,4	6,2	5,9	5,6

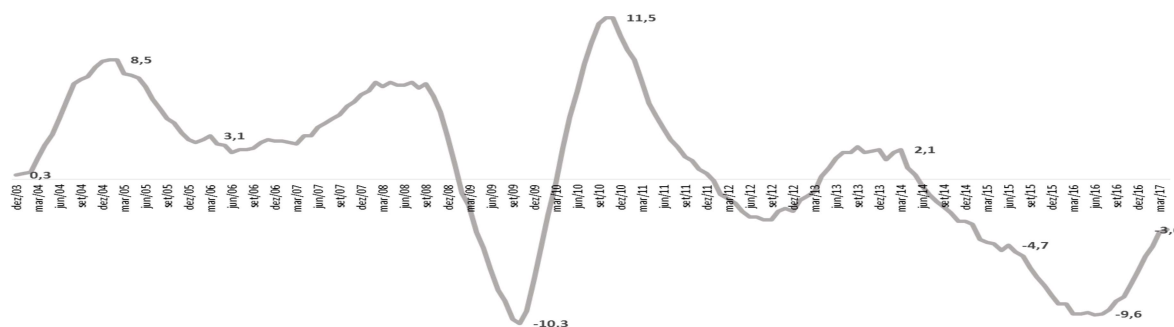
Fonte: IBGE

Elaboração DIEESE, Subseção CNQ/FETQUIM

133. Nos últimos 10 anos a participação da indústria no PIB caiu 5,9 p.p., passando de 27,1% para 21,2%. Tanto a Indústria de Transformação quanto a Indústria Extrativa têm perdido ano após ano relevância no PIB brasileiro. Os dados de produção industrial corroboram com a piora no desempenho da indústria brasileira:

Produção Física Industrial - Variação percentual acumulada nos últimos 12 meses (%)

Dez/2003 a Abr/2017 (Base: últimos 12 meses anteriores)

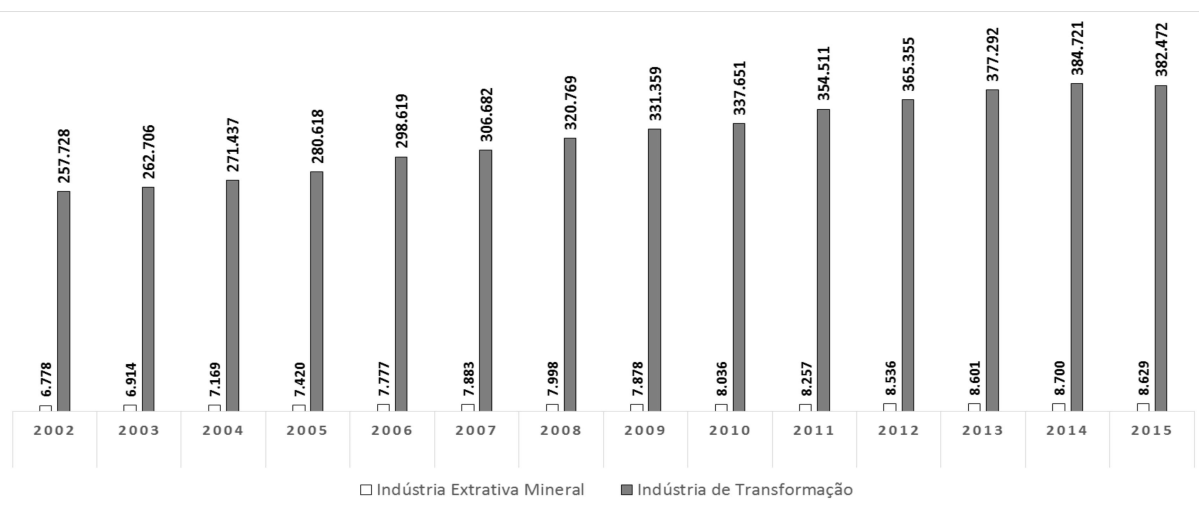


Fonte: Fonte: IBGE
Elaboração DIEESE

134. O índice de produção física industrial acumulado nos últimos 12 meses, compara a produção acumulada nos últimos 12 meses de referência do índice em relação a igual período imediatamente anterior. No gráfico, é possível distinguir que até fins de 2008 os índices de produção física obtiveram resultados positivos, no período indicado houve grande expansão do mercado interno brasileiro, altos índices do crescimento chinês que favoreceu, especialmente, às exportações de commodities como o minério de ferro principal produto da indústria extrativa brasileira. O período seguinte de queda vertiginosa da produção física da indústria tem relação direta a crise financeira internacional e a recuperação brasileira se deu de maneira bastante rápida e índices ainda mais favoráveis foram obtidos em meados 2010. No período mais recente, no entanto, predominam resultados negativos na produção física e

a ligeira melhora refere-se a resultados menos deteriorados, impacto da grave crise econômica que assola o país.

Evolução do Emprego no Brasil por tipo de indústria - 2002 a 2015



Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho

Elaboração: DIEESE, Subseção CNQ/FETQUIM

135. Entre 2002 e 2015 o emprego na indústria brasileira cresceu 47,9%, especificamente na indústria de transformação o crescimento foi de 48,4% e na indústria extrativa mineral uma ampliação no estoque de empregos de 27,3%. A trajetória acrescente apresentada no gráfico apenas é rompida entre 2014 e 2015, com a queda tanto na indústria de transformação (-0,6%) quanto na indústria extrativa mineral (-0,8%).
136. Para o ano de 2016, resultados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho, foram fechados 336.142 postos de trabalho das indústrias de transformação (- 324.258) e extrativa mineral (-11.884) somadas. Já para o primeiro quadrimestre, há uma ligeira melhora com abertura de vagas na indústria de transformação (+ 35.453) e menor fechamento de vagas na indústria extrativa (-801) o que ainda não reflete uma melhora substancial.
137. Além disso, é importante mencionar indicadores macroeconômicos que influenciam diretamente nos resultados da economia. O Brasil segue com a política fiscal contracionista, uma vez que o atual governo abre mão de utilizar o gasto público como ferramenta anticíclica e ainda agrava tal perspectiva ao aprovar o congelamento de despesas para os próximos 20 anos. A taxa de juros permanece demasiadamente alta e a taxa de câmbio valorizada o que efetivamente dificultam a retomada do crescimento do setor produtivo e ao mesmo tempo o aprofundamento da queda na receita pública. Soma-se a este cenário a alta do desemprego que atinge mais de 13 milhões de trabalhadores, e o endividamento das famílias e empresas. A inflação, no entanto, que passou por um processo de elevação sobretudo entre 2015 e 2016 chegando a 10,70% (IPCA acumulado em 12 meses) e dificultando os reajustes salariais,

atualmente está abaixo da meta de 4,5% o que se deve muito mais a baixa do consumo provocada pelo processo recessivo da economia.

138. Dito isto, o desempenho da indústria exposto de forma mais generalizada somado ao ambiente macroeconômico causa impactos no Ramo Químico. Os setores produtivos se integram numa cadeia mais ampla de interdependência e, neste sentido, o mal comportamento da economia gerou efeitos negativos no ramo, como será revelado adiante.

O Ramo Químico

139. Primeiramente é fundamental expor os dados de emprego do ramo que são reflexos conjuntura da economia e refletem diretamente na base de atuação sindical. Os números revelam que em dez anos (últimas informações de estoque de trabalhadores do Ministério do Trabalho) o número de trabalhadores do ramo cresceu 17,1%, dentre os setores que o compõe destaque para o setor de adubos e fertilizantes (+53,7), setor vidreiro (+41,8%) e de defensivos agrícolas (+39,8%) que apresentaram as maiores ampliações no número de emprego no período indicado. Por outro lado, o setor de borracha e o de químicos para fins indústrias, contrariando a trajetória do ramo, obtiveram resultados negativos, ou seja, decréscimo no estoque de empregos. Ademais, a variação entre o 2014 e 2015 é negativa em todos os setores, exceto para o setor farmacêutico que basicamente manteve-se estagnado no período.

Evolução dos vínculos de emprego do Ramo Químico por setor, Brasil - 2006-2015

Ramo Químico CNQ-CUT	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Δ% 06/15	Δ% 14/15
Aadubos e Fertilizantes	18.201	19.256	19.062	17.985	20.068	23.579	23.534	28.320	28.334	27.971	53,7%	-1,3%
Borracha	90.630	92.268	94.878	90.169	99.759	100.301	99.634	100.925	99.882	87.435	-3,5%	-12,5%
Defensivos Agrícolas	6.332	6.130	7.502	7.826	7.982	9.800	9.375	9.207	9.553	8.853	39,8%	-7,3%
Farmacêutico	83.503	84.867	90.855	91.931	92.472	93.386	96.618	99.388	103.101	103.187	23,6%	0,1%
Hig. Pessoal , Perf. E Cosméticos	35.370	36.059	37.716	38.774	42.897	41.535	43.353	43.096	44.799	42.855	21,2%	-4,3%
Minérios	131.878	135.156	142.074	141.573	159.495	175.917	195.903	198.533	195.780	183.451	39,1%	-6,3%
Papel e Celulose	154.419	158.676	161.354	163.182	173.219	175.122	177.230	181.634	184.767	177.323	14,8%	-4,0%
Petróleo	68.313	67.671	83.513	88.708	90.554	98.099	104.671	104.812	101.934	94.829	38,8%	-7,0%
Plástico	298.169	311.118	318.095	324.371	346.610	343.966	352.739	356.118	355.795	324.996	9,0%	-8,7%
Produtos de Limpeza	33.794	33.974	36.217	41.351	44.890	42.101	42.330	44.613	46.001	42.739	26,5%	-7,1%
Químicos para fins industriais	118.677	117.102	117.884	116.590	122.659	122.556	123.060	122.548	120.027	115.267	-2,9%	-4,0%
Tintas e Vernizes	26.683	28.328	29.405	30.234	32.624	33.572	33.267	34.040	33.675	31.933	19,7%	-5,2%
Vidro	31.606	31.409	32.514	33.527	38.236	40.850	42.832	46.011	47.737	44.810	41,8%	-6,1%
Total	1.097.575	1.122.014	1.171.069	1.186.221	1.271.465	1.300.784	1.344.546	1.369.245	1.371.385	1.285.649	17,1%	-6,3%

Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho

Elaboração: DIEESE, Subseção CNQ/FETQUIM

140. Evidentemente que questões conjunturais afetam de maior ou menor maneira cada setor do ramo químico como veremos adiante iniciando pelos Químicos para Fins Industriais.

Químicos para fins industriais

141. Os químicos para uso industrial são os produtos inorgânicos; produtos orgânicos; resinas e elastômeros; e produtos e preparados químicos diversos utilizados como insumos para o restante da cadeia produtiva química e, neste sentido, sua produção é impactada pela demanda de outros setores.
142. A indústria química brasileira perdeu dois postos no ranking mundial do setor entre 2014 e 2015 e passou a ocupar a oitava colocação, com faturamento líquido estimado em US\$ 113,5 bilhões. A combinação de preços do petróleo e de intermediários em baixa, desvalorização do real e desaceleração dos investimentos explicam essa queda. Estima-se que a indústria brasileira química investe em média US\$ 1 bilhão por ano.
143. De acordo com a ABIQUIM, demanda, produção e vendas dos químicos para fins industriais voltaram aos níveis de 10 anos atrás em 2016, após grande declínio nos dois anos anteriores. O resultado mais favorável deve-se, especialmente, as exportações que cresceram em volume cerca de 16,1% (apesar do decréscimo em valores) em relação ao ano anterior. A tabela abaixo apresenta alguns detalhes:

Dados da Indústria de Produtos Químicos para uso Industrial

	2015	2016*	16*/15
Faturamento líquido (US\$ bilhão)	53,7	54,9	2,3%
Faturamento líquido (R\$ bilhão)	178,9	181,3	1,3%
Produção em volume (base 1994 = 100)	145,0	149,1	2,8%
Importações (US\$ bilhão)	29,81	26,71	-10,4%
Exportações (US\$ bilhão)	10,72	9,83	-8,4%
Saldo balança comercial (US\$ bilhão)	-19,09	-16,88	11,6%
Investimentos realizados (US\$ bilhão)	0,7	0,5	-28,6%

Investimentos programados até 2020: US\$ 4,1 bilhões

*estimado.
Fonte: Abiquim.

144. Ademais há questões que interferem no comportamento dos produtos químicos para uso industrial como o Regime Especial da Indústria Química (Reiq) que desonera a carga tributária de PIS/Cofins sobre matérias-primas do setor, o REINTEGRA, (programa para reduzir impostos sobre exportações, e a Lei do Gás que prevê a uma política de diferenciação e competitividade para utilização do gás natural do pré sal como matéria-prima. Tais questões são pleitos da Indústria Química para alavancar o setor e sofreram mudanças nos últimos anos.

145. Paralelamente em abril de 2016 foi relançada a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Competitividade da Indústria Química, Petroquímica e Plástica, que reúne Deputados Federais e Senadores numa espécie de lobby do complexo químico no Congresso Nacional e no Executivo Federal. As demandas dos trabalhadores através de maior alinhamento com do movimento sindical ocorreu num primeiro momento, porém após impeachment da presidenta Dilma Rousseff as atividades foram reduzidas e houve um desalinhamento com a representação dos trabalhadores.
146. Vale destacar ainda a necessidade do setor de superar a dependência externa que ocorre tanto através da grande presença de empresas transnacionais quanto em relação ao déficit comercial estrutural. As importações têm caído nos últimos anos, especialmente, pela menor demanda interna, sendo assim, por mais que tenha impacto positivo nas contas nacionais não resolve o problema do déficit. A necessidade de uma política efetiva industrial que possibilite a produção interna dos itens importados geraria efeitos multiplicadores positivos para toda a cadeia produtiva.
147. Por fim, cabe mencionar o envolvimento da maior petroquímica brasileira, a Braskem, que tem Odebrecht e Petrobras como principais acionistas, na operação Lava Jato. A empresa foi beneficiada em acordo pelo fornecimento de nafta. Por conta das irregularidades e corrupção, a Braskem assinou acordo de leniência com o Ministério Público Federal (MPF) que prevê o pagamento de multa no valor de R\$ 3,1 bilhões. De maneira geral, tais irregularidades pouco ou nada prejudicaram os resultados da companhia e o fornecimento de resinas para as empresas da segunda geração da cadeia petroquímica. O fato, porém, joga luz a questão do monopólio e internacionalização da empresa, bem como o seu processo de formação e consolidação no mercado brasileiro.

Químicos para uso final

148. Consideram-se químicos para uso final os produtos farmacêuticos, fertilizantes, produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, produtos de limpeza, defensivos agrícolas, tintas e vernizes, fibras artificiais e sintéticas, transformados plásticos e borracha (estes últimos são analisados separadamente).

Evolução do faturamento líquido dos químicos para uso final por setor

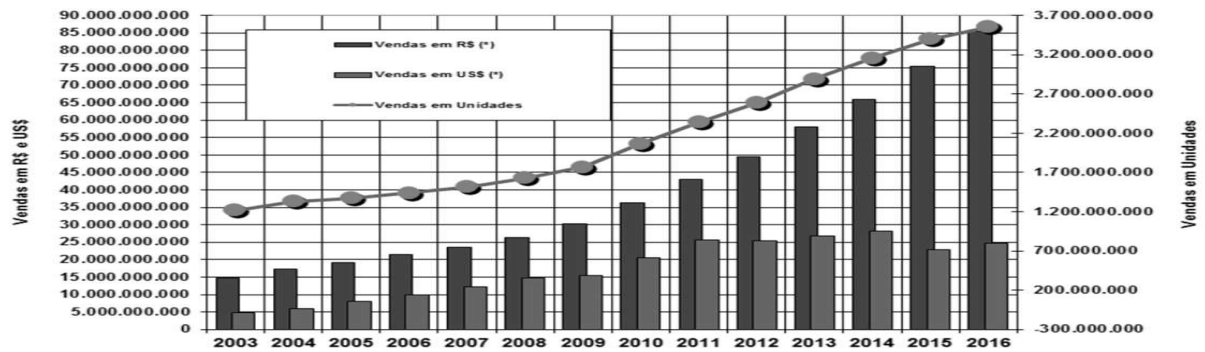
SEGMENTOS	US\$ bilhões												
	1996	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016*	% 16*/15	% 16*/96 a.a.
Produtos farmacêuticos	7,6	14,6	17,1	15,4	20,6	18,2	17,3	17,4	17,9	13,6	13,6	0,4	3,0
Fertilizantes	3,0	9,0	14,2	9,7	11,5	17,4	17,0	15,8	16,4	12,6	12,6	0,0	7,4
Hig. pessoal, perf. e cosm.	4,2	8,8	10,5	11,1	13,4	15,1	14,9	14,9	15,5	10,8	11,4	5,6	5,1
Produtos de limp. e afins ¹⁾	2,8	6,3	7,1	6,7	8,0	8,9	8,1	8,1	7,7	5,7	6,3	9,4	4,1
Defensivos agrícolas	1,8	5,4	7,1	6,6	7,3	8,5	9,7	11,5	12,2	9,6	9,1	-5,2	8,4
Tintas, esmaltes e vernizes	2,0	2,4	3,0	3,0	3,9	4,5	4,3	4,2	4,1	3,1	2,8	-6,9	1,8
Fibras artificiais e sintéticas	n.d.	1,1	1,1	1,0	1,1	1,3	1,3	1,2	1,2	0,9	0,8	-13,5	n.d.
Outros	1,5	1,6	1,7	1,5	1,8	2,2	2,1	2,2	2,2	1,9	1,9	1,4	1,3
TOTAL	42,8	104,3	124,6	101,9	128,8	150,0	144,3	147,7	146,6	111,8	113,5	1,4	5,0

Fontes: Abiquim e associações de segmentos específicos.
n.d.: não disponível.
*estimado.

¹⁾ Segundo a ABIPLA, a partir de 2005, as informações foram revisadas com base na Produção Industrial Anual (PIA), Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PP) e base de Referência de Preços Ex-Factory do Setor do Índice de Preços ao Produtor (IPP) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

149. Entre 1996 e 2016 os setores que mais ampliaram o faturamento líquido foram o de **fertilizantes (+7,4%)** e **defensivos agrícolas (+8,4%)**. Fundamental informar que defensivos agrícolas é a nomenclatura oficial utilizada pela CNAE (Classificação nacional de atividades econômicas) do IBGE, porém tais produtos verdadeiramente podem são os **agrotóxicos**. Dito isto, ambos os setores têm sido estimulados pelo bom desempenho do setor agrário nacional. O Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos o que interfere negativamente no meio ambiente, na saúde do trabalhador e agricultor que manipulam os venenos e também na saúde da sociedade que se alimenta de produção contaminada.
150. Em relação aos fertilizantes há também grande demanda dos produtos no país, contudo cerca de 75% é importado o que pressiona fortemente a balança comercial química de maneira negativa.
151. Já os **produtos de limpeza** e de **higiene pessoal, perfumaria e cosméticos** que se relacionam dentro da cadeia produtiva, têm obtido resultados positivos em toda a série histórica analisada. O Brasil é o terceiro maior mercado consumidor do setor de beleza do mundo, atrás só dos Estados Unidos e China, mas a extensão do IPI para distribuidores interdependentes pode gerar grandes perdas para o setor de acordo com a associação da classe.
152. Por sua vez, o setor de **tintas e vernizes** obtido resultados menos expressivos. Tal setor é influenciado diretamente pela demanda da construção civil e, principalmente, do setor automotivo que acumulam resultados negativos de produção física. No caso da fabricação de **fibras artificiais e sintéticas** apresentou piora nos resultados nos últimos anos impactado fortemente pelo setor têxtil.
153. A **indústria farmacêutica**, no entanto, merece destaque especial. Os indicadores deste setor, geralmente, estão acima de outros setores do ramo químico e também acima dos indicadores da indústria de transformação. O envelhecimento populacional e programas governamentais que facilitam o acesso aos medicamentos como o Farmácia Popular contribuem para bons resultados do setor.

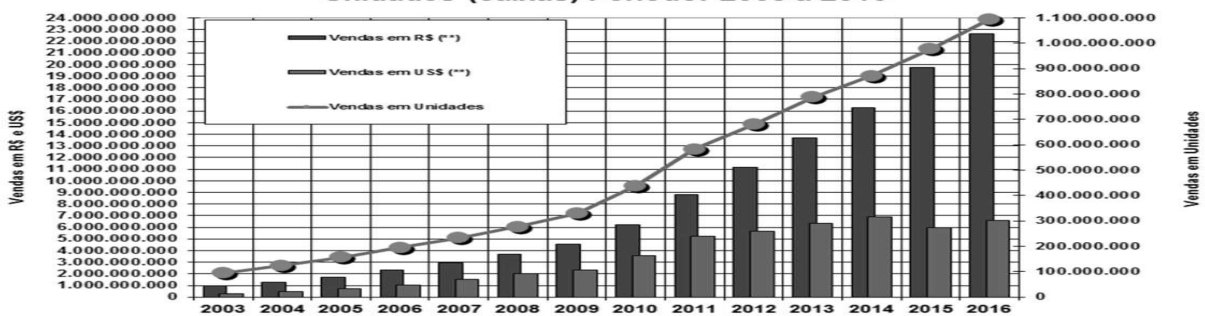
MERCADO FARMACÊUTICO - BRASIL (Canal Farmácia)
Vendas em Reais (R\$), em Dólares (US\$) e em Unidades (caixas)
Período: 2003 a 2016



Fonte: IMS Health
 Elaboração: Sindusfarma / Diretoria de Mercados e Assuntos Jurídicos

154. As vendas tanto em unidades quanto em valores em reais apresentaram entre 2003 e 2016 uma trajetória positiva e ascendente, esta situação não ocorre com vendas em valores em dólar por conta das variações cambiais. Em 2016, o crescimento em reais foi de 13,06%, em dólares foi de 8,04% e em unidades vendidas foi de 4,55% comparando ao ano imediatamente anterior. Os números para o mercado de genéricos, onde há grande concentração de fábricas nacionais, são ainda mais positivos.

MERCADO FARMACÊUTICO - BRASIL (Canal Farmácia)
Vendas de GENÉRICOS em Reais (R\$), em Dólares (US\$) e em Unidades (caixas)
Período: 2003 a 2016



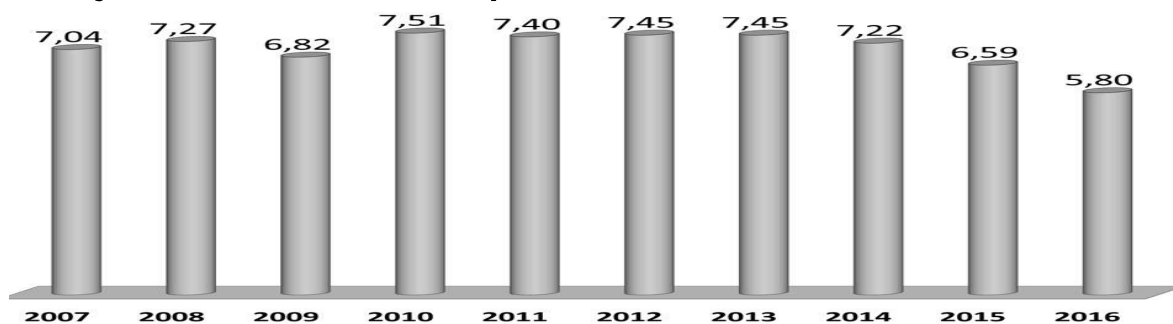
Fonte: IMS Health
 Elaboração: Sindusfarma / Diretoria de Mercados e Assuntos Jurídicos

155. A trajetória ascendente do mercado de genéricos é igualmente parecida ao mercado geral, comparando 2016 com o ano de 2015 houve crescimento em reais de 14,81%, em dólares o aumento foi de 9,91% e em unidades a ampliação foi de 12,05%.

156. Em relação aos desafios do setor há a questão da grande dependência de insumos importados e as compras públicas. Em 2016 os gastos diretos, apenas do Governo Federal, com a Indústria Farmacêutica totalizaram R\$ 3,6 bilhões. A aprovação da PEC 55 que limita por 20 anos os gastos públicos pode afetar a indústria farmacêutica negativamente com a redução na aquisição de medicamentos.

157. Adicionalmente o **setor de transformados plásticos** também tem sofrido por conta do mal resultado da indústria automobilística e da construção civil.

Produção de transformados plásticos em milhões de toneladas



Fonte: Abiplast, 2017

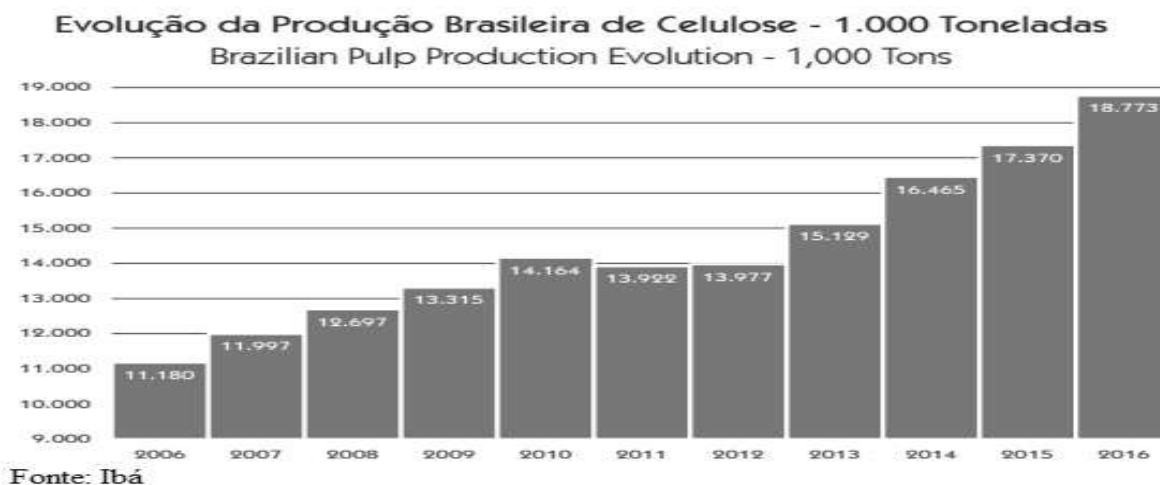
158. A indústria de transformados plásticos em 2016 produziu cerca de 5,8 milhões de toneladas, menor número dos últimos 10 anos. O faturamento em 2016 foi de R\$ 64,5 bilhões com ligeiro crescimento de 2,9% em relação ao ano anterior.
159. Igualmente a produção de **borracha** tem sido afetada por conta da dinâmica da indústria automotiva, a produção física de pneumáticos apresentou entre novembro de 2014 e dezembro de 2016 resultados negativos. Nos últimos meses há uma ligeira melhora nos resultados, contudo de uma base bastante reprimida. Importante destacar que em meados de 2016 a empresa de especialidades químicas Lanxess e a Saudi Aramco concluíram a formação da joint venture da Arlanxeo. Ademais o preço da borracha no mercado internacional cresceu no ano de 2016, após uma temporada de baixas o que tem animado empresas do setor.

Setor de Vidros

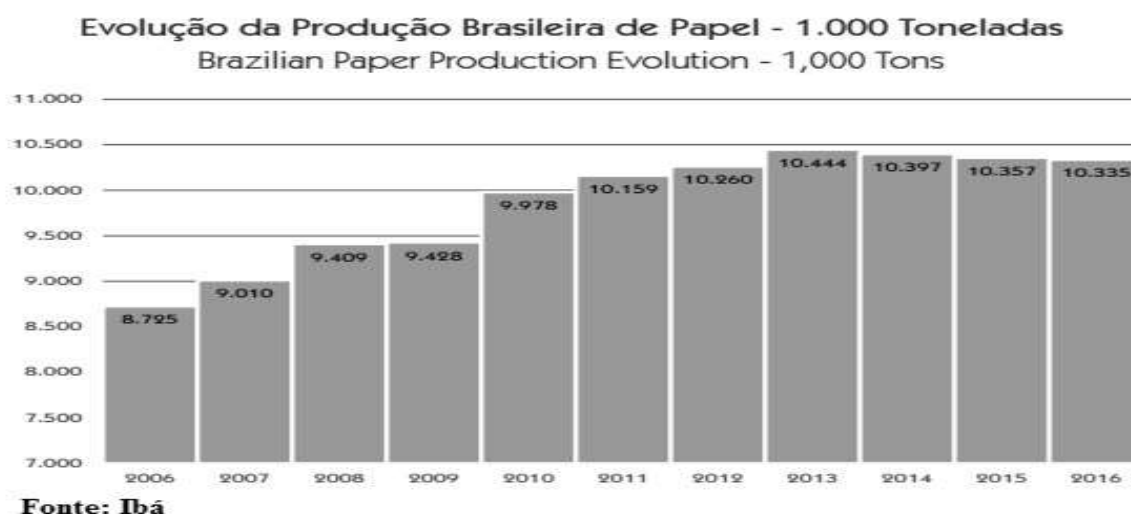
160. O setor do vidro brasileiro é bastante diversificado, tanto em termos de produtos manufaturados como em termos das técnicas adotadas para a sua fabricação. Engloba desde a produção de artigos de decoração feitos manualmente até a produção em larga escala de embalagens destinadas à indústria de alimentos e de vidro plano produzido que atende a indústria da construção civil, automobilística e moveleira, entre outras. Em 2015 o consumo aparente de vidros caiu 9,9%, impacto causado pelas principais indústrias consumidoras (a indústria da construção teve uma retração de 12,6% e a produção de veículos caiu 22,8%). Foi a primeira queda de consumo registrada no Brasil desde 2006, ano em que a Abravidro começou a acompanhar os dados do setor. Dentre os setores vidreiros o segmento de processados não automotivos foi o menos atingido com queda na produção de 5,9%. A recuperação do setor está intimamente ligada a recuperação dos setores de construção civil e automotivo.

Setor Papel e Celulose

161. O Brasil é o maior produtor mundial de celulose de fibra curta e o segundo maior produtor de fibra longa atrás somente da China, conforme dados da Ibá, Indústria Brasileira de Árvores. Em relação à fabricação de papel a entidade revela que o país é um importante produtor mundial e que além de suprir a demanda interna abastece o mercado externo com exportações para diversos países do globo.



162. A produção brasileira de celulose tem obtido um desempenho bastante favorável com crescimento de 56,5% nos últimos 10 anos, saltando de 11,9 milhões de tonelada para 18,7 milhões de toneladas. Nos últimos 10 anos a produção brasileira de celulose cresceu 56,5%. Em comparação com o resultado do ano anterior, o ano de 2016 apresentou crescimento de 8,1%. O câmbio tem forte influência no bom desempenho do setor, uma vez que o mercado externo é grande destino das vendas. A demanda chinesa pelo produto é grande responsável por resultados tão significativos (cerca de 40% das exportações de celulose possui a China como destino).



163. A produção de papel brasileira é basicamente destinada para embalagens (52,7%), seguida para utilização do segmento de imprimir e escrever (24,2%) e fins sanitários (11,0%). Em 10 anos a produção cresceu 14,7% e em 2016 comparando com 2015 basicamente se manteve estável com uma pequena queda de 0,2%.
164. Vale destacar que no Brasil, o setor de papel e celulose é altamente concentrado em poucas empresas, a maior parte de capital nacional. No que se refere à celulose, especificamente, as maiores plantas têm presença de capital estrangeiro, embora em associação com empresas nacionais.

Setor de Minérios

165. O Brasil é o sexto maior produtor de minérios do mundo, produz 70 derivados minerais: 21 metais, 45 minerais industriais e 4 combustíveis. É o segundo maior produtor de minério de ferro do mundo, com 19% da produção mundial total. Apresenta déficit na produção de carvão mineral e cloreto de potássio (utilizado para fertilizantes). O ferro é o minério mais predominante nas exportações brasileiras e a Vale S.A. domina o setor representando 80% da produção nacional total.
166. Além disso, O Brasil possui as maiores reservas mundiais de nióbio (mineral utilizado na produção de ligas de aço de alta resistência com aplicação na construção civil, indústria mecânica, aeroespacial, naval, automobilística e nuclear) e tantalita (minério que oferece bastante resistência ao calor com aplicação na indústria eletrônica)
167. A produção brasileira mineral obteve em 2011 seu ápice com valores que chegaram a US\$ 53 bilhões e desde então apresenta queda vertiginosa.



168. O mau desempenho do setor, sobretudo nos anos de 2015 e 2016, deve-se especialmente ao excesso de oferta de produtos combinada com desaceleração do crescimento econômico da China que influenciaram a queda nos preços dos produtos minerais. Fundamental mencionar que os minérios são considerados commodities e possuem cotação no mercado internacional. O preço do minério de ferro, principal produto mineral brasileiro, sofreu queda acentuada a partir de meados de 2013, em 2016 houve sinais de melhora e nos primeiros meses de 2017 nova piora nos preços. O IBRAM, Instituto Brasileiro de Mineração, avalia que neste ano haverá uma ligeira melhora nos resultados de produção mineral.
169. Adicionalmente, a atividade de extração de minério pode causar graves impactos ambientais como o ocorrido em 05 de novembro de 2015 na cidade de Mariana em Minas Gerais. O maior crime ambiental registrado na história do país. Foram 19 mortes e os atingidos incluem trabalhadores, vítimas do rompimento da barragem, os envolvidos no resgate, salvamento, assistência e atendimento às vítimas e outros trabalhadores formais e informais atingidos direta ou indiretamente pelo desastre ao longo da Bacia do Rio Doce. A Samarco, controlada pela anglo-australiana BHP Billiton e pela brasileira Vale S.A., empresa responsável pelo crime, ainda não foi punida devidamente.
170. O modelo de organização e produção mineral brasileiro é voltado à exportação de matéria prima bruta. As empresas de mineração recebem privilégios na energia e na isenção de impostos. Desta forma ocorre uma brutal transferência de riqueza da periferia aos países centrais. A discussão do código de mineração em pauta no Congresso deve considerar questões sociais, ambientais e também de justiça tributária com a ampliação das taxas de royalties minerais que no Brasil são inferiores as cobradas em outros países.

Setor Petróleo

171. O setor de petróleo brasileiro está diretamente ligado a estatal Petrobrás. A empresa é líder na distribuição de derivados de petróleo e gás natural, atua no país e em mais 17 países do globo, é o nono parque mundial de refino e possui excelência em tecnologia para exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultra profundas.
172. Além disso, a Petrobrás foi grande indutora do desenvolvimento brasileiro experimentado nos anos anteriores a 2014 seja através das políticas de conteúdo local ou através de investimentos em setores como o da construção civil e da indústria naval. Inclusive, o setor naval, praticamente havia desaparecido ao longo dos últimos anos e renasceu de forma pujante a partir dos anos 2000. Até o ano de 2014, a empresa era responsável por 13% dos

investimentos produtivos no Brasil e contribuía com cerca de 6% do Produto Interno Bruto – PIB.

173. A Operação Lava Jato, que investiga os desvios na Petrobrás, somada a aguda queda no preço do barril de petróleo contribuíram para grave crise que assola a estatal e, conseqüentemente, com os investimentos praticados pela empresa e com o desenvolvimento do país.



Fonte: Index Mundi

174. Em junho de 2014 o barril de petróleo era cotado a US\$ 111,87 e após sucessivas quedas chegou a custar US\$ 30,80 em janeiro de 2016, ou seja, queda superior a 72% em cerca de 18 meses. Conforme especialistas, o preço do petróleo caiu devido a uma decisão unilateral da Arábia Saudita, de aumentar a oferta do produto. Uma das hipóteses para a decisão seria o desejo do país em inviabilizar a exploração de petróleo em rochas de xisto, que cresceu nos Estados Unidos nos últimos anos, inclusive dando fôlego a indústria petroquímica norte-americana. Outra hipótese para a queda no preço da *commodity* envolve questões geopolíticas, a queda dos preços foi ditada por interesses estadunidenses e afeta diretamente países como Irã, Rússia e Venezuela.
175. A Operação Lava Jato por sua vez colocou a Petrobras como protagonista no cenário devastador de corrupção que envolve crimes praticados por funcionários em conluio com empresas fornecedoras de bens e serviços. Como efeito devastador das investigações a companhia teve reduzido seu valor de mercado o que corrobora com interesses de privatização da estatal. Em questão de meses, as grandes empresas nacionais tiveram suas obras paralisadas, levando milhares de trabalhadores ao desemprego e à falta de perspectiva quanto à retomada. Muitas análises creditam a Operação Lava Jato como processo fundamental para o desdobramento da crise política e institucional que assola o país e que culminou com o golpe e saída da presidenta Dilma Rousseff.

176. O fato é que há grande interesse da elite neoliberal em barrar projetos de desenvolvimento e inclusão das camadas sociais menos favorecidas ao passo que se aproxima a uma aliança com interesses de grupos estrangeiros. A reserva do Pré-sal despertou o apetite imperialista sobre a riqueza nacional e desmontar a Petrobras faz parte desta estratégia.
177. Apesar do plano de desmonte os resultados operacionais da Petrobras em 2016 mostram a importância da estatal e sua excelência operacional, seguem dados do resultado apresentados pela empresa aos investidores:
178. A produção média de petróleo da companhia no Brasil atingiu, em 2016, recorde histórico anual, alcançando a marca de 2.144 mil barris por dia (bpd), 0,75% acima do resultado do ano anterior e em linha com a meta de 2.145 mil bpd prevista para o período. Pelo segundo ano consecutivo, a Petrobras cumpriu o planejamento, reforçando o compromisso com suas projeções.
179. A produção total de petróleo da Petrobras no Brasil, no 4T-2016, foi de 2.243 mil bpd, representando um aumento de 1% em comparação com o 3T-2016. No mês de dezembro, foram atingidos diversos recordes de produção:
- a. *Produção de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior de 2.937 mil barris de óleo equivalente por dia (boed);*
 - b. *Produção de petróleo e gás natural no Brasil de 2.811 mil boed; e*
 - c. *Produção de petróleo e gás natural operada pela Petrobras na camada pré-sal de 1.580 mil boed.*
180. No quarto trimestre de 2016, a produção de derivados no Brasil apresentou queda de 3%, totalizando 1.810 mil barris por dia (bpd). As vendas de derivados no mercado doméstico atingiram 2.001 mil bpd, uma queda de 4%, enquanto as exportações de petróleo e derivados aumentaram 13%, alcançando 634 mil bpd.
181. Em 2016, a companhia assumiu a posição de exportadora líquida, em função do aumento das exportações em 6% e da redução das importações em 30%.
182. Evidentemente que qualquer relação com ineficácia da empresa é inapropriada e, assim, fatores políticos são utilizados contra a Petrobrás. Nos últimos tempos, há inúmeros ataques a soberania da estatal. O plano de desinvestimentos anunciado pela empresa define que a Petrobrás deve se concentrar nas atividades de petróleo e gás, principalmente em relação aos campos do Pré-sal brasileiro. Outras atividades que são importantes para o desenvolvimento nacional, como é o caso de fertilizantes, foram minimizadas.
183. Além disso, recentemente, foi aprovada a Lei 4567/16, que altera as regras de exploração e produção do Pré-Sal. A lei acaba com as garantias que a Petrobrás tinha de ser a operadora exclusiva do Pré-Sal e de ter participação mínima de 30% em todos os campos que forem licitados. Neste sentido, evidencia-se o processo de entreguismo da empresa e demolição do projeto de soberania nacional.

184. Os recursos do Pré-sal possibilitam à indústria brasileira – e de forma muito especial, à indústria do petróleo e da petroquímica – acelerar seu crescimento, desenvolver-se de forma integrada, agregar valor à sua produção, gerar empregos com elevado padrão de qualidade afastando, de vez, qualquer possibilidade de desindustrialização precoce de nossa economia. Assim, a defesa do controle da Petrobrás faz parte de ações de planejamento do desenvolvimento brasileiro e este é o maior desafio do setor petrolífero na atualidade. As riquezas geradas pela Petrobrás devem servir a sociedade brasileira e não aos interesses de rentistas estrangeiras, portanto, ações que visam a privatização devem ser combatidas veementemente.
185. Por fim, mais uma vez é fundamental, mais uma vez, evidenciar que a análise setorial não pode ser descolada de aspectos da conjuntura industrial e de projeto de desenvolvimento da nação. Não há nenhuma efetividade de planejamento industrial vigente no Brasil. O atual governo golpista de Michel Temer parece muito mais preocupado num alinhamento com investidores estrangeiros em detrimento à indústria nacional. As medidas já implementadas somadas as reformas pretendidas reforçam a hipótese de entreguismo ao capital estrangeiro. Soma-se a este cenário devastador, a insustentável crise política que inviabiliza a retomada do crescimento e, conseqüentemente, traz danos a toda a sociedade brasileira. Superar este grande entrave e estabelecer um plano estratégico de política industrial é fundamental para a indústria nacional e para o Ramo Químico.

BALANÇO DO MANDATO – GESTÃO 2013-2017

186. A atual gestão da CNQ-CUT se desenvolveu num período de grandes desafios para os movimentos sindical e social. Os efeitos da recente crise mundial ainda persistem trazendo reflexos para a economia do Brasil e para o conjunto dos trabalhadores, prejudicando e dificultando as lutas e campanhas em defesa do emprego, dos direitos e dos salários.
187. Apesar deste cenário, a postura da CNQ/CUT e dos Sindicatos do Ramo Químico foi firme no combate as propostas patronais de flexibilização de direitos, garantindo que nenhum acordo coletivo do ramo químico fosse assinado com redução de direitos, e salvo algumas exceções em decorrência da conjuntura em 2016 os acordos tiveram reajuste que minimamente repuseram os índices da inflação.
188. Neste mandato a CNQ/CUT procurou dar continuidade às políticas que já vinham sendo realizadas no mandato anterior e também buscou ampliar o campo de ação, de representatividade e de organização sindical no ramo químico, houve uma potencialização de ação sindical com visitas a sindicatos e as regiões representadas pela CNQ e no âmbito interno se fortaleceu o processo de parceria entre as diversas secretarias que compõem a direção executiva da CNQ para colocar em prática as deliberações aprovadas no 7º Congresso da CNQ.

189. Este mandato, destacou-se a luta contra a terceirização, a CNQ participou de todos os atos e ações propostas pela CUT, bem como, participou de forma decisiva do projeto de IndustriALL contra o trabalho precário, realizando campanhas em defesa do trabalho decente, bem como, participou de todas as lutas e campanhas propostas pela CUT. Destacam-se também as parcerias com a FES – Fundação Friedrich Ebert, Solidarity Center da AFLCIO, DGB, IndustriALL entre outras entidades.
190. Uma das prioridades desta gestão foi estreitar as relações com os diversos segmentos que compõem o ramo químico. Buscou-se também neste mandato, dar suporte a todas as lutas para superar condições indesejáveis entre os trabalhadores/as, como as diferenças salariais e de tratamento entre homens e mulheres nos locais de trabalho, a ocorrência de acidentes, doenças e mortes nas diversas categorias.
191. Neste período, a CNQ buscou-se garantir a toda a direção (executiva, suplentes e conselho fiscal) a mesma oportunidade de participar da vida política da CNQ-CUT, todos os integrantes da direção sem distinção, receberam suporte político ou financeiro de acordo com suas atribuições, sendo dentro do possível criadas as condições necessárias para participação em reuniões, seminários, debates e demais atividades realizadas em âmbito local, nacional, regional ou internacional.
192. Para todas as secretarias a orientação política foi de que dentro de suas atribuições desenvolvessem ações para transformar em realidade as propostas aprovadas no nosso 7º Congresso. No entanto, vale salientar que apesar do esforço de oferecer condições iguais a todas as secretarias, algumas tiveram menor vida ativa do que outras, o que aponta a necessidade de refletirmos sobre as atribuições reais de cada secretaria, como também, debater com os Sindicatos do Ramo a priorização que os/as dirigentes que compõem a próxima direção deverão oferecer a CNQ-CUT.
193. Outra questão extremamente relevante foi a aquisição da nova Sede para a CNQ e FETQUIM, para que isto se tornasse realidade foram envidados todos os esforços necessários, funcionando este novo espaço como estrutura solidária, sendo mais uma ferramenta a serviço da classe trabalhadora.
194. **A Presidência** buscou neste mandato estreitar ainda mais as relações com a CUT, participando ativamente de todos os debates e atividades, bem como, atuou de forma decisiva e integrada ao Macrossetor da Indústria da CUT com objetivo a fortalecer a ação e a solidariedade sindical e ampliar a ação conjunta dos setores Químico, Metalúrgico, Alimentação, Têxtil e Construção Civil. Esteve atenta com os acontecimentos no ramo, fortaleceu as parcerias com instituições como FES, Solidarity Center e DGB e com apoio de industriall realizou um importante Seminário Internacional do Setor da Mineração em Minas Gerais, que foi finalizado com um grande ato público na cidade de Mariana/MG, palco da maior tragédia

ambiental que aconteceu no nosso país. Destacou-se também neste mandato os esforços para tornar realidade o reconhecimento da CNRQ, que a partir do final de 2015 recebeu a carta sindical e hoje já conta com a filiação de 41 das 79 entidades do ramo Químico.

195. Ainda no âmbito internacional é importante destacar a participação do Ramo Químico, no Congresso de IndustriALL realizado em outubro de 2016 no Rio de Janeiro, onde a companheira Lucineide Varjão foi eleita como titular do Comitê Executivo Mundial, assumindo também como Co-Vice-Presidenta de industrial para a América Latina, além da função de Co-Presidenta Mundial do setor da Mineração de IndustriALL a qual já exercia antes, dando assim, continuidade ao trabalho do companheiro Sergio Novais que por diversos anos esteve à frente da representação do Ramo Químico junto as entidades internacionais, a quem agradecemos enquanto ramo químico por sua importante contribuição.
196. **A Secretaria de Finanças e Administração** cumpriu seu papel, criando as condições necessárias dentro da realidade financeira da confederação, para permitir a direção dar respostas efetivas aos desafios colocados na agenda sindical. Os recursos financeiros foram direcionados para criar as condições necessárias de trabalho de toda a direção e para a implementação de políticas setoriais e regionais, permitindo uma maior aproximação da confederação com os sindicatos de base, especialmente aqueles fora do estado de São Paulo, na consolidação de políticas que dialogaram com os diversos setores que compõe a CNQ, bem como, diagnosticar as deficiências de organização sindical nas categorias que compõem o ramo. Com a autorização da direção da CNQ, em parceria com a secretaria de mulheres realizou os investimentos necessários para tornar realidade o projeto Ubuntu – Capacitação de Dirigentes Mulheres. Destaca-se também neste mandato os esforços para tornar realidade o reconhecimento da CNRQ, que a partir do final de 2015 recebeu a carta sindical e hoje já conta com a filiação de 41 das 79 entidades do ramo Químico e a estruturação da nova sede da CNQ. Aproveita a oportunidade para agradecer aos esforços e parceria do Conselho Fiscal da entidade que não mediu esforços para chegar ao congresso com as contas atualizadas, analisadas e aprovadas.
197. **A Secretaria Geral** que é responsável pela comunicação eficiente entre a CNQ e os Sindicatos filiados coube, o importante papel de promover o diálogo sobre as demandas específicas do ramo e as lutas gerais propostas pela CUT. Neste mandato trabalhou ativamente na organização interna da CNQ, bem como, na representação da entidade em todos os espaços importantes.
198. **A Secretaria de Formação**, em parceria com as secretarias de mulheres e compartilharam programas específicos de Formação Sindical. Foi realizado neste mandato um programa de formação de dirigentes e militantes sindicais tendo como ênfase os seguintes temas: processo produtivo capitalista, socialismo e movimentos sociais no Brasil, história do movimento

sindical brasileiro, desenvolvimento econômico, relações de gênero, negociação coletiva e direitos humanos. Outra questão importante foi a parceria com a SNF nos últimos 2 anos para a realização do curso sobre Direitos Humanos, e para este ano está programada a realização do Formaquim Formigueiro, programa da CUT que trata as temáticas da saúde e educação pública, a mobilidade Urbana e a habitação.

199. Neste mandato o programa de formação sindical foi também realizado em âmbito nacional, atendendo demandas das diversas categorias que compõem o Ramo Químico, ressalta-se que para a execução deste programa foi de fundamental importância a parceria entre CNQ, sindicatos e Federações do Ramo Químico. Os objetivos destes programas têm sido de contribuir no processo de reflexão e conscientização dos dirigentes e militantes sindicais, homens e mulheres, de todos os segmentos do ramo, para a realização de práticas sindicais coerentes com os princípios de ação sindical CUTista, e de ações que permitam ampliar a organização sindical, a participação e conquistas para a categoria.
200. **A Secretaria da Mulher Trabalhadora** realizou neste mandato deu continuidade ao Formaquim Mulher e os encontros de mulheres nas regiões representadas pela CNQ, a partir de 2016 foi realizado o programa específico “UBUNTU” – Programa de capacitação de dirigentes mulheres, com o objetivo de fortalecer a participação das mulheres na ação sindical e nas negociações coletivas, bem como, amplificar o debate nas entidades filiadas sobre a importância da participação da mulher na sociedade e no movimento sindical, entrando em consonância com as políticas da CUT de ampliação da representação das mulheres nas direções sindicais, rumo a paridade de representação.
201. Neste mandato a secretaria realizou diversas ações com objetivo de fortalecer e consolidar o coletivo de mulheres da CNQ, bem como, participou ativamente das atividades e reuniões chamadas pela Secretaria de Mulheres da CUT. Realizou também neste mandato encontros de mulheres nas regiões representadas pela CNQ, finalizando com a realização em parceria com a FES de um Seminário Nacional sobre a participação Política das Mulheres - Experiências Internacionais e desafios no Brasil.
202. **A Secretaria de Relações Internacionais** atuou prioritariamente no acompanhamento e fortalecimento das Redes de Trabalhadores, através de parceria com CUT, Centro de Solidariedade da AFL-CIO, FES - Fundação Friedrich Ebert, Instituto Observatório Social e nossa Federação Mundial a IndustriALL. Destacam-se neste mandato as seguintes atividades: Parceria com FES: Encontro Regional de Redes Químicas – outubro 2013 em SP; Atividade de 10 anos da Rede Sindical Bayer - novembro 2014 em SP; Intercambio Internacional Rede Lanxess – agosto 2015 em SP; Encontro Regional de Redes Sindicais do Ramo Químico – novembro 2015 em SP; Intercambio de Redes Sindicais em Empresas Multinacionais do Ramo Químico - novembro 2015 em Buenos Aires - Argentina; Intercambio Sindical de Redes

Químicas Frente as multinacionais – setembro 2016 em SP. Parceria com o Solidarity Center da AFLCIO: Encontro da Vale Fertilizantes – março 2014 em Praia Grande -SP; Pesquisas do Observatório Social sobre as empresas: Owens Illinois e Saint Gobain – setor vidros; Encontro Latino Americano da Owens Illinois - maio 2015 em Bogotá – Colômbia; Oficina Regional Norte de Mulheres do Ramo Químico – agosto 2014 em Manaus; Encontro da Rede Saint Gobain – setembro 2014 em Praia Grande/SP; Oficina Regional Sul de Mulheres do Ramo Químico – novembro 2014 em Florianópolis; Oficina Regional Sudeste de Mulheres do Ramo Químico – novembro 2015 em Santo André - SP; V Encontro setor de Fertilizantes – junho 2015 em Uberaba; Seminário Nacional de Mulheres do Ramo Químico – setembro 2015 em Cajamar - SP; Encontro de Juventude e Racial do Macrossetor – outubro 2015 em Salvador; Encontro da Rede Solvay – novembro 2015 em Curitiba; Seminário de Planejamento da FITEM – abril 2016 – Aracajú; Reunião da Direção da FITEM – setembro 2016 em Porto Trombetas.

203. Foram realizadas também inúmeras atividades com objetivo de capacitar os integrantes das redes e criar espaços de troca de experiências, com as Redes de Trabalhadores das seguintes empresas: Basf, Bayer, Solvay, Akzo Nobel, Novartis, etc.
204. A CNQ teve neste mandato uma ativa atuação internacional, realizando e participando de inúmeras atividades de cooperação internacional com United Steel Workers/USW, cooperação com os parceiros sindicais alemães, cooperação com países da África.
205. Ainda no âmbito internacional é importante destacar a participação do Ramo Químico, no Congresso de IndustriALL realizado em outubro de 2016 no Rio de Janeiro, onde a companheira Lucineide Varjão foi eleita como titular do Comitê Executivo Mundial.
206. A formação sindical no âmbito internacional também foi uma das prioridades deste mandato, a secretaria de relações internacionais incentivou a participação de dirigentes dos Sindicatos e Federações do Ramo Químico nas atividades realizadas, bem como, incentivou e apoiou a realização de atividades de diálogo social com as empresas Multinacionais do Ramo Químico com objetivo a internacionalização e ampliação de direitos.
207. **A Secretaria de Saúde do Trabalhador** atuou em consonância com as diretrizes políticas e proposições da CUT, buscando dar suporte a todas as lutas que se desenvolveram no ramo químico em defesa da saúde do trabalhador e do meio-ambiente. Atuou diretamente na representação do Ramo Químico nos diversos espaços de representação institucional relacionadas a questão da saúde do trabalhador. Além de uma participação ativa no Coletivo de Nacional de Saúde da CUT, a CNQ se fez presente em todos os espaços de reflexão e de formação, em especial sobre os temas: nexos técnico epidemiológico, garantia do direito à aposentadoria especial e outros temas relevantes.

208. **A Secretaria de Meio-Ambiente** buscou dentro dos limites do Ramo Químico aprofundar o debate sobre o conceito de meio-ambiente, tarefa nada fácil dada a heterogeneidade da composição do ramo.
209. **A Secretaria de Políticas Sociais** participou ativamente dos debates realizados pela CUT no seu âmbito de atuação, além de participar ativamente das ações e atividades sobre a temática racial.
210. **A Secretaria de Juventude** incentivou o debate sobre o tema: Juventude Trabalhadora, bem como, defendeu o fortalecimento e criação dos coletivos de juventude no sindicatos e federações do ramo.
211. **A Secretaria de Organização e Política Sindical** desenvolveu diversas ações em consonância com as secretarias regionais e setoriais, no acompanhamento de eleições sindicais, fortalecendo a organização sindical e a luta pela ampliação da hegemonia CUTista no Ramo. Atou intensamente na criação e fortalecimento do Sindicato dos Químicos de Extrema e no acompanhamento de oposições sindicais como Minérios de Criciúma, fortalecimento da FITEM, e demais ações de fortalecimento da ação do ramo em nível nacional.
212. **A Secretaria de Imprensa e Comunicação** procurou neste mandato otimizar o uso da internet como instrumento organizativo, potencializando o “site” da CNQ como ferramenta ágil e eficaz de comunicação entre a CNQ e os Sindicatos filiados.
213. **A Secretaria de Relações de Trabalho** participou ativamente das audiências públicas contra o PL 4330 (terceirização), bem como, participou das atividades chamadas pela CUT, procurando socializar com a direção e os sindicatos do ramo as informações sobre os debates realizados.
214. **Às Secretarias Setoriais** coube neste mandato, a tarefa de aproximação entre as especificidades dos setores (vidro, químico, petróleo, petroquímica papel, celulose, borracha, farmacêutico e plástico) e as questões gerais do ramo.
215. **As Secretarias Regionais: Sudeste I, Sudeste II, Sul, Norte e Nordeste**, procuraram cada uma no seu âmbito de atuação acompanhar as campanhas salariais e eleições sindicais das diversas categorias que compõem o ramo químico nas respectivas regiões.
216. Por fim, a atual gestão da CNQ-CUT teve também atuação destacada no combate a terceirização. Parte significativa do ramo participou ativamente das atividades e realizaram campanhas informando o conjunto dos trabalhadores e a sociedade sobre os reflexos negativos desta prática para a classe trabalhadora, sempre em defesa de condições de trabalho decente nos mais diversos locais de trabalho.
217. Sendo assim, o balanço da atual gestão é no seu conjunto positivo, no entanto, é necessário reconhecer que muitas das questões aprovadas no último congresso não foram realizadas, ou seja, em vários aspectos é preciso avançar ainda mais.

218. A partir deste balanço, fica evidente que devemos debater com mais afinco neste 8º Congresso da CNQ, políticas efetivas de comprometimento dos/as dirigentes sindicais que integrem a nova direção no que se refere a participação do dia-a-dia, bem como, da liberação de tarefas em suas entidades de origem com objetivo a se dedicarem a execução das tarefas e políticas que serão aprovadas neste congresso. É imperativo também debatermos as atribuições de cada uma das secretarias e pastas, para que possamos avançar ainda mais no próximo mandato.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL DO RAMO

Fusão entre CNQ e CNRQ

219. O reconhecimento da CNQ/CUT como entidade sindical oficial foi sem dúvida o maior desafio dos últimos anos, depois de um longo período esperando o reconhecimento do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, no final de 2015 saiu a carta sindical da CNRQ. A estratégia política de criar a CNRQ – Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT, tem se demonstrado acertada, e além negar/refutar a estrutura sindical oficial, devemos nos organizar para que os recursos das entidades CUTistas não fiquem nas mãos de entidades que nunca estiveram alinhadas com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.
220. No entanto, a concessão da carta sindical pelo MTE a CNRQ, trouxe junto alguns desafios, uma vez que, na mesma não está incorporada a representação de alguns setores que integram a atual CNQ como: Borracha, Papel, Vidro e setor Mineral, conforme, nossa concepção CUTista de Ramo Químico.
221. Isto nos obrigou a manter ativa ao mesmo tempo a atual CNQ onde estão incorporados todos os setores que compõem a nossa concepção de ramo e, irmos lutando gradativamente pela incorporação destes segmentos na CNRQ, através da filiação direta das entidades que no primeiro momento ficaram fora da carta sindical, já que por imposição da estrutura sindical vigente não será possível incluir de forma automática todos os segmentos que compõem o ramo químico da CUT na nova CNRQ.
222. Nos últimos dois anos tem sido realizado um grande esforço em conjunto com as Federações (FUP, FETQUIM/SP, FETRAQUIM/RJ e FITEM) no sentido de orientar as suas entidades filiadas a alterar/atualizar a documentação junto ao MTE para que possamos ampliar o leque de representação e também para que a CNRQ possa receber os recursos oriundos do imposto sindical.
223. Nestes dois anos foi realizado um amplo debate no âmbito da representação da CNQ em conjunto com as Federações fundadoras da CNRQ (FUP, FETQUIM/SP, FETRAQUIM/RJ) e de forma unanime se estabeleceu que o VIII Congresso que se realiza em 2017, será o último

antes da fusão CNQ / CNRQ, e que o próximo congresso a se realizar em 2021 já ocorrerá como CNRQ, ou seja, teremos a partir deste congresso 04 anos para construir as bases efetivas para a fusão e completar este processo de transição que se iniciou ao final de 2015.

224. Já foi deliberado de comum acordo entre a CNQ e as Federações integrantes da CNRQ que a direção da CNRQ e da CNRQ eleita neste congresso cumprirão esta tarefa, e que serão realizadas reuniões trimestrais para dar o andamento e encaminhamentos necessários para consolidar este processo. A CNQ deverá na 1ª reunião da nova direção eleger/indicar uma comissão para dar os encaminhamentos necessários a esta questão.
225. Com objetivo a contribuir com o processo organizativo das entidades sindicais dos setores de papel, vidro e borracha, que não constam originalmente na carta sindical da CNRQ, fica definido que a nova direção da CNQ convocará até final deste ano, um Seminário Jurídico-Político, com o objetivo de debater e deliberar a estratégia mais acertada para incluir estes sindicatos na CNRQ e nas Federações CUTistas existentes e/ou aprofundar o debate sobre a criação ou não de Federações CUTistas específicas.

Debate sobre fusão ou não entre CNQ e CNTV – Confederação Nacional do Setor de Vestuário da CUT

226. Uma das políticas setoriais da CUT foi a criação de organização de Macrossetor por segmento econômico. No caso da Indústria, o Macrossetor engloba as Confederações CUTistas dos setores metalúrgicos, químicos, vestuário, construção civil e alimentação, e a partir da sua criação tem se buscado criar ações com objetivo a que as confederações que integram o Macrossetor da Indústria da CUT tenham uma atuação conjunta no enfrentamento dos problemas que lhe são comuns como: geração de empregos, representação sindical, política econômica, etc.
227. Corroborando com a proposta organizativa da CUT, temos como experiência prática a criação de IndustriALL – Sindicato Global, fruto da fusão das Federações Internacionais de Metalúrgicos, Químicos e Têxteis (vestuário).
228. A atuação conjunta seja no âmbito do Macrossetor da CUT ou da IndustriALL tem se mostrado importante e fundamental para a ampliação do debate e a geração de políticas para enfrentar de forma organizada os setores patronais e as empresas multinacionais.
229. Isto posto, há que se reconhecer que o setor de Vestuários (têxteis, couros e calçados) faz uma grande interface com os segmentos que compõe o ramo químico, já que, a cada dia amplia no setor têxtil a produção de materiais sintéticos como: tecidos, solas, couro, que são efetivamente processos químicos, e que com os estudos da nanotecnologia e a sua utilização

tende a se desenvolver cada vez mais, fazendo com que o setor de vestuário faça na pratica uma simbiose com o setor químico.

230. Diante disto, se iniciou um debate entre as a CNQ e CNTV sobre a importância da fusão ou não destas duas Confederações CUTistas, diante disso, propomos que os delegados e delegadas deste congresso autorizem a realização deste debate e que este tema seja tratado e deliberado na Plenária Estatutária a se realizarem 2019.
231. No âmbito da CNTV, o tema também será pautado para debate durante o atual mandato, e a direção solicitará na sua plenária a ser realizada em julho de 2017, autorização para prosseguir com este debate, devendo, o tema ser tratado e deliberado no seu Congresso que se realizara em 2019.
232. Por fim, entendemos que este é um debate estratégico da maior importância, significa na pratica avançarmos no debate sobre a ampliação da hegemonia CUTista em âmbito nacional, neste sentido, caberá as direções da CNQ e CNTV, a tarefa de dar continuidade a este debate e reunir informações para serem apreciadas e deliberadas futuramente na Plenária da CNQ e Congresso da CNTV.

ORGANIZAÇÃO DAS SECRETARIAS

233. Para melhor enfrentar os desafios estabelecidos no dia-a-dia, e atender as demandas dos Sindicatos que compõem o ramo químico da CUT, propomos a seguinte adequação na atual estrutura de secretaria que consta no estatuto da CNQ.

Secretaria Setorial Química	1. Passa a ser: Secretaria Setorial de Química e Plástico
Secretaria Setorial Plástico e Borracha	2. Passa a ser: Secretaria Setorial de Borracha

234. O objetivo é termos uma estrutura de funcionamento ágil e funcional, uma vez que o setor de plástico faz maior interface com o setor químico na maioria das entidades filiadas.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

235. Desde o surgimento do novo sindicalismo na década de 80, o movimento sindical brasileiro estabeleceu inúmeras parcerias com organismos internacionais com objetivo de intercâmbio e troca de experiencias e solidariedade internacional para as áreas de formação sindical e capacitação de lideranças sindicais e política. Vale lembrar que a década de 80 e 90 no Brasil é considerada pelos historiadores como “décadas perdidas” com o avanço da recessão, desemprego, arrocho salarial, e o avanço da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais.

236. Este panorama perdurou até 2002, quando foi vitoriosa nas urnas a proposta democrático-popular que elegeu o companheiro Lula para a presidência da república. A partir de então se revitalizou a economia através do incentivo ao consumo interno, através de políticas de valorização das empresas nacionais, criando um ciclo virtuoso que levou a estabilidade econômica, e conseqüentemente a geração de empregos, valorização do salário mínimo, e as políticas sociais de combate à pobreza, criando um período de prosperidade e de inclusão social.
237. Mesmo com estas melhoras econômicas e sociais internas e a mudança na imagem externa do país, as parcerias e cooperações com entidades internacionais continuaram, o que permitiu avançar enormemente na organização e consolidação de Redes Sindicais em empresas multinacionais e no fortalecimento da organização sindical e das Centrais Sindicais. Os 12 anos de governos democráticos-popular (08 anos do Governo Lula e 04 anos do Governo Dilma) no Brasil foram de muita prosperidade, levando os parceiros internacionais reclassificarem o Brasil como um país que já não necessitava tanto de cooperação e que a maior tarefa do movimento sindical seria procurar “andar com as próprias pernas”, ou seja, se reduziria as ações de solidariedade com as entidades sindicais brasileiras, e a partir de então, o Brasil deveria se dedicar a desenvolver com o movimento sindical de países mais necessitados processos de parceria e cooperação com os que havia recebido nas décadas anteriores.
238. Estas propostas e posições assumidas pelos parceiros internacionais estavam ancoradas no processo de melhoria das condições da classe trabalhadora e das suas instituições sindicais, no entanto, após o processo eleitoral de 2014, se agudizou no país um processo de disputa entre as forças democráticas e as forças de direita que foram derrotadas nas urnas e com apoio da mídia se instalou um processo de desgaste do governo que culminou no golpe parlamentar, jurídico e midiático que depôs a presidenta Dilma em 31 de agosto de 2016, levando ao poder o Temer e os segmentos representados pelas forças retrogradadas que a partir de então tem imposto uma agenda econômica e social que fez o país mergulhar em uma brutal recessão com mais de 14 milhões de desempregados, perda de poder aquisitivo dos salários, interrupção da política de valorização do salário mínimo, diminuição drástica de políticas sociais de combate à pobreza e a inclusão na agenda de projetos impopulares que certamente seriam derrotados nas urnas como: legalização da terceirização ampla e irrestrita, reforma trabalhista que tem como objetivo “destruir” o movimento sindical e flexibilizar as leis, criando um ambiente propício a desregulamentação de mais de 100 leis trabalhistas previstas na CLT e uma proposta de desmonte da previdência social, acabando com as possibilidades de os trabalhadores/as se aposentarem, ou seja, todo o processo de

fortalecimento do movimento sindical e da classe trabalhadora que foi construído em 12 anos de governo democrático popular foi desmontado em especial no último ano.

239. Isto posto, é necessário evidenciar que a atual agenda imposta pelo governo golpista e o quadro de recessão que se estabelece no país nos últimos 02 anos, faz com que o movimento sindical brasileiro necessite, agora, mais do que nunca de apoio e da solidariedade internacional, sendo assim, propomos que seja organizado pela CNQ um seminário com a presença de representantes da CUT, de IndustriALL - nosso sindicato Global e representantes de parceiros internacionais: FES, AFLCIO, DGB, etc., para que possamos realizar um amplo e fraterno debate sobre o futuro do sindicalismo no Brasil e juntos, buscaremos novas formas de reforçar as parcerias internacionais de solidariedade, para que tenhamos novamente o movimento sindical brasileiro fortalecido para fazer o enfrentamento as propostas antissindicais e neoliberais que atacam a classe trabalhadora no Brasil.

FORMAÇÃO SINDICAL

240. Entendemos que a Formação sindical tem o papel decisivo para a renovação da militância e das direções sindicais, ela é fundamental para dar continuidade à organização e luta dos trabalhadores em defesa de seus direitos imediatos e históricos.
241. A educação formal, a cargo das escolas, infelizmente, não tem instruído para a vida, mas apenas para o mercado. A lógica é toda da competição, do egoísmo, do individualismo. Conceitos como cidadania, solidariedade de classe, ajuda mútua e tolerância não frequentam o imaginário dessas novas gerações.
242. Precisamos resgatar o conceito de cidadania. A cidadania traduz a ideia de participação e atuação em todos os aspectos políticos da sociedade, em especial na construção e usufruto de direitos. Isso pressupõe não apenas conhecimento sobre o Estado, suas instituições políticas e as leis, como também consciência de suas obrigações.
243. Um dos objetivos principais da formação é construir novas lideranças, ajudar a construir no militante sindical uma consciência mais solidária, mais fraterna, para que compreenda que as conquistas são fruto de muita luta, ou seja, saber que todos os direitos que estão nas leis ou nas convenções coletivas foram duramente conquistados.
244. A formação é uma importante ferramenta para fortalecer a ação sindical, resgatar a história de lutas de nossa classe e de nosso movimento, discutir e atualizar o debate sobre as concepções e estruturas sindicais, é através dela também que é possível capacitar os dirigentes e militantes para a ação sindical do dia-a-dia e para as negociações coletivas, numa visão humana, social e solidária.

245. Estes tem sido os norteadores dos programas Formaquim e Ubuntu. O programa Formaquim - Programa de Capacitação de Dirigentes e Militantes do Ramo Químico nasceu no ano 2001 com um enfoque de debater a história do movimento operário e a cadeia produtiva do ramo químico, sendo que neste 17 anos foi ganhando novas temáticas, dentre elas: capacitação de Mulheres, Juventude, negociação coletiva, Saúde do Trabalhador, e nos últimos dois anos em parceria com a SNF – CUT Nacional o enfoque nos direitos humanos e para este ano, realizaremos para o ramo químicos em SP um piloto em parceria com a SNF que denominamos “Formaquim Formigueiro” e que tratará as temáticas: saúde e educação pública, mobilidade urbana e moradia.
246. O programa UBUNTU – Programa de capacitação de Dirigentes Mulheres, se iniciou em 2016, é um programa de longa duração que tem por objetivo capacitar dirigentes mulheres para a ação sindical e para a negociação coletiva, abordando a história dos movimentos de mulheres e o papel da mulher na sociedade contemporânea, tendo como enfoque principal a capacitação destas mulheres para atuarem não apenas no movimento sindical, mas em todos os espaços da sociedade.
247. Entendemos que a formação deve ensinar o dirigente sindical a planejar a gestão, definir metas e objetivos, quais ações devem desenvolver, como se comunicar, falar em público, convencer, argumentar, como negociar, como participar nas mesas de negociação, como construir uma pauta, como conduzir uma reunião, uma assembleia, uma plenária, etc.
248. É através da formação que atuamos na construção coletiva do conhecimento, ampliando o conhecimento político, para melhor compreender a realidade social, a luta de classes e busca de uma sociedade democrática e justa.
249. A despolarização presente na sociedade, alimentada pela imprensa e reproduzida de forma acrítica nas redes sociais, se não for enfrentada à altura, além de prejudicar o cidadão em suas variadas dimensões, irá fortalecer o mercado, que tem como metas exclusivas a competição e o lucro a qualquer custo.
250. A forma de enfrentar e evitar esse risco de retrocesso político e social é qualificando o militante para, com conhecimento, argumentos e conteúdo, mostrar que sem política não há solução para os problemas coletivos. E essa tarefa deve ser assumida com prioridade pelo movimento sindical, sob pena de perda de legitimidade e representatividade.
251. O movimento sindical precisa urgentemente intensificar seus programas de formação para atrair novos militantes, construir novas lideranças, resgatar a consciência política, reforçar valores cívicos e éticos e, principalmente, dar continuidade a organização e a luta em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores.

A FORMAÇÃO SINDICAL NA CNQ

252. A política de formação implementada em âmbito nacional através do Programa Formaquim, tem demonstrado ser acertada e tem sido uma ferramenta eficaz para atender parte das demandas de formação dos Sindicatos nas diversas regiões.
253. Visando atender à crescente demanda dos sindicatos do ramo e diminuir a médio prazo os custos com deslocamento dos educadores/as e valorizar as lideranças das regiões, neste novo mandato da direção da CNQ, propomos que além da execução dos cursos do programa Formaquim nas regiões, se busque financiamento para a realização de um curso de “F.F. – Formação de Formadores/as”, objetivando capacitar dirigentes e assessores/as dos sindicatos em nível nacional para atuarem como multiplicadores do programa nas respectivas regiões de atuação.
254. Temos certeza que a formação sindical é a ferramenta para ampliar a consciência de classe dos trabalhadores, da militância e dos dirigentes, fortalecendo assim as ações classistas a partir dos locais de trabalho em todos os níveis.
255. Sendo assim, devemos:
- a) Abordar em todo processo formativo e em nossa ação sindical, a questão da luta de classes; concepção e prática sindical; sindicalismo e socialismo;*
 - b) Orientar para que os programas formativos façam sempre recorte de Mulheres, Raça, Etnia, Orientação Sexual, bem como aborde temas como: Juventude, Idosos, Meio Ambiente, pessoas com deficiências, saúde e segurança, LGBT, etc.*

SAÚDE DO TRABALHADOR

256. A saúde é hoje o maior patrimônio dos trabalhadores e trabalhadoras, neste sentido, devemos envidar todos os esforços no sentido de preservar a saúde dos/as trabalhadores/as, melhorar as condições de segurança nos locais de trabalho, combater as situações de trabalho que levam a acidentes fatais, mutilações, doenças profissionais e adoecimento físico e mental.
257. As doenças relacionadas ao trabalho, especialmente as LER/DORT e o assédio moral, estão disseminadas em todo país, fruto das péssimas condições de ambiente de trabalho, que geram por um lado muito lucro aos patrões e por outro grande número de trabalhadores/as lesionados/as, com sintomas que poderão se transformar em doenças ocupacionais e doenças psicológicas.
258. As doenças relacionadas ao trabalho e o assédio moral acontecem em todas as categorias profissionais, sendo que o assédio moral é a forma mascarada de dominação que aparece é percebida pelos trabalhadores/as através de um conjunto de humilhações, constrangimentos, maus tratos e sofrimentos a que estes estão submetidos.

259. Devemos atuar em defesa da melhoria das condições de trabalho, por programas de prevenção e assistência aos trabalhadores/as sob risco de acidentes e doenças ocupacionais e no sentido da responsabilização e punição das empresas que provoquem danos ao meio-ambiente e à saúde do trabalhador/a;

Em defesa da estabilidade ao Trabalhador/a acidentado e pelo fim da alta programada

260. O atual quadro de precarização das condições de trabalho, saúde e segurança que os/as trabalhadores/as estão submetidos, tem levado a inúmeros acidentes de trabalho com longos períodos de afastamentos do trabalho e graves sequelas, mutilações e até morte de trabalhadores/as.

261. Outro fator que tem criado muitas dificuldades aos trabalhadores/as acidentados e/ou doentes é a política adotada pelo INSS, que tem (sem muitos critérios lógicos) concedido alta médica sem que os/as trabalhadores/as tenham condições concretas de retorno ao trabalho, gerando uma série de impasses e constrangimentos aos/as trabalhadores/as quando do retorno as empresas, pois, os mesmos ou não tem a mínima condição de retomar suas funções ou as empresas não aceitam o retorno, causando prejuízos econômicos, sociais e psicológicos aos mesmos pois o pagamento dos benefícios são suspensos e as referidas empresas não efetuam os pagamentos, e para garantir os direitos destes trabalhadores/as relacionados a estas questões é imprescindível que os Sindicatos orientem os departamentos jurídicos a agir para garantir esses direitos”.

262. É necessário que os Sindicatos do Ramo rompam os limites das denúncias e exijam das empresas investimentos na prevenção dos acidentes e às doenças provocadas pelo trabalho, deve-se incluir nas pautas cláusulas para estas questões, bem como, a garantia de estabilidade aos/as trabalhadores/as acidentados/as enquanto perdurar as doenças.

263. É necessária também a realização de uma ampla campanha em defesa da saúde e da vida do trabalhador, bem como, é necessário que haja maior humanização no atendimento, responsabilização do estado pelo mau atendimento e ações sindicais em defesa da previdência pública.

MULHER TRABALHADORA DO RAMO QUÍMICO

264. A legitimação das mulheres como sujeitos sociais foi conseguida, sobretudo, pelo compromisso das mesmas com uma luta organizada em busca de seus direitos e definição de seu espaço na sociedade.

265. Por meio destas lutas, alteraram as perspectivas de dominação em diversas áreas, por meio das campanhas pelos direitos legais, como direitos à propriedade, direitos ao voto, direitos reprodutivos, e, principalmente, no que diz respeito aos direitos trabalhistas.
266. No Brasil, somente a Constituição de 1988 veio garantir alguma proteção à mulher, inclusive em relação ao mercado de trabalho, reformulando o código civil de 1916 que desmerecia a capacidade feminina.
267. As mulheres sempre desempenharam um papel fundamental na vida das famílias: o cuidar. E quando ingressaram no mercado de trabalho, os cargos ocupados também estavam vinculados “ao cuidar”: enfermeira, professora, doméstica. Isso é explicado pelo fato de o “cuidado” ser considerado um atributo tipicamente feminino, adquirido na esfera doméstica, ou seja, os saberes são aprendidos na socialização da mulher.
268. Hoje, com os avanços nos direitos e conquistas das mulheres, temos outra realidade para a situação das mulheres no mercado de trabalho: competitividade, salários incompatíveis com suas funções e qualificações, quando comparados aos salários dos homens, desenvolvimento de múltiplos papéis, dentre outros.
269. A inserção das mulheres no mercado de trabalho, de forma efetiva, se deu com o avanço do capitalismo industrial, sendo que, é a partir daí que são constituídas, mais definitivamente, a divisão de valores entre o mundo da produção e o mundo doméstico. Dessa forma, ao se incluírem no mercado de trabalho, apesar de ser, ainda, de modo desigual ao homem, pois, continua existindo preconceito e discriminação, as mulheres têm mais uma forma de direito adquirida. Embora se verifique uma maior valorização de certas carreiras femininas, as mulheres ainda ocupam maior parte dos postos mais instáveis e de remuneração mais baixa, evidenciando a permanência das igualdades das relações sociais entre os sexos”.
270. Não há dúvida de que nas últimas décadas a mulher está cada vez mais inserida no mercado de trabalho, buscando por novas formas de participação na sociedade, conquistando o seu espaço, se profissionalizando, estudando mais para disputar o concorrido mercado de trabalho. E isso ocorre tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento.
271. Ao longo dos anos, a entrada da mulher no mundo do trabalho vem sendo acompanhada por grande discriminação, não só com relação à qualidade das ocupações, mas principalmente pela desigualdade salarial entre os sexos. Conclui-se, portanto, que, apesar de suas lutas e conquistas, as mulheres ainda não alcançaram a tão sonhada igualdade.
272. A mulher contemporânea, ao mesmo tempo em que é dona de casa, é também estudante e profissional realizando ainda, tarefas no meio social. Apesar da correria cotidiana, a mulher consegue administrar seu tempo para se dedicar aos filhos e a seu papel de esposa. Além de sua realização profissional, o trabalho está ligado também à própria subsistência e de sua

família, pois, além de suas tarefas domésticas, no lar, suas atribuições também passam a ser de ordem financeira, visto que sua renda agora é incorporada a renda familiar.

273. Portanto, há um reconhecimento de um longo caminho a trilhar na construção da igualdade. Recentemente a OIT publicou um relatório mundial destacando o número elevado de mulheres que continuam fora do mercado de trabalho e o impacto dessa entrada para a riqueza dos países e a renda nacional. Quando se analisa estes dados para o Brasil se sobressaem os aspectos relacionados à pobreza e a maternidade como os principais fatores que afastam as mulheres do mercado de trabalho. Os avanços em políticas públicas registrados nos últimos anos estão sofrendo um forte retrocesso, a exemplo da expansão de creches. Com isso, os riscos de regredirmos em termos de crescimento e inserção das mulheres no mundo do trabalho são elevados.
274. Ao contrário do homem, a mulher, ao se colocar no mundo do trabalho, relega a segundo plano a sua identidade profissional ao priorizar a família. Dessa forma, as mulheres, ao somar trabalho com atividades do lar, somam também, às consequências de seus múltiplos papéis, problemas relacionados até mesmo à sua própria saúde.
275. As mulheres e os homens têm condições de trabalho e de vida diferentes, e é necessário que isso seja levado em conta pelas organizações do trabalho e na elaboração das políticas sociais do âmbito empregatício para que as mulheres tenham seus direitos assegurados de acordo com as suas necessidades peculiares.
276. Uma das mais importantes transformações sociais ocorridas no Brasil, diz respeito ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, está inserção tem-se caracterizado por clara desvantagem em relação aos homens em termos de rendimentos e acesso a postos de direção.
277. Uma das questões que tem chamado a atenção refere-se à situação em que pessoas igualmente produtivas são diferentemente avaliadas com base em atributos não produtivos, caracterizando claramente uma situação de discriminação. A discriminação por mulheres encontra-se presente em praticamente todas as sociedades, independentemente dos traços culturais e religiosos, e dos sistemas políticos e econômicos.
278. As mulheres são discriminadas no mercado de trabalho, apesar de igualmente qualificadas, recebem pagamento inferior no desempenho da mesma função e/ou recebem salários menores porque têm acesso apenas às ocupações com pior remuneração.
279. Apesar da igualdade formal, presente na lei, é no cotidiano que se explicitam práticas discriminatórias que atentam contra o direito a igualdade estabelecido na Constituição Federal.

280. As oportunidades de acesso ao mercado de trabalho se encontram bastante restringidas a determinados setores e ocupações. Portanto, existe um acentuado predomínio feminino em um conjunto de ocupações consistentes com os papéis de mulheres tradicionais, especialmente nas áreas de saúde e educação.
281. A segregação ou discriminação tem importantes implicações para o descompasso salarial entre homens e mulheres, assim como no acesso a oportunidades de promoção. Dessa forma, compreender as causas e consequências da segregação profissional é decisivo para a formulação de políticas voltadas ao mercado de trabalho.
282. As mulheres são maioria dos mais de 14 milhões de desempregados, sendo que as mulheres negras são 60% do desemprego entre as mulheres. Nestes dois últimos anos cresceu o trabalho informal, precário e por conta própria em detrimento do emprego formal. A reforma trabalhista, se aprovada, assim como o projeto de Lei sobre Terceirização, aprovado em março de 2017, impactará preferencialmente sobre as mulheres e os jovens que terão no trabalho intermitente, parcial, temporário e terceirizado a sua única forma de entrada no mundo do trabalho.
283. A isso tudo se soma a reforma da previdência cujo projeto inviabiliza o acesso para as mulheres que em média contribuíram com, no máximo, de 19 anos para a previdência quando alcançam 60 anos de idade e ao estender para 25 anos o tempo mínimo de contribuição a maior parte das mulheres terá que seguir no mercado de trabalho depois dos 70 anos e a pergunta que se faz é qual empregador que irá contratá-las?
284. Por outro lado, as iniciativas que estavam sendo construídas, através de projetos de lei, para garantir maior igualdade no local de trabalho foram abandonadas pelo legislativo. As mulheres recebem, em média entre 15% a 30%, menos do que os homens. Essas diferenças não são justificadas apenas pela posição que ocupa, mas também porque são resultados de políticas de discriminação em que as mulheres mesmo realizando as mesmas tarefas recebem salários menores.
285. Por isso, é muito importante retomarmos a luta contra discriminação no local de trabalho, por ocasião da reforma trabalhista foram inúmeras as manifestações preconceituosas e discriminatórias contra as mulheres para justificar determinadas medidas, a exemplo da permissão para trabalho gestante ou lactante em local insalubre.
286. Contudo, a divisão sexual do trabalho também ocorre nas práticas sindicais sob muitas formas. Uma das formas de expressão desta divisão é que as mulheres são excluídas dos cargos mais relevantes como presidente, tesouraria e secretaria geral. Por outro lado, se um cargo é ocupado por um homem ele tem importância, se por uma mulher, muitas vezes é visto como burocrático.

287. Assim, as práticas sindicais acabam por reproduzir as formas da divisão sexual do trabalho, colocando as mulheres em atividades secundárias, investindo pouco em formação política e em sua trajetória como liderança.
288. Entretanto, nos momentos de avaliação geralmente são mais rigorosos com as mulheres, exigindo delas compromisso, dedicação e empenho, o que não é exigido dos homens.
289. Da mesma forma em que as mulheres não ocupam postos de chefia ou não exercem posição considerada “de responsabilidade” nos locais de trabalho também no sindicalismo elas não estão presentes nas instâncias de direção.
290. No âmbito da CUT muito se avançou na luta contra a discriminação no tratamento entre os sexos, e a maior expressão disso foi a aprovação da paridade. Ela representa a culminação de um longo processo de construção de relações de gênero mais igualitário na entidade. A paridade permite que se construa maior igualdade nas condições de participação entre os sexos, através da superação de barreiras como a divisão sexual do trabalho, a cultura machista e os desequilíbrios de ocupação de cargos.
291. Porque é importante ter mais mulheres nas direções? Para que possamos incorporar nas estratégias sindicais, nas ações e no processo de negociação coletiva um olhar de gênero, nosso principal objetivo é melhorar a vida das mulheres. Mas também atuar nos diversos temas e fazer parte do núcleo de definição e decisão política que na maior parte das vezes é reservado apenas para os homens.
292. Nosso congresso é uma oportunidade para avançarmos na luta por maior igualdade, somos 25% do ramo e 23% são sindicalizadas. Em vários setores somos maioria. Precisamos dar passos efetivos para construir a paridade no ramo químico e com isso, aprofundar uma pauta de gênero que incida nas entidades sindicais e no local de trabalho.
293. Outro aspecto que dificulta a participação das mulheres se refere às responsabilidades pelas tarefas domésticas, na maioria das vezes não são compartilhadas pelos seus companheiros e maridos. As mulheres se defrontam também com obstáculos ideológicos e culturais que se manifestam não só no mundo exterior, mas também no universo das relações pessoais e afetivas.
294. A aprovação da paridade no último congresso da CUT representa um grande avanço na luta pela igualdade e deverá ser implementada em todas as instâncias da CUT e as condições para isso precisam ser construídas desde já.
295. Neste contexto, a CNQ criou em 2002 criou o programa “Formaquim Mulher” – curso de formação específico para as mulheres trabalhadoras do ramo. Desde a sua criação já passaram pelo Programa em nível nacional mais de 600 companheiras, sendo que parte destas mulheres, a partir deste processo de capacitação assumiram cargos de representação

no ramo, desde a CIPA nos locais de trabalho a cargos nas direções sindicais, em federações e na confederação.

296. Desde 2016, a CNQ está realizando o projeto “UBUNTU” - Programa de Capacitação de Dirigentes Mulheres em nível nacional, e que tem como objetivo central capacitar 35 dirigentes mulheres para atuarem na ação sindical e nas negociações coletivas. Este é um programa de longa duração, onde serão realizados 06 módulos de 32 horas em dois anos, e tratará entre outros temas sobre a importância da participação da mulher na sociedade e no movimento sindical, sempre com um olhar holístico e humano, com objetivo a contribuir com as políticas da CUT propostas pela CUT de ampliação da representação das mulheres nas direções sindicais, rumo a paridade de representação.
297. Neste mandato, a secretária da Mulher Trabalhadora deverá lutar para:
- a) *Organizar e promover cursos e atividades específicas para as mulheres com objetivo a capacitá-las e ampliar com qualidade a presença das mulheres nas entidades sindicais.*
 - b) *Desenvolver uma Campanha Nacional de sindicalização para mulheres.*
 - c) *Socializar com os Sindicatos do Ramo, todos os avanços sobre o tema de mulheres obtido nas negociações ocorridas no ramo, fazendo com que todos os sindicatos do ramo tenham conhecimento dos avanços conquistados pelas trabalhadoras.*
 - d) *Lutar por políticas concretas que viabilizem a participação das mulheres trabalhadoras no movimento operário e sindical, tais como: escolha dos melhores horários para reuniões, criação e manutenção de creches em cada sindicato quando da realização de atividades, entre outras iniciativas já existentes.*
 - e) *Lutar contra as doenças do trabalho, o assédio moral e sexual e a violência contra a mulher nos locais de trabalho e fora dele.*

JUVENTUDE TRABALHADORA DO RAMO QUÍMICO

298. As medidas impopulares do Governo Federal na virada do ano atingiram diretamente a classe trabalhadora brasileira. O pacote de alterações nos direitos sociais e trabalhistas pesaram significativamente para a juventude trabalhadora, que se encontra em relações precárias de trabalho e com alta rotatividade.
299. Com as mudanças nos prazos de carência ao seguro desemprego, os jovens trabalhadores terão mais dificuldades de obter o primeiro acesso, que passa a ter como critério 18 meses de trabalho nos últimos 24 meses anteriores à dispensa. Antes da Medida Provisória nº 665 do Governo Federal, bastava seis meses ininterruptos de trabalho para acessar pela primeira vez o benefício. O segundo acesso passa a ser por 12 meses nos últimos 16 meses anteriores à dispensa e o terceiro 6 meses ininterruptos de trabalho antes da dispensa. Nesta lógica atual, é mais difícil obter o primeiro acesso do que os subsequentes.
300. Uma nota técnica sobre rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro, publicada em agosto de 2013 na Revista Ipea, aponta a taxa de desemprego entre jovens de

15 a 24 anos é maior do que em qualquer outra faixa etária. Em 2011, 16,3% se encontrava desempregada. O estudo mostra que além do desemprego, os jovens trabalhadores perdem seus empregos com mais frequência do que os trabalhadores mais velhos. Isto porque esses segmentos se encontram em setores econômicos que exigem pouca qualificação e que oferecem empregos instáveis, marcados pela precarização dos contratos de trabalho. Entre 2008 e 2010, por exemplo, a taxa de desligamento era de 7 a cada 10 jovens empregados, principalmente no comércio e construção civil.

301. Segundo os autores da nota técnica, a elevada rotatividade experimentada pelos jovens no Brasil é um fator que dificulta o aumento da sua produtividade e salários. A maior parcela da juventude trabalhadora tem remuneração de até 1 salário mínimo/mês.
302. Para corrigir esta desigualdade no mercado de trabalho as chamadas políticas ativas de geração de emprego devem ser prioridade. Além de garantir o desenvolvimento sustentável, inibir a demissão imotivada, através da ratificação da convenção nº 158 da OIT, e investir em qualificação profissional são condições fundamentais para combater a insegurança da juventude no mercado de trabalho.
303. Pronatec, Prouni e Fies são políticas ativas para geração de emprego voltada para a juventude trabalhadora. As mudanças ocorridas no Programa Universidade para Todos (Prouni) e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) limitaram o uso simultâneo pelos beneficiários, sendo que os programas são utilizados absolutamente por jovens trabalhadores de baixa renda.
304. Reduzir direitos sociais e trabalhistas para os jovens trabalhadores pode implicar no maior aumento desta parcela da população na pobreza e nos processos de precarização do trabalho, além de desproteger a maioria dos jovens que sofre com a alta rotatividade no mercado de trabalho.
305. Portanto, as medidas do Governo Federal para "corrigir distorções, abusos fraudes" estão na contramão da continuidade de um governo responsável pela aprovação do Estatuto da Juventude, em 2014, no qual os direitos ao trabalho e à educação são fundamentais.

A Juventude Trabalhadora do Ramo Químico

306. A criação da Secretaria Nacional de Juventude na CNQ estabeleceu como tarefa estratégica lutar pela promoção do trabalho decente nos locais de trabalho, pois, valorizar o trabalho de jovens trabalhadores/as significa criar mecanismos que impeçam o trabalho informal e a inserção ocupacional precoce.
307. A exigência de políticas de Estado que punam empresários que não formalizam contratos deve somar-se à inclusão de cláusulas nos acordos coletivos que imponham regras para

facilitar a permanência ou o retorno ao sistema educacional formal, bem como, garantir o direito à educação é exigir a criação de políticas educacionais, públicas e universais, que possibilitem reverter o quadro alarmante do número da evasão escolar provocada pela necessidade de trabalhar.

308. A Secretaria Nacional de Juventude da CNQ tem se posicionado em defesa do incremento de políticas de transferência de renda que garantam a estudantes sua permanência no sistema educacional e buscar valorização da escola em parceria e em conjunto com a comunidade desenvolver projetos que desperte o aluno ao saber e fomenta o interesse pelo estudo.
309. O caso dos estágios é um exemplo concreto de exploração fácil e barata do trabalho juvenil. A realidade destes estágios é a utilização de estudantes para substituir mão-de-obra e não tem qualquer relação com a educação dos mesmos, sendo que presenciamos estudantes do ensino médio e superior, como operadores de máquinas de copiar, entregadores ou contínuos nos escritórios de empresas do ramo.
310. Neste mandato a CNQ/CUT orientou os Sindicatos a implementar políticas para a juventude trabalhadora, portanto, hoje este trabalho que vem sendo realizado pelos coletivos de juventude dos Sindicatos. O acompanhamento e participação da juventude química nas ações políticas da CUT e da Industrial relacionadas a juventude credenciam a CNQ/CUT, a dar continuidade a este trabalho no próximo mandato.
311. Caberá, aos Sindicatos criar políticas para ampliar a participação dos jovens trabalhadores/as na militância sindical, bem como, a formação de novos quadros para o movimento sindical.
312. Caberá a Secretaria de Juventude da CNQ, criar espaços de sensibilização das direções sindicais no que se refere a criação de coletivos de juventude nos Sindicatos, como forma de fortalecer a organização da juventude e dar sustentação as ações e campanhas dos sindicatos, bem como, sobre a necessidade de organização de uma campanha nacional de sindicalização para a juventude.
313. Não podemos deixar somente que apenas os jovens façam o debate sobre a temática juventude, é tarefa da Secretaria de juventude da CNQ juntamente com a secretaria de formação estimular de forma permanente atividades de formação sindical com métodos linguagem e abordagem específica para juventude, bem como, desenvolver em conjunto com a secretaria de comunicação propostas para uma política mais atual de comunicação dos Sindicatos filiados visando a juventude trabalhadora, bem como, propor que as entidades sindicais do ramo organizem suas estruturas com vistas a oferecer acessibilidade e espaços permanentes de debates com temas específicos de interesse dos jovens, realizando atividades culturais, musicais e lúdicas para a juventude.

POLÍTICA ÉTNICO/RACIAL PARA O RAMO QUÍMICO

314. No Brasil, a história de seus conflitos e problemas envolveu bem mais do que a formação de classes sociais distintas por sua condição material. Nas origens da sociedade colonial, o nosso país ficou marcado pela questão do racismo e, especificamente, pela exclusão dos negros. Mais que uma simples herança de nosso passado, essa problemática racial toca o nosso dia a dia de diferentes formas.
315. Em nossa cultura poderíamos enumerar o vasto número de piadas e termos que mostram como a distinção racial é algo corrente em nosso cotidiano. Quando alguém auto define que sua pele é negra, muitos se sentem deslocados. Parece ter sido dito algum tipo de termo extremista. Talvez chegamos a pensar que alguém só é negro quando tem pele “muito escura”. Com certeza, esse tipo de estranhamento e pensamento não é misteriosamente inexplicável. O desconforto, na verdade, denuncia nossa indefinição mediante a ideia da diversidade racial.
316. É bem verdade que o conceito de raça em si é inconsistente, já que do ponto de vista científico nenhum indivíduo da mesma espécie possui características biológicas (ou psicológicas) singulares. Porém, o saber racional nem sempre controla nossos valores e práticas culturais. A fenotipia do indivíduo acaba formando uma série de distinções que surgem no movimento de experiências históricas que se configuraram ao longo dos anos. Seja no Brasil ou em qualquer sociedade, os valores da nossa cultura não reproduzem integralmente as ideias da nossa ciência.
317. Dessa maneira, é no passado onde podemos levantar as questões sobre como o brasileiro lida com a questão racial. A escravidão africana instituída em solo brasileiro, mesmo sendo justificada por preceitos de ordem religiosa, perpetuou uma ideia corrente onde as tarefas braçais e subalternas são de responsabilidade dos negros. O branco, europeu e civilizado, tinha como papel, no ambiente colonial, liderar e conduzir as ações a serem desenvolvidas. Em outras palavras, uns (brancos) nasceram para o mando, e outros (negros) para a obediência.
318. No entanto, também devemos levar em consideração que o nosso racismo veio acompanhado de seu contraditório: a miscigenação. Colocada por uns como uma estratégia de ocupação, a miscigenação questiona se realmente somos ou não pertencentes a uma cultura racista. Para outros, o mestiço definitivamente comprova que o enlace sexual entre os diferentes atesta que nosso país não é racista. Surge então o mito da chamada democracia racial.
319. Sistematizado na obra “Casa Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre, o conceito de democracia racial coloca a escravidão para fora da simples ótica da dominação.

320. A condição do escravo, nessa obra, é historicamente articulada com relatos e dados onde os escravos vivem situações diferentes do trabalho compulsório nas casas e lavouras. De fato, muitos escravos viveram situações em que desfrutavam de certo conforto material ou ocupavam posições de confiança e prestígio na hierarquia da sociedade colonial. Os próprios documentos utilizados na obra de Freyre apontam essa tendência.
321. Porém, a miscigenação não exclui os preconceitos. Nossa última constituição coloca a discriminação racial como um crime inafiançável. Entre nossas discussões proferimos, ao mesmo tempo, horror ao racismo e admitimos publicamente que o Brasil é um país racista. Tal contradição indica que nosso racismo é velado e, nem por isso, pulsante. Queremos ter um discurso sobre o negro, mas não vemos a urgência de algum tipo de mobilização a favor da resolução desse problema.
322. Ultimamente, os sistemas de cotas demonstram o tamanho do nosso problema. Ainda aceitamos distinguir o negro do moreno, em uma aquarela de tons onde o último ocupa uma situação melhor que a do primeiro. Desta maneira, criamos a estranha situação onde “todos os outros podem ser racistas, menos eu... é claro!”. Isso nos indica que o alcance da democracia é um assunto tão difícil e complexo como a nossa relação com o negro no Brasil.
323. Por detrás do mito da “democracia racial”, as negras e os negros no Brasil enfrentam um racismo indiscutível que pode ser verificado claramente através de dados, entre os quais, do mercado de trabalho, do sistema educacional e sobre a violência policial.
324. Nos últimos anos temos assistido e participado de uma imensa mobilização social voltada à questão da necessidade de políticas afirmativas e políticas compensatórias destinadas à inclusão social da população afro-brasileira.
325. Para os afro-brasileiros, do ponto de vista da sua identidade, é muito importante o reconhecimento da sua contribuição quanto agente ativo da história do Brasil.
326. Atualmente o debate sobre a discriminação racial vem ocupando um espaço maior no que diz respeito aos assuntos de primeira ordem, o que é muito positivo, haja vista os vários seminários e encontros organizados pela CUT, além dos vários sindicatos sintonizados com esta luta, sendo assim, a CNQ/CUT conclama a todos os Sindicatos e federações do ramo a se engajarem e realizarem atividades com objetivo a fortalecer o dia da consciência negra – 20 de novembro.
327. É, portanto, preciso solidificar uma consciência de classe, mulheres e raça, contribuindo assim para uma sociedade verdadeiramente democrática, onde todas as pessoas, independente de classe, raça e etnia, possam viver dignamente como cidadãos.

Criação de um Coletivo Nacional sobre a Questão Étnico/Racial na CNQ-CUT

328. Há muitos anos estamos debatemos a importância de ter uma Secretaria Nacional de Combate ao Racismo na CUT, portanto, cabe a nós (CNQ/CUT e Sindicatos do Ramo) o compromisso político de contribuir efetivamente com a consolidação e fortalecimento de políticas específicas.
329. É preciso ter um olhar diferenciado para estas questões. Faz-se necessário envolver outros atores sociais (Sindicatos, Associações, ONG's etc.) neste debate, a fim de construir coletivamente políticas públicas afirmativas e estruturantes eficazes que dialoguem com estas diferenças; Mulheres, Diversidade e Étnico – Racial a partir de alguns pontos de vista:
- a) *A discriminação da mulher, sobretudo as negras*
 - b) *A questão dos extermínios dos jovens “negros e pobres”*
 - c) *A questão da homofobia*
330. Para avançar este debate no âmbito da CNQ/CUT acreditamos ser de fundamental importância a construção efetiva de um Coletivo Nacional sobre a Questão Étnico-Racial do Ramo Químico. Este coletivo deverá ser constituído dentro da Secretaria de Políticas Sociais, e deverá ter como principal tarefa construir, debater e propor políticas afirmativas de combate ao racismo no âmbito do Ramo Químico, bem como, incentivar e promover atividades e palestras para a conscientização sobre a questão dos negros.
331. Para tanto a CNQ-CUT orienta seus sindicatos a construírem a pauta racial em suas bases com o objetivo de colocar o debate da igualdade racial e da sobrevivência do povo preto no centro da política da confederação.
332. É imperativo também que os Sindicatos do Ramo Químico também criem coletivos para a questão étnico /racial para discutir estes temas, bem como, para organizar a luta anti-racial no seu âmbito de atuação.
333. A CNQ e os sindicatos do ramo devem lutar contra a discriminação racial e em defesa do trabalhador/a negro/a, bem como, denunciar e exigir punição para qualquer tipo de discriminação, racial, principalmente no local de trabalho.
334. A CNQ deve orientar as entidades filiadas a incluir nas pautas de reivindicações cláusulas que estabeleçam cotas mínimas para a contratação de trabalhadores/as negros/as.
335. A CNQ deve apoiar o sistema de cotas e as políticas afirmativas que garante um percentual mínimo de Afrodescendentes e Indígenas nas universidades públicas de ensino superior, e também lutar pela ratificação da convenção 111 da OIT.

POLÍTICA PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

336. Pessoas com deficiência são, antes de mais nada “pessoas”. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades.
337. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana.
338. As pessoas com deficiência – que numa definição mais ampla podem ser entendidas como aquelas com diferentes níveis de limitação física, sensorial (ouvir ou enxergar) e cognitiva (mental) – foram historicamente relegadas a uma posição segregada na estrutura social. Consideradas, durante muito tempo, como “inválidas” ou “incapazes”, merecedoras apenas da caridade privada e/ou do assistencialismo do Estado.
339. Paulatinamente, tanto em nível internacional como no Brasil, este “status social” foi se alterando com a percepção de que tais indivíduos podem e devem estar inseridos nos ambientes sociais comuns a todas as pessoas, além de, com os suportes e adaptações necessárias, terem plena capacidade de trabalho.
340. Naturalmente, este processo não se deu de forma linear e homogênea, sendo que, mesmo na atualidade, ainda persistem exemplos de tratamentos inadequados e até mesmo discriminatórios em relação à pessoa com deficiência.
341. Mas, sem dúvida, numa perspectiva histórica mais geral, é possível afirmar que houve tanto um amadurecimento civilizatório na forma de lidar com este contingente populacional, como o reconhecimento da sua condição de segmento social detentor de direitos e deveres de cidadania, assim como outros grupos historicamente discriminados e socialmente excluídos.
342. Os anos 2000 marcam a ampliação das possibilidades de participação e controle social pelas pessoas com deficiência nas políticas públicas que lhes dizem respeito. Embora tenha sido criado pelo Decreto 3.298 de 1999, o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE) teve uma atuação mais efetiva a partir de 2003, quando passou a compor a estrutura do governo, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos (Lei 10.083/03).
343. Nos anos seguintes, foram organizadas, pela primeira vez, as Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006, 2008 e 2012, com ampla participação do movimento social e entidades representativas.
344. Assim como o “Ano Internacional da Pessoa Deficiente”, em 1981, foi um marco histórico no processo de luta pela cidadania deste segmento populacional, a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, também aprovada no plenário das Nações Unidas, em 2007, representa um novo patamar neste percurso.

345. Porém, isto não significa dizer que as condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil, de modo geral, são plenamente satisfatórias. Os dados do último Censo Demográfico, por exemplo, que apontou uma população com deficiência de 45,6 milhões pessoas (quase ¼ do total de brasileiros, embora em critérios mais amplos), mostram a persistência de barreiras no acesso à formação escolar, como também participação limitada deste contingente populacional no mercado de trabalho formal.
346. Ademais, na vida cotidiana dos municípios continuam existindo barreiras tanto para mobilidade física como para comunicação plenamente acessível entre as pessoas com e sem deficiência. É fato que, entre 2000 e 2010, são registrados avanços, mas ainda há um longo caminho a ser trilhado para que se construa uma sociedade inclusiva e que respeite a diversidade humana.
347. Para tanto, além do aprimoramento das políticas públicas específicas, é preciso enfatizar que, obviamente, as pessoas com deficiência também serão beneficiadas pela melhora das condições econômicas e sociais do País. Avanços na distribuição de renda, crescimento econômico, serviços públicos universais de qualidade e programas sociais eficazes, dentre outros aspectos, são benéficos para todos, inclusive para aqueles com algum tipo de limitação física, sensorial ou cognitiva.
348. Por mais que existam especificidades, não há um mundo “específico” das pessoas com deficiência. Elas também sentirão os efeitos da melhora social mais geral, por isso que as políticas específicas – gratuidades, cotas, isenções, benefícios etc. – não podem ser um fim em si mesmo, mas parte de uma estratégia mais ampla na qual, equiparando oportunidades, todos possam construir um país mais justo e humano.
349. Sendo assim, para construir uma sociedade igualitária, sem discriminação temos que aprender a respeitar as diferenças. É necessário avançarmos no sentido de termos uma sociedade inclusiva e devemos tomar medidas práticas que nos levem a alcançar esse objetivo.
350. Diante disso, devemos lutar pela inclusão das pessoas com deficiências na sociedade de forma que sejam garantidas as condições de acesso e infraestrutura adequada nos locais de trabalho, escolas etc.
351. A CNQ-CUT e seus sindicatos filiados devem promover e divulgar as resoluções da CUT e de outras entidades em defesa desse grupo.

POLÍTICAS PARA A POPULAÇÃO LGBT

352. O dia 17 de maio, marcado como o Dia Internacional contra a Homofobia e a Transfobia, celebra a vitória conquistada em 1990, quando a Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças.

353. Mas o que era para ser um dia de festa é marcado por uma luta que parece não ter fim. Pesquisas afirmam que o Brasil é o país onde mais se matam travestis e transexuais no mundo]. Com um dado como este, não há o que comemorar.
354. Considerado uma violação dos direitos humanos desde 1991, pela Anistia Internacional, a discriminação contra o público LGBT ainda é algo a se preocupar ao redor do mundo.
355. Os direitos da população LGBT vêm crescendo com o passar dos anos, mas ainda não chegamos ao ponto em que se pode dizer que estas pessoas levam uma vida igualitária, e sem medo.
356. O Brasil, entretanto, está a um passo à frente de muitos países. Embora o alto índice de homofobia seja assustador, alguns direitos como o casamento civil, a adoção por casais homossexuais e direitos à previdência, já são reconhecidos desde 2011, onde o Supremo Tribunal Federal reconheceu a equiparação da união homossexual à heterossexual. São direitos conquistados que dão uma esperança de uma vida mais digna e igualitária.
357. Mas a luta não para por aí, ainda é preciso criar leis de inclusão à população LGBT ao mercado de trabalho. Em um estudo feito pela Consultoria Santo Caos, 43% dos entrevistados afirmaram ter sofrido algum tipo de discriminação por sua orientação sexual ou identidade de gênero. Outro estudo, ainda mais alarmante, elaborado pela empresa Elancers, constata-se que 38% das empresas brasileiras não contratariam pessoas LGBT para cargos de chefia, e 7% não contratariam em hipótese alguma.
358. Muitas empresas temem ter sua imagem associada à do funcionário. E com isso perder clientes, ter a credibilidade abalada. As empresas refletem aquilo que está colocado na sociedade, e a homofobia está presente na população. Por outro lado, “Empresas” com maior diversidade tendem a ser mais produtivas e melhorar seus ganhos, pois as pessoas acabam por se engajar mais em um ambiente onde não são discriminadas. E elas são também consumidoras”. É uma questão de perspectiva que dependendo de como vista pode mudar a vida de muita gente.
359. Em nosso regulamento jurídico, hoje, não se encontra nada que garanta a efetividade da igualdade de gênero dentro do mercado de trabalho, que talvez aconteça pela falta de conscientização dessas empresas, ou pela falta de punição para aqueles que agem com discriminação.
360. Com um sistema jurídico falho se faz necessário o uso de campanhas de conscientização dos direitos da população LGBT. Campanhas como “Livres e Iguais” criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) que ajuda a promover a igualdade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

361. Campanhas como estas existem ao redor do mundo todo, de diferentes formas e línguas, mas que buscam um único objetivo, acabar com a desigualdade de gênero moldando um mundo melhor e mais justo para as próximas gerações que ainda virão.
362. A discriminação com pessoas que fazem parte do grupo LGBT ainda é bastante forte no mercado de trabalho. Pelo menos é esse o resultado de uma pesquisa feita pelo Nube (Núcleo Brasileiro de Estágios), com jovens de idades entre 15 e 26 anos. Os pesquisadores ouviram 10,7 mil pessoas. Para 32,03% dos respondentes a discriminação varia de acordo com a área e o tipo da empresa; outros 24,75% afirmaram que muitas vezes o preconceito é mais escancarado. Para 20,31% dos jovens, a discriminação se manifesta de maneira mais velada. Enquanto 22,91% das pessoas afirmaram que esse tipo de preconceito já foi “superado”.
363. O analista de treinamento da Nube Marcelo Cunha afirma, no entanto, que o preconceito ainda está presente no mercado de trabalho sim e que, muitas vezes, ele existe até mesmo entre os jovens que acabaram de iniciar as carreiras.
364. O preconceito contra a população LGBT acontece a todo instante e não está em determinado ramo; está nas pessoas. Enquanto houver gente com este tipo de cisma, haverá discriminação.
365. Estudo divulgado pelo Center Talent Innovation em janeiro deste ano, indica que 61% dos funcionários LGBT no Brasil optam por esconder a sexualidade de colegas e gestores com medo de sofrerem no ambiente de trabalho, podemos concluir que os casos de homofobia e transfobia poderiam ser ainda mais frequentes do que se vê.
366. Em situações em que a pessoa se sinta discriminada dentro da empresa, o ideal é que o ocorrido seja reportado ao superior imediato ou até mesmo ao RH da companhia.
367. Portanto, não resta dúvidas que os trabalhadores e trabalhadoras que assumem serem homossexuais (gays ou lésbicas) enfrentam grande discriminação, principalmente no local de trabalho, e em vários casos, sendo alvo de violência ou de piadinhas de mau gosto.
368. O fato é que assim como mulheres e negros, os homossexuais são vítimas da opressão e discriminação disseminadas pelo sistema capitalista, que usa este tipo de ideologia racista e discriminatória, para dividir a classe trabalhadora e enfraquecê-la.
369. Defendemos que as pessoas sejam livres para adotarem a orientação sexual que quiserem, e por entender que a luta contra todas as formas de discriminação também é uma luta contra o capitalismo a CNQ e os Sindicatos do ramo devem denunciar e exigir punição para qualquer tipo de discriminação sexual e buscar a organização destes companheiros/as.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

370. Os aposentados e pensionistas constituem-se no segmento da classe trabalhadora que mais cresce em termos absolutos. A cada dia, a importância política, social e econômica deste setor

da população, aumenta, no entanto, este seguimento cada vez mais sofre as consequências de políticas que levam a precarização das condições gerais de vida, sendo discriminados com a ausência de políticas de saúde, transporte, lazer, moradia, etc.

371. A CNQ e os Sindicatos do Ramo não devem medir esforços para apoiar e participar de todas as lutas que visem a implantação de políticas para a recuperação do poder de compra das aposentadorias e pensões com base na mesma sistemática adotada para a recuperação do poder de compra do salário mínimo.
372. Reconhecemos como fundamental as políticas negociadas pelas Centrais Sindicais com objetivo de recuperar o poder de compra do salário mínimo, bem como, defendemos a continuidade de políticas que visem à recuperação do poder de compra dos benefícios de aposentados e pensionistas.
373. Cabe, portanto a CNQ/ CUT e os Sindicatos do Ramo apoiar todas as lutas propostas pelas associações de aposentados das diversas categorias.

PLANO DE LUTAS

374. O VIII Congresso da CNQ/CUT delibera:

375. **Bandeiras gerais**

- i. Efetuar denúncia do golpe no Brasil e combater o neoliberalismo.
- ii. Participar de atividades e ações em defesa da Democracia e contra o Neoliberalismo
- iii. Ter como princípio a solidariedade internacional da classe trabalhadora
- iv. Lutar em defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.
- v. Fortalecer o movimento sindical e sua luta contra o neoliberalismo, em defesa da democracia e dos direitos humanos.
- vi. Lutar pela ratificação e aplicação de suas convenções da OIT no Brasil.
- vii. Atuar em defesa dos direitos humanos
- viii. Dar continuidade à luta contra o governo golpista e às campanhas contra as reformas da Previdência e Trabalhista.
- ix. Fortalecer a organização sindical tendo em vista os possíveis desdobramentos das reformas, mostrando cenários e desafios para o sindicalismo CUTista.
- x. Fortalecer a participação sindical e a aliança com a Frente Brasil Popular e Povo sem Medo, procurando estabelecer a convergência e a unidade de ação.
- xi. Atuar em defesas das Diretas já e atuar para derrotar as forças golpistas nas eleições de 2018, ou, antes desta data.
- xii. Dar continuidade ao processo de fortalecimento da organização sindical
- xiii. Lutar contra todas as “reformas” que visam a retirada de direitos e a precarização do trabalho.

- xiv. Lutar em defesa do poder de compra dos salários e pela recuperação do poder de compra do salário mínimo.
- xv. Lutar pelo aumento real de salários e pela ampliação dos direitos dos/as trabalhadores/as.
- xvi. Lutar em defesa da saúde e segurança do/a trabalhador/a e em defesa do meio ambiente.
- xvii. Lutar pela universalização do direito à seguridade social, e contra as reformas tributárias que eliminem impostos diretos e contribuições de caráter previdenciário e social ou diminuam tributos sobre a Folha com caráter previdenciário.
- xviii. Lutar contra qualquer tipo de reforma que retire direitos da classe trabalhadora,
- xix. Lutar contra o assédio moral e sexual.
- xx. Lutar para reduzir o impacto dos impostos sobre a remuneração do trabalho e pela elevação da taxação das grandes fortunas.
- xxi. Participar de todas as lutas/campanhas/jornadas convocadas pela CUT.
- xxii. Desenvolver campanhas pela correção da tabela do imposto de renda, no mínimo, pelos mesmos índices oficiais de inflação, para que os pagamentos dos prêmios de PLR, as reposições salariais e os reajustes conseguidos pelos/as trabalhadores/as não sejam “engolidos” no pagamento do Imposto de Renda.
- xxiii. Participar juntamente com os Sindicatos ativamente da luta pelo fim do Fator Previdenciário, posicionando-se contrária a toda e qualquer proposta de flexibilização de direitos dos trabalhadores.
- xxiv. Fortalecer a campanha por 1 milhão de assinaturas para levar ao congresso proposta de reforma política e fortalecer a campanha pela Reforma Tributária.
- xxv. Desenvolver uma campanha contra as criminalizações dos movimentos sociais (sindicatos, MST, Movimento Popular e Movimento das Fábricas Ocupadas).
- xxvi. Apoiar politicamente à luta dos trabalhadores das Fábricas Ocupadas e solicitar a CUT a sua incorporação nesta luta.
- xxvii. Desenvolver uma campanha no Ramo e na CUT, em defesa da Previdência Pública e Solidária.

376. **Ações contra a terceirização e a precarização das relações e das condições de trabalho:**

- i. Lutar em defesa do trabalho decente, contra a terceirização, o trabalho temporário e demais formas de precarização das relações de trabalho.
- ii. Lutar pela geração de empregos de qualidade, pela distribuição de renda e pela inclusão social.
- iii. Lutar contra a prática de horas extras.
- iv. Lutar pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários.
- v. Lutar pela implantação de escalas de trabalho com sábados e domingos livre em todos os segmentos do ramo químico.

- vi. Lutar pela 5ª turma de revezamento com jornada limitada a 36 horas semanais.
- vii. Lutar pela ratificação da convenção 158 da OIT – Pelo fim da demissão imotivada.
- viii. Lutar contra toda e qualquer proposta de flexibilização de direitos dos trabalhadores.

377. Organização Sindical:

- i. Lutar para consolidar a organização da CNQ/CUT por Ramo de Atividade Econômica e para ampliar a Representatividade das Entidades Sindicais
- ii. Lutar em defesa do direito à organização nos locais de trabalho e pela implantação de OLTs (Organização nos Locais de Trabalho).
- iii. Lutar por uma nova estrutura sindical que assegure liberdade e autonomia sindical.
- iv. Realizar debates sobre “modelo de organização sindical para o ramo químico”.
- v. Lutar pela garantia plena ao exercício da atividade sindical com direito de greve e garantia de emprego.
- vi. Organizar juntamente com as secretarias setoriais, regionais e de formação um seminário para debater políticas de organização dos sindicatos nos ramos e a construção das federações estaduais e interestaduais.
- vii. Fortalecer os espaços de representação nos locais de trabalho, CIPAS, Comissões de Fabrica/empresa, Delegados sindicais, SUR – Sistema Único de Representação, Redes de Trabalhadores, etc., para que os mesmos atuem na defesa dos direitos dos trabalhadores/as.
- viii. Organizar um seminário nacional para aprofundar o debate sobre o tema e promover o conhecimento sobre as diversas experiências e modelos de organização nos locais de trabalho que estão sendo construídas no ramo e fora dele.
- ix. Apoiar iniciativas que promovam a organização por local de trabalho fortalecendo as existentes e incentivando a formação de novas OLTs em locais com potencial de organização, inclusive por meio de acordos e convenções coletivas.
- x. Lutar pelo direito a organização dos locais de trabalho, e que estas representações tenham estabilidade no emprego para que possam exercer sua representação.
- xi. Lutar pelo fim da criminalização da atividade sindical (multas, interditos proibitórios, demissões de dirigentes e de representantes de trabalhadores/as, etc.).
- xii. Pautar permanentemente o tema da organização no local de trabalho nas campanhas salariais e reivindicatórias.

378. Saúde do trabalhador:

- i. Manter e ampliar a luta pela extinção da subnotificação, denunciando e combatendo as práticas das empresas, dos SEMTs e das perícias médicas do INSS.
- ii. Lutar para que o INSS ingresse com as ações regressivas contra todas as empresas onde há acidentados e doentes ocupacionais.
- iii. Lutar contra a alta programada — contra o retorno do trabalhador ao serviço, sem estar apto.

- iv. Fortalecer e ampliar a luta pela manutenção do SAT (Seguro de Acidente de Trabalho) público.
- v. Incentivar ações pelo direito de recusa ao trabalho em condições de risco grave e iminente.
- vi. Aprofundar o debate sobre biossegurança e transgênicos, benzeno, mercúrio, amianto, nanotecnologia; criar GTs e realizar seminários sobre esses temas.
- vii. Lutar em defesa da saúde e segurança do trabalhador/a e em defesa do Meio Ambiente.
- viii. Lutar pela universalização do direito à Seguridade Social.

379. **Relações internacionais:**

- i. Estabelecer intercâmbios com entidades sindicais internacionais ligadas ao ramo químico.
- ii. Fortalecer as relações com a IndustriALL, contribuir e participar das Campanhas Mundiais sobre Terceirização, Equidade de Gênero, Juventude, etc.
- iii. Fortalecer o diálogo com a IndustriALL na implementação e no fortalecimento das Redes de Trabalhadores e criar espaços de socialização de experiências com objetivo de ampliação das Redes de Trabalhadores nas empresas multinacionais contribuindo na luta pela globalização de direitos.
- iv. Apoiar e incentivar as atividades das Redes de Trabalhadores.
- v. Criar políticas de auto sustentação junto aos sindicatos para o fortalecimento do trabalho das Redes de Trabalhadores.

380. **Políticas afirmativas para a juventude:**

- i. Fortalecer a Secretaria de Políticas para a Juventude do ramo, bem como incentivar a criação e /ou fortalecer os Coletivos de Juventude dos sindicatos.
- ii. Propor aos sindicatos do ramo a realização de uma campanha de sindicalização específica para a juventude e mulheres.
- iii. Propor a realização de Encontros da Juventude Trabalhadora em âmbito: nacional, regional, setorial e por sindicato.
- iv. Atuar nos espaços permanentes de políticas públicas de interesse da juventude trabalhadora.
- v. Propor a inclusão nas pautas das negociações coletivas das questões específicas do segmento juvenil de trabalhadores.
- vi. Solicitar aos sindicatos do ramo informações para consolidar um banco de dados sobre a situação da juventude no ramo.
- vii. Fortalecer e apoiar a secretaria de Juventude da CNQ.
- viii. Incentivar os a construir e/ou fortalecer os coletivos de juventude.
- ix. Apoiar e participar dos projetos e debates realizados pela CUT e pela IndustriALL na temática juventude trabalhadora.

381. **Políticas afirmativas para a mulher trabalhadora:**

- i. Fortalecer a Secretaria da Mulher Trabalhadora da CNQ e incentivar e fortalecer a criação de Secretarias e/ou Coletivos de Mulheres nos sindicatos do ramo.
- ii. Propor a realização de campanhas que fortaleçam as convenções da OIT sobre a mulher trabalhadora com o objetivo de construir e fortalecer políticas para as mulheres.
- iii. Estabelecer um plano de trabalho para as mulheres trabalhadoras do ramo a fim de criar um vínculo mais orgânico entre as trabalhadoras, os sindicatos e a CNQ.
- iv. Lutar para ampliar a presença de mulheres nos espaços de representação das categorias com CIPAs, comissões de fábricas, delegados sindicais, SUR, direção sindical, Redes de trabalhadores, direções sindicais e demais espaços políticos.
- v. Fortalecer e incentivar a participação de mulheres nas mesas de negociação e nas negociações coletivas.
- vi. Fomentar a formação específica para as mulheres, inclusive para a participação em negociações coletivas.
- vii. Lutar pela manutenção e/ou ampliação dos direitos conquistados, tais como licença-maternidade, creches, auxílio-creche etc.
- viii. Combater a reprodução das discriminações sociais de mulheres em todos os níveis.
- ix. Propor a realização de seminários e encontros sobre temas referentes à questão da mulher trabalhadora e à situação da mulher no mercado de trabalho e na sociedade.
- x. Solicitar aos sindicatos do ramo informações para consolidar o banco de dados sobre a situação da mulher trabalhadora no ramo.
- xi. Aprofundar através de estudos e pesquisas a realidade das trabalhadoras químicas no local de trabalho.
- xii. Fortalecer e apoiar o comitê de mulheres da IndustriALL.
- xiii. Lutar pelo caráter obrigatório da licença-maternidade de seis meses.
- xiv. Propor aos sindicatos do ramo a realização de uma ampla campanha por creches para os filhos e filhas dos/as trabalhadores/as.
- xv. Propor aos sindicatos do ramo que seja garantida nas atividades e eventos sindicais infraestrutura e creche para os/as filhos/as das/os trabalhadoras/es.
- xvi. Propor aos sindicatos do ramo que as reivindicações específicas das mulheres façam parte permanente das pautas de reivindicações nas negociações coletivas e que seja garantida a presença de mulheres nas mesas de negociação.
- xvii. Lutar contra a dupla jornada de trabalho da mulher e para que o trabalho no ambiente doméstico e familiar seja compartilhado com o companheiro.
- xviii. Combater a violência contra as mulheres, o assédio sexual e moral nos locais de trabalho e na sociedade e sindicatos.
- xix. Orientar os sindicatos e as federações a realizar seminários sobre os temas de mulheres, raça e assédio moral e sexual.

- xx. Orientar os sindicatos a incluírem nas pautas de reivindicações e nos espaços de negociação coletiva, a inclusão no rol de exames periódicos os exames de mamografia, Papanicolau e PSA.
- xxi. Orientar os sindicatos do ramo a lutar na defesa intransigente da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e pela construção de novas relações sociais de mulheres.
- xxii. Propor a realização de seminários, encontros, sobre temas referentes à questão da mulher trabalhadora, e a situação da mulher no mercado de trabalho e na sociedade.
- xxiii. Orientar os Sindicatos do Ramo a lutarem em defesa intransigente da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e pela construção de novas relações sociais de mulheres.
- xxiv. Organizar e promover cursos e atividades específicas para as mulheres com objetivo a capacitá-las e ampliar com qualidade a presença das mulheres nas entidades sindicais.
- xxv. Desenvolver uma Campanha Nacional de sindicalização para mulheres.
- xxvi. Socializar com os Sindicatos do Ramo, todos os avanços sobre o tema de mulheres obtido nas negociações ocorridas no ramo, fazendo com que todos os sindicatos do ramo tenham conhecimento dos avanços conquistados pelas trabalhadoras.
- xxvii. Lutar por políticas concretas que viabilizem a participação das mulheres trabalhadoras no movimento operário e sindical, tais como: escolha dos melhores horários para reuniões, criação e manutenção de creches em cada sindicato quando da realização de atividades, entre outras iniciativas já existentes.
- xxviii. Lutar contra as doenças do trabalho, o assédio moral e sexual e a violência contra a mulher no trabalho e fora dele.
- xxix. Colocar em prática a política de cotas e de paridade com ações para fortalecer a participação das mulheres nos cargos de poder.
- xxx. Organizar e promover cursos e atividades específicas para as mulheres com objetivo a capacitá-las e ampliar com qualidade a presença das mulheres nas entidades sindicais.
- xxxi. Desenvolver uma Campanha Nacional de sindicalização para mulheres.
- xxxii. Socializar com os Sindicatos do Ramo, todos os avanços sobre o tema de mulheres obtido nas negociações ocorridas no ramo, fazendo com que todos os sindicatos do ramo tenham conhecimento dos avanços conquistados pelas trabalhadoras.
- xxxiii. Lutar por políticas concretas que viabilizem a participação das mulheres trabalhadoras no movimento operário e sindical, tais como: escolha dos melhores horários para reuniões, criação e manutenção de creches em cada sindicato quando da realização de atividades, entre outras iniciativas já existentes.
- xxxiv. Lutar contra as doenças do trabalho, o assédio moral e sexual e a violência contra a mulher nos locais de trabalho e fora dele.
- xxxv. Propor e coordenar junto aos sindicatos do ramo uma campanha de sindicalização voltada para as mulheres de todos os segmentos e setores que representamos com objetivo de ampliar a participação e representação das mulheres nas entidades e no movimento sindical.

- xxxvi. Propor a realização de atividades de sensibilização nas entidades filiadas visando garantir nas negociações junto as empresas e/ou setores patronais o estabelecimento de cotas para a contratação de mulheres em todos os níveis de hierarquia, como forma de ampliar a representação feminina em pelo menos 25% em todos os segmentos econômicos.

382. Políticas afirmativas para a questão racial:

- i. Acompanhar as atividades propostas pela CUT sobre a questão racial.
- ii. Estimular a produção de publicações culturais e específicas nas questões raça.
- iii. Fortalecer o Coletivo Nacional sobre a Questão Racial da CNQ e incentivar os sindicatos do ramo a criarem coletivos sobre a questão.
- iv. Propor a realização de seminários e palestras com temas referentes à questão racial.
- v. Fortalecer a luta por implantação de políticas públicas de reparação, que ajudem a corrigir erros históricos que mantém afrodescendentes na subcidadania.
- vi. Denunciar o Estado racista que através de seus brutais aparelhos de repressão promove o encarceramento em massa do povo preto e o extermínio da juventude negra.
- vii. Fortalecer a campanha “Basta de Racismo” da CUT.

383. Outras políticas afirmativas:

- i. Propor a realização de seminários e palestras com temas referentes ao combate às discriminações dos trabalhadores com deficiência e à erradicação do trabalho infantil.
- ii. Incentivar o combate a todas as manifestações discriminatórias em relação aos negros, mulheres, idosos, homossexuais, acometidos de doenças físicas e contagiosas (AIDS), pessoas com deficiências ou qualquer outra forma de discriminação social.
- iii. Propor a realização de seminários e palestras com temas referentes à questão racial e ao combate as discriminações dos trabalhadores com deficiência e erradicação do trabalho infantil.
- iv. Acompanhar as atividades propostas pela CUT sobre a questão racial e juventude, LGBT, Pessoas com deficiência, etc.
- v. Incentivar o combate a todas as manifestações discriminatórias em relação aos negros, mulheres, idosos, homossexuais, acometidos de doenças físicas e contagiosas (AIDS), pessoas com deficiências ou qualquer outra forma de discriminação social.
- vi. Criar um coletivo Nacional para discutir a temática dos Direitos Humanos.
- vii. Fazer pesquisas sob as condições da empregabilidade das Pessoas com Deficiência para construir estratégias para o cumprimento da lei de cotas para pessoas com deficiência a partir de ações sindicais
- viii. Realizar debates regionais sobre o ECA na perspectiva de construir ações efetivas que dialoguem com a atuação dos sindicatos no âmbito do mundo do trabalho e na relação com os movimentos sociais.

384. **Aposentadoria:**

- i. Propor aos sindicatos do ramo o fortalecimento das organizações de aposentados em âmbito local, estadual e nacional.
- ii. Incentivar as associações de aposentados dos Sindicatos do ramo a apoiar e participar de todas as lutas convocadas pela CUT.
- iii. CNQ e Sindicatos do ramo devem atuar nos espaços permanentes de políticas públicas para os idosos.

385. **Formação sindical:**

- i. Dar continuidade ao programa FORMAQUIM (Programa de Formação de Dirigentes e Militantes Sindicais) em âmbito nacional e ao programa UBUNTU.
- ii. Buscar articular os programas de formação da CNQ com os programas de formação dos sindicatos do ramo.
- iii. Articular em conjunto com as secretarias regionais e setoriais e sindicatos do ramo a realização de um programa de FF (Formação de Formadores), com o objetivo de capacitar dirigentes e assessores sindicais para a aplicação do programa de formação sindical nas diversas regiões representadas pela CNQ/CUT.
- iv. Realizar seminários de capacitação de dirigentes sobre temas da agenda sindical atual.
- v. Incluir no Programa de Formação da CNQ-CUT a temática da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

386. **Política sindical:**

- i. Organizar juntamente com as secretarias setoriais, regionais e de formação um seminário para debater políticas de organização dos sindicatos nos ramos e a construção das federações estaduais e interestaduais.
- ii. Acompanhar os processos eleitorais nos sindicatos do ramo, bem como apoiar as oposições sindicais do ramo reconhecidas pela CUT.
- iii. Realizar plenárias regionais periódicas para aprofundar o debate sobre temas da agenda sindical.
- iv. Realizar seminário para debater um modelo de organização para o ramo químico.

387. **Imprensa sindical:**

- i. Potencializar o uso da página do site da CNQ como ferramenta de divulgação de matérias e informações para o ramo químico.
- ii. Articular em conjunto com as secretarias regionais e setoriais e sindicatos do ramo a realização de um Seminário Nacional para debater políticas de comunicação sindical para o ramo.
- iii. Construir proposta de inclusão digital para as direções sindicais.
- iv. Construir proposta de utilização das mídias alternativas na construção de uma comunicação contra-hegemonia que inclua, além das direções sindicais, os movimentos sociais parceiros, tanto no espaço de trabalho quanto na sociedade.

388. **Sustentação financeira da CNQ:**

- i. Estabelecer uma estratégia de combate a inadimplência dos Sindicatos do ramo junto a CUT e a CNQ.

389. **Políticas regionais e setoriais:**

- i. Acompanhar as campanhas salariais e reivindicatórias dos segmentos do ramo no seu âmbito de atuação.

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA O ASSÉDIO MORAL E SEXUAL CONTRA A MULHER – “TOLERÂNCIA ZERO”

390. A violência de gênero vitimiza quatro em cada dez mulheres no Brasil. O assédio moral e sexual é uma das formas de violência que mais acometem as mulheres no mundo do trabalho.
391. Considerando que a violência contra a mulher é “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico a mulher, sem distinção de raça, classe, Religião, idade ou qualquer outra condição, tanto no espaço público ou privado” (lei Maria da Penha);
392. Considerando que o assédio sexual é tipificado como crime e que se constitui de prática de delito que impacta nas relações entre homens e mulheres, “com intuito de obter vantagens ou favorecimento sexual prevalecendo-se o agente de sua condição hierárquica” (art. 2015-A – Código Penal);
393. Considerado que a existência de um Estado democrático se pressupõe igualdade de direitos, de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, sendo, portanto, incompatível com as formas de socialização baseadas na dominação e submissão;
394. Considerando que a democratização da sociedade, por sua vez, requer um repensar sobre as relações sociais e de gênero, em especial no mundo do trabalho;
395. Considerando que a realidade cotidiana de violência, sua estigmatização e banalização tem contribuído para a manutenção da impunidade e do crescimento da violência contra a mulher;
396. Considerando, portanto, que refletir sobre as relações interpessoais é importante pela perspectiva de mudanças em um processo de conscientização na tentativa de compreender os comportamentos e papéis sociais determinados, para assim, construir novas identidades sociais, onde haja o reconhecimento das diferenças e das assimetrias de gênero, para superação das desigualdades marcadas na vida de mulheres e homens;
397. Considerando que as diversas formas de violência contra a mulher estão inter-relacionadas, no âmbito doméstico, no trabalho, no mundo sindical, e na vida cotidiana e que seu combate tem no movimento sindical seu principal responsável. Por ser este um espaço peculiar, em que ocorrem processos de fiscalização e do controle social em relação ao cumprimento das Leis que garantem a igualdade de oportunidades e de tratamento,

mas também de proteção dos direitos sociais, humanos e coletivos, propondo, intervindo e influenciando na implementação de políticas públicas, de proteção a classe trabalhadora;

398. Considerando que o movimento sindical não está imune a variadas formas de violência contra a mulher o que determina por afastar as mulheres da participação sindical;
399. Considerando que as secretarias e/ou coletivos de mulheres dos sindicatos, federações e confederação constantemente recebem denúncias de prática de violência e de discriminação de gênero;
400. Considerando que dentre os compromissos da CUT e da CNQ está a “luta pela igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, sem preconceito de cor/raça/etnia, geração, orientação sexual e deficiência, nos diversos espaços do mundo do trabalho e na sociedade em geral;
401. Considerando a luta desenvolvida no interior da CUT em defesa da paridade entre homens e mulheres e a sua aprovação, o que demonstra a maturidade política adquirida ao longo dessa jornada;
402. Considerando a responsabilidade do movimento sindical junto a sociedade no combate a todas as formas de violência contra a mulher;
403. Considerando que a Campanha: Violência contra a mulher, tolerância nenhuma, desenvolvida pela CUT voltada ao mundo do trabalho, deve ter reflexo no movimento sindical propomos:
 - a) Que a CNQ e suas entidades filiadas busquem construir canais de diálogo e espaços de acolhimento das mulheres vítimas de assédio ocorridos no seu âmbito de representação, por parte de seus dirigentes e/ou entre dirigentes e funcionários/as.
 - b) Que a CNQ e suas entidades filiadas ampliem o debate sobre o tema: assedio e a vitimização das mulheres (dirigentes e funcionários/as), seus fatores, suas causas e os impactos na vida das mulheres.
 - c) A CNQ e suas entidades filiadas devem se desafiar e garantir instrumentos e mecanismos nos seus estatutos com vistas a coibir tais práticas em todos seus espaços de organização e representação.
404. Pelo direito de viver sem violência, mulheres exigem respeito!